

Universidade do Estado de Santa Catarina
Série ANAIS

II Jornada Catarinense de História
da Infância e Juventude

INFÂNCIAS E JUVENTUDES NO TEMPO PRESENTE

II Jornada Catarinense de História
da Infância e Juventude

**INFÂNCIAS E JUVENTUDES
NO TEMPO PRESENTE**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

Marcus Tomasi

Reitor

Leandro Zvirtes

Vice-Reitor

Matheus Azevedo Ferreira Fidelis

Pró-Reitor de Administração

Leonardo Secchi

Pró-Reitor de Planejamento

Soraia Cristina Tonon da Luz

Pró-Reitor de Ensino

Fabio Napoleão

Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Comunidade

Antonio Carlos Vargas Sant'Anna

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

EDITORA UDESC

Marcia Silveira Kroeff

Coordenadora

CONSELHO EDITORIAL

Marcia Silveira Kroeff – Presidente

Nílson Ribeiro Modro – CEPLAN

Alexandre Magno de Paula Dias – CESFI

Janine Kniess – CCT

Rosilaine Ripa – CEAD

Edelcio Mostaço – CEART

Rafael Tezza – ESAG

Sílvia Maria Fávero Arend – FAED

Rosana Amora Ascari – CEO

Renan Thiago Campestrini – CEAVI

Renata Rogowski Pozzo – CERES

Veraldo Liesenberg – CAV

547¹ Jornada Catarinense de História da Infância e Juventude (2. : 2018:

Florianópolis, SC) / Camila Serafim Daminelli; Jorge Luiz Zaluski; Silva Maria Fávero Arend (Orgs.).

Anais [recurso eletrônico] / 2 Jornada Catarinense de História da Infância e Juventude: infâncias e juventudes no tempo presente, 18 de outubro de 2018 em Florianópolis, SC - Florianópolis, UDESC, FAED, 2018.

ISBN: 978-85-8302-167-4

1. História - Estudo e ensino. 2. Infância. 3. Juventude. I. Daminelli, Camila Serafim. II. Zaluski, Jorge Luiz. III. Arend, Silvia Maria Fávero. IV. Universidade do Estado de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas e da Educação.

CDD: 907 - 20. ed.

ANO VI — 1.º TRIMESTRE DE 1972 — Nº 21

BRASIL JOVEM

REVISTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR

II Jornada Catarinense de História
da Infância e Juventude

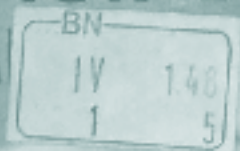
INFÂNCIAS E JUVENTUDES NO TEMPO PRESENTE

ORGANIZADORES

Camila Serafim Daminelli
Jorge Luiz Zaluski
Sílvia Maria Fávero Arend

GERALDO

ESTE
MENOR É
SÍM



 EDITORA
UDESC

SUMÁRIO

- 07 |** Apresentação
- 09 |** Imprensa e juventude: o ENEM sob a ótica da Folha de S. Paulo
Juliana Miranda da Silva
- 15 |** “Consumir é curtir”: representações de uma juventude consumista nas revistas IstoÉ e Veja (1980-1999)
Nathália Jonaine Hermann
- 21 |** Infâncias em evidência: uma análise interseccional sobre as infâncias do impresso Esquema Oeste, Guarapuava (1979-1984)
Jorge Luiz Zaluski
- 35 |** “Morta, mas pura e incontaminada”: os discursos de vida, morte e martírio da menina Albertina na imprensa católica (Florianópolis, 1952-1959)
Kelly Caroline Noll da Silva
- 43 |** Ninguém precisa de tanto brinquedo: criança, mídia, consumo e as formas de encantamento na publicidade de brinquedos
Ana Cláudia Taú, Mariana Suyan Martins Dutra
- 49 |** Asilo de Órfãos São Vicente de Paulo: educar para que e para quem (Florianópolis, 1900-1930)
Chirley Beatriz da Silva Vieira
- 55 |** Internar ou socializar o menor marginalizado? A Política Nacional do Bem Estar do Menor sob a perspectiva do internamento, ou uma política pelo inverso (1964-1979)
Camila Serafim Daminelli
- 63 |** A fala do invisível: o menor no Patronato Agrícola de Anitápolis/SC (1918-1930)
Daniel Alves Boeira
- 71 |** “Em função do desvirtuamento do debate”: menores, trabalho e imputabilidade penal no Tempo Presente
Lucas Santos
- 79 |** A integração do design e suas ferramentas para potencializar o aprendizado de jovens aprendizes
Karina Pereira Weber, Isabel Cristina Moreira Victoria, Luiz Fernando Gonçalves de Figueiredo.

APRESENTAÇÃO

Camila Serafim Daminelli

Doutoranda do PPGH – UDESC

Jorge Luiz Zaluski

Doutorando do PPGH – UDESC

Professora Doutora Silvia Maria

Fávero Arend

Docente do PPGH e PPGE – UDESC

Os esforços no sentido de fortalecer a rede de pesquisadores e pesquisadoras da História da Infância e da Juventude impulsionou a realização da I Jornada Catarinense de História da Infância e da Juventude, em 2017, que para além dos debates promovidos no evento, resultou no e-book, intitulado “Jornada de Histórias de Infâncias e Juventudes”, organizado por Antero Maximiliano Dias dos Reis, Camila Serafim Daminelli e Nathália Jonaine Hermann. A referida obra pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1479/jornada_de_historias_de_infancias_e_juventudes.pdf

As temáticas ligadas à infância e juventude adquiriram novos significados no tempo presente, frente às ameaças de retração nos direitos constituídos. As conquistas dos últimos 30 anos no campo das relações de gênero, da família, das práticas socioeducativas e, em geral, da primazia dos interesses da criança e do adolescente se encontram sob suspeição dado o avanço de forças políticas e sociais conservadoras. Mais do que nunca o debate sobre as questões pertinentes à História da Infância e da Juventude se reveste de caráter político, já que os embates atuais apontam para um horizonte tensionado no que se refere à lógica dos direitos humanos e, dentro deles, das demandas específicas que constituem os direitos das crianças, dos adolescentes e dos jovens.

Neste contexto, na realização da segunda edição da Jornada Catarinense de História da Infância e da Juventude, as lentes estiveram ajustadas para a perspectiva dos direitos. A partir dos informes de pesquisa encaminhados para compor o quadro dos debates foi possível perceber o panorama da produção no âmbito da História da Infância e da Juventude em Santa Catarina e compreender as relações entre a produção do conhecimento, a esfera política e os direitos infantojuvenis. Os dez textos que compõem este e-book correspondem à parte das

discussões realizadas durante a II Jornada, realizada em 18 de outubro de 2018, no Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina. O evento foi organizado por integrantes do Grupo de Estudos de História da Infância e Juventude, desenvolvido junto ao Laboratório de Relações de Gênero e Família - LABGEF e ao Laboratório de Ensino de História - LEH, onde são realizadas atividades vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em História - PPGH e ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE.

Os trabalhos aqui reunidos fazem reflexões sobre a(s) infância(s) e juventude(s) no Tempo Presente sobre quatro grandes eixos: a mídia (impressa e digital); as instituições; a educação e os direitos. Esses campos são, evidentemente, entrecortados uns pelos outros e, para além das discussões acadêmicas, contribuem para entendermos as políticas públicas enquanto fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

IMPRENSA E JUVENTUDE: o ENEM sob a ótica da Folha de S. Paulo

Juliana Miranda da Silva¹
jumirandasilva@gmail.com

Resumo

Palavras-chave

Juventudes;
Imprensa;
Enem.

Desde sua criação em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) cresceu em número de participantes e abrangência, transformando-se em uma das maiores avaliações educacionais do país, figurando também entre as maiores do mundo. Nos últimos anos, observa-se a expansão de estudos e análises acerca do Enem em sua forma de avaliar, via competências e habilidades, em seus objetivos e ainda, sobre seu uso como veículo de acesso ao Ensino Superior e a programas governamentais, como o Sisu e o Fies. A imprensa, da mesma forma, ampliou gradativamente seus interesses sobre a prova, empenhando-se em noticiar, explicar e analisar o exame e o perfil de seus participantes, que em grande maioria são jovens que completaram ou estão em vias de completar o Ensino Médio. O presente trabalho toma a imprensa, em particular o jornal Folha de S. Paulo, como espaço privilegiado de propagação de valores, práticas e representações sociais, buscando analisar o perfil do jovem participante do Enem veiculado em suas páginas. Nesse sentido, ao tomar um conjunto de narrativas do jornal busca-se identificar a construção de estereótipos, consensos e preferências realizadas pela imprensa, que mesmo defendendo um discurso de pluralidade, normaliza determinado perfil de “jovem” e de “estudante”.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Considerações Iniciais

A análise realizada no presente trabalho é parte dos esforços realizados ao longo de minha pesquisa de doutorado, na qual analiso as narrativas do jornal Folha de S. Paulo sobre o Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem. Tendo em vista o foco da Jornada Catarinense de História da Infância e Juventude, o texto se detém na análise da veiculação de jovens que participaram do Enem feita pelo referido jornal, entre os anos de 1998 e 2007. Interseccionam-se, desse modo, três elementos que integram a proposta de análise: o Enem, o jornal e os jovens.

O Enem destina-se, desde sua criação, a avaliar os conhecimentos adquiridos ao longo da formação básica e, conforme seu Documento Básico (2002), a servir como autoavaliação aos egressos do Ensino Médio. Colaboraria ainda, como referência à elaboração de políticas públicas educacionais. Implantado em 1998, acabou ganhando outras funções, servindo como ferramenta de acesso ao Ensino Superior e a programas governamentais como o Sisu (Sistema de Seleção Unificada), o ProUni (Programa Universidade Para Todos) e o já extinto Ciências sem Fronteiras. Com o passar dos anos, o número de participantes cresceu consideravelmente, abarcando uma parcela maior de estudantes e egressos, que vislumbravam na realização do exame uma oportunidade de acessar o Ensino Superior. Cabe lembrar que o exame foi e continua sendo realizado em caráter voluntário e que embora seja cobrada a taxa de inscrição, desde 2001 estudantes de escolas públicas e de escolas particulares que comprovem baixa renda têm direito a isenção de pagamento da inscrição.

O Enem faz parte de um conjunto de indicadores e exames nacionais implementados e aprofundados ao longo da década de 1990, principalmente a partir do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, eleito em 1994 pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), mas que tiveram continuidade nos governos subsequentes, tanto durante o governo do presidente Lula, entre 2003 e 2010, como período de governo da presidenta Dilma Rousseff, entre 2011 a 2016. Figura entre os maiores exames do mundo, contando com milhões de participantes a cada edição.

Atualmente, é composto por quatro provas divididas por área do conhecimento: linguagens, códigos e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; e ciências da natureza e suas tecnologias. Soma-se também a prova de redação. Em 2009 o Enem sofreu uma reestruturação, passando de 63 para 180 questões divididas por área de conhecimento e deixou de ser

avaliado pela Teoria Clássica dos Testes para adotar a Teoria de Resposta ao Item, conhecida como TRI.

Além do resultado das provas, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação responsável pela elaboração e aplicação do exame, também conta com o questionário socioeconômico respondido pelos participantes do Enem como fonte de informações sobre o perfil dos candidatos. Juntamente com outros programas que compõem o arcabouço avaliativo nacional, o Enem corrobora ainda ao cumprimento do art. 209 da Constituição Federal, no qual se garante o livre ensino à iniciativa privada, desde que ocorram as devidas autorizações e avaliações por parte do Poder Público.

Desde a criação do exame a imprensa demonstrou interesse pelo Enem, veiculando sobre ele informações e análises. De maneira informativa ou analítica, jornais e revistas de circulação nacional e redes de televisão passaram a disponibilizar em seus portais de notícias canais permanentes de informações acerca do exame, oferecendo simulados, ferramentas para cálculo das notas, banco de questões, dicas para os candidatos se “saírem bem nas provas”, entrevistas com “especialistas” que comentam as “tendências” e a pertinência das temáticas cobradas, aplicativos para smartphones e tablets, etc.

Além de noticiar sobre o Enem, a imprensa articula acomodações sobre o sistema educacional brasileiro, tecendo críticas e elogios, que, tendem a valorizar um modelo avaliativo mantenedor da meritocracia e favorável a aplicação de exames em larga escala. Assim, ao reconhecer a importância dada à cobertura de temáticas relativas ao Enem pelo jornal Folha de S. Paulo e entendendo a imprensa como local privilegiado para a inscrição na cena pública de determinadas temáticas, onde se organizam narrativas que articulam certos interesses em detrimento de outros, o presente estudo toma o olhar do jornal sobre os estudantes que prestam o exame. A narrativa, conforme Paul Ricoeur, dá sentido a experiência humana no tempo, ao mesmo tempo em que não deixa de ocorrer fora dele, e, ao articular-se em narrativas torna-se o tempo humano. A narrativa midiática, portanto, é tomada aqui como uma espécie de organização de um emaranhado de fatos dispersos, que são encadeados a partir da compreensão de mundo já existente, inteligível, que agrega novos acontecimentos, no contínuo círculo hermenêutico.

Considera-se também, conforme De Luca, que jornais e revistas são “empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos

coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretendem difundir a partir da palavra escrita” (LUCA, 2006, p. 140) entendendo-os assim, como construções comunicacionais que anseiam pela circulação de suas ideias, sem esquecer-se de seu caráter empresarial, que visa, como qualquer outro empreendimento mercadológico, a obtenção de lucro. No caso da Folha de S. Paulo, vale lembrar que o jornal é apenas um dos braços do Grupo Folha, do qual fazem parte jornais, editoras, um instituto de pesquisa (DataFolha), gráficas, agência de notícias, transportadoras, internet e tecnologias da informação.

A construção do perfil

Embora o exame tenha recebido extensa cobertura por parte da Folha de S. Paulo em todos os anos de sua realização, a participação dos jovens é bastante restrita. Professores, pesquisadores, personalidades políticas e jornalistas predominam como vozes que debateram e opinaram sobre o tema. Todavia, quando o jovem que presta o exame é vinculado à narrativa de maneira mais direta, este tende a ser branco, cursa colégio particular e intenciona conseguir uma vaga nas universidades mais disputadas. Em diferentes situações, os textos aparecem acompanhados de fotografias desses jovens em ambiente escolar, cercados por livros e cadernos e a relação com a matéria publicada aparece por meio de alguma frase citada no texto. Em outras situações, a imagem ocupa caráter meramente ilustrativo, sem qualquer menção a esse jovem. Constatou-se também, que embora o Enem receba cobertura em diferentes cadernos do jornal, o espaço com maior vinculação de fala e imagem de jovens durante o período analisado (1998-2007) foi o caderno Folha Teen.

Entrevistas com estudantes que estão se preparando para prestar o vestibular ou que conseguiram as primeiras colocações no Enem são as situações em que mais encontramos exemplos da participação de jovens. Com matéria dedicada ao “número 1 do Enem”, a Folha ouviu em dezembro de 1999 as “dicas” e estratégias para o desempenho ímpar do estudante, que afirmou se dedicar dez horas por dia e que contou com bolsa em colégio particular. O mesmo estudante apareceria novamente no jornal alguns dias depois, como “garoto propaganda” do colégio no qual cursou o Ensino Médio. A cada ano, novos “número 1” receberam atenção por parte do jornal para retratar aos leitores sua rotina de estudos e dicas para a garantia de êxito no Enem e vestibulares.

Considera-se ainda que o perfil de jovem predominante no jornal é o de morador de áreas urbanas e são raros os exemplos que vinculam a realização do Enem a jovens do interior. Em exemplo emblemático, a Folha trouxe em 28 de fevereiro de 2000, no caderno Folha Teen uma lista com nove cursinhos “para quem está preocupado em se preparar para o próximo vestibular”. Evidentemente, não existem apenas nove cursinhos no estado de São Paulo, mas estes foram, de alguma forma, selecionados para constar nas indicações listadas. A reportagem discute o que considera como “as principais dúvidas dos estudantes”, salientando que existem diferentes tipos de aula, período, duração e preço. O que, contudo, deixa de considerar, são os diferentes tipos de estudantes, ao naturalizar a realização de um cursinho como acessível a todos. Para responder “qual é o melhor” cursinho, responde que:

Nenhum cursinho é garantia de aprovação. Para Vicente de Oliveira Filho, diretor-geral do [curso] MED, o melhor a fazer antes é conversar com os amigos. Como o método de ensino da maioria dos cursos é muito parecido, procure saber se os professores são bons. Não deixe de levar em conta a proximidade de sua casa. Não adianta nada perder tempo no trânsito só para assistir as aulas de um curso que você considera melhor. (FOLHA DE S. PAULO, 28 fev. 2000)

As “dicas” do diretor não deixam de relacionar aspectos da sociabilidade dos estudantes para se levar em conta a escolha do cursinho. Ao sugerir “conversar com os amigos” e considerar a “proximidade de sua casa” subentende que a sua rede de amizades tenha condições de frequentar escolas pagas e que residam em bairros que possuam instituições que forneçam cursos preparatórios. Conforme Dayrell, os limites e as possibilidades com os quais os jovens constroem sua “condição juvenil” são determinados, mesmo que em parte, pela sua condição social. Nesse sentido, jovens das camadas populares, concomitantemente a sua condição juvenil enfrentam desafios ligados à pobreza e a necessidade da própria subsistência “numa tensão constante entre a busca de gratificação imediata e um possível projeto de futuro” (Dayrell, 2009, p. 18). Assim, ao naturalizar a realização de cursinhos pré-vestibulares, a narrativa da Folha em reportagens como esta, prioriza na construção do perfil de jovem e de juventude apenas os pertencentes

a um tipo de condição juvenil, excluindo outras possíveis trajetórias e experiências.

Os gráficos, os desenhos e as charges foram recursos amplamente utilizados para retratar resultados negativos extraídos das provas e dos questionários socioeconômicos. Diferentemente dos momentos nos quais o jornal fez referência a estudantes da rede privada em período de preparação para as provas, o perfil do estudante brasileiro da rede pública que faz o Enem tinha o formato de um gráfico, ilustrado com percentuais e tabelas e costumou aparecer em matérias elaboradas após serem divulgados os resultados do exame. Considera-se, contudo, que mesmo em menor medida e sem contar com tantas fotografias como ao tratar do estudante da escola privada, a veiculação da fala de estudantes da rede pública ocorreu em alguns momentos.

Críticas e questionamentos sobre o Enem também foram situações em que a voz do estudante apareceu. Em janeiro de 2000, por meio do caderno Folha Teen, uma jovem estudante de escola estadual fez uso do jornal para expressar sua indignação com o Enem afirmando que “o exame não presta”, pois embora a nota seja usada para complementar os resultados do vestibular, se as notas de corte também sobem o Enem, segundo ela, não passaria de um “golpe de publicidade” (Folha de S. Paulo, 03 jan. 2000, p. 06). Crítica semelhante aparece em dezembro daquele ano (Folha de S. Paulo, 31 out. 2000, p. 03), quando estudantes que haviam sido aprovados no último vestibular da USP para os cursos de Administração e Direito e afirmavam que o Enem ajuda quem não precisa, pois aumenta as notas de corte e se o candidato não for bem no próprio vestibular, o uso da nota do Enem é indiferente.

Os estudantes defensores do uso do Enem também tiveram suas manifestações veiculadas no jornal. Em 2003, uma estudante entrevistada disse intencional fazer o Enem, pois “às vezes um ponto pode fazer a diferença e quase todos os meus amigos estão fazendo os simulados, afinal a gente não tem nada a perder” (Folha de S. Paulo, 13 jul. 2003, p. 13). A matéria em questão discutia a preocupação das escolas particulares em direcionar suas avaliações para familiarizar os estudantes com o modelo do Enem. Outro estudante, que participou da reportagem e que também sinalizou preferir o Enem a outros modelos de exames, afirmou que não iria estudar, pois “para essa prova não adianta decorar a matéria na véspera – ou você sabe ou não sabe”.

Foram encontradas também situações em que, embora tenha se partido do ponto de vista dos jovens, suas opiniões foram questionadas e até

mesmo desqualificadas. Ao abordar um trabalho de cruzamento de dados realizado pelo Inep em 2004, a partir do questionário socioeconômico respondido pelos estudantes que prestaram o Enem no ano anterior, a Folha considerou incoerente a avaliação positiva dos professores, por parte dos estudantes, tendo em vista os resultados insatisfatórios na prova. Entre os dados fornecidos pelo estudo do Inep, 57,09% dos estudantes considerou regular ou boa e 33,24% boa ou excelente a maneira como os professores transmitem seu conhecimento. Em relação à dedicação para preparar as aulas e atender alunos, 53,66% dos estudantes a considerou como regular ou boa e 31,77% como boa ou excelente. Contudo, o tom da matéria que fez uso da opinião dos estudantes converge para a ingenuidade de seus pontos de vista, ao considerar, de maneira bastante irônica, que se os professores fossem tão bons quanto sugerem os jovens, os resultados do Enem deveriam ter sido melhores.

Nada menos que 90,19% dos alunos acham seus professores respeitosos. Outros predicados apontados pela imensa maioria: “dedicados”, “atenciosos”, “firmes, porém não autoritários”.

Com professores tão sensacionais, a lógica apontaria para performances também sensacionais dos alunos na prova do Enem. Esqueça a lógica. (FOLHA DE S. PAULO, 19 jul. 2004, p. 1)

A matéria segue com a opinião dos “especialistas”:

“os alunos avaliam seus professores pelo viés do afeto”, explica a psicóloga Rosely Sayão, especialista em educação e colunista da Folha. “Eles gostam dos professores e estão aprisionados por esse afeto”, interpreta. “Isso impede-os de avaliar com rigor seus professores e, em contrapartida, leva-os a se auto-responsabilizar pelo fracasso escolar, o que é um massacre na autoestima desses meninos e meninas, diz Sayão.” (Idem)

Chama atenção na referida reportagem o fato de que, embora outros indicadores apareçam como determinantes para a obtenção de pontuações mais altas no Enem, como condições de laboratório e biblioteca das escolas, acesso a internet, interesse

por política, artes, teatro, cinema e esportes, o título da matéria foca na temática do professor ao afirmar “Aluno aprende mal, mas aprova professor”.

Outro tipo de abordagem também percebida remete a explicações direcionadas aos jovens realizando comparações entre o Enem e os tradicionais vestibulares. Falando diretamente ao jovem leitor, o jornal indicava, por exemplo, “O que conferir na hora da faculdade” (Folha de S. Paulo, 28 abr. 2002, p. 31) ou como “tirar proveito da grande oferta de sites para estudar” (Folha de S. Paulo, 12 mai. 2002, p. 05). Reconhecer quem escreve o quê e para quem é de significativa importância quando se busca ampliar a compreensão acerca de atos narrativos destinados a um público leitor.

Inferir-se com a análise em série que a ampla cobertura de temáticas ligadas ao Enem parece refletir a importância dada pelas camadas consumidoras do jornal ao ingresso de seus filhos e filhas no Ensino Superior e a necessidade de se manterem atualizados sobre o tema muito mais do que com o caráter avaliativo de uma etapa da Educação Básica. Assim, de maneira geral, o perfil do jovem construído pelo jornal vincula-se simultaneamente ao público leitor e aos interesses prioritários do periódico no campo da educação.

Considerações finais

A diversidade do público juvenil, que passou a ter acesso ao Ensino Médio nos últimos anos nos revela, consoante às reflexões de Corti (2009, p. 13) que se trouxe para dentro da escola “as contradições de uma sociedade que avança na inclusão educacional, sem transformar a estrutura social”. Assim, novos desafios surgem e se conectam a necessidade de ampliar a formação educacional, ao mesmo tempo em que a posse de um diploma não é garantia de acesso ao mercado de trabalho. A contribuição do Enem para a democratização do acesso ao Ensino Superior é perceptível, mas não se daria sem a integração com outros programas como o Sisu, o ProUni e a ampliação do Fies.

Embora as temáticas relativas ao Enem e ao Ensino Médio se desdobrem em subtemas, que exigem atenção e pesquisas específicas, o acesso a informações para a maioria das pessoas se dá por meio das interpretações realizadas pela imprensa. Por isso, compreender a tessitura narrativa de veículos midiáticos é um viés tão caro aos estudos da História do Tempo Presente.

Ao realizar a análise da série de reportagens proposta para esta comunicação, constata-se que a condição juvenil priorizada pelas narrativas do jornal

é consoante a parcela consumidora do jornal: jovens de camadas médias e altas, que enxergam no Enem um exame alternativo aos vestibulares, tem acesso a bens materiais, viagens e cursos extracurriculares. O jornal defende a aplicação de exames, pois valoriza o acesso meritocrático ao Ensino Superior e não poupou críticas a políticas inclusivas, como as políticas de cotas.

Quanto à divulgação dos resultados, percebe-se anualmente a repetição de reportagens que criticam o baixo desempenho dos estudantes e comparam dados entre as escolas públicas e particulares. Tal comparação dá a entender erroneamente que há uma disputa entre tais escolas, quando, na realidade, o acesso à escola particular não é uma opção para a maior parte dos jovens. Outra ideia falaciosa percebida na leitura em série das reportagens, refere-se ao aparente equilíbrio no número de escolas públicas e particulares, quando o percentual de escolas públicas secundárias beira os 70%, de acordo com o último Censo Escolar (2018).

Por fim, constatou-se que os “especialistas” são predominantes na abordagem do tema. O jovem quando fala, o faz apenas para se enquadrar em uma abordagem pré-determinada. A opinião de professores, principalmente de cursinhos preparatórios e colégios particulares aparece significativamente em maior quantidade do que a dos jovens.

Assim, nos parece elucidativo pensar que a Folha tenha mantido o interesse em tratar de um exame que alterou substancialmente o cenário de acesso ao Ensino Superior, pois interessava ao seu público leitor estar atento ao conjunto de mudanças que poderia acarretar em maiores ou menores chances de garantia às tão disputadas vagas nas universidades. Todavia, mesmo com ampla cobertura, a participação dos jovens foi significativamente restrita.

Referências

BRASIL. **Censo Escolar 2017**: notas estatísticas. MEC/Inep, 2018.

_____. **Documento Básico**-Exame Nacional do Ensino Médio. Inep, 2002. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ul8OptGdTzory5Jom-TvvSzILCrXmWeE/view>. Acesso em: 03 out. 2018.

CORTI, Ana Paula. Uma diversidade de sujeitos: Juventude e diversidade no Ensino Médio. In: DAYRELL, Juarez (Org.). **Juventudes e escolarização**: os sentidos do Ensino Médio. MEC/TV Escola: Rio de Janeiro, 2009, pp. 12-15.

DAYRELL, Juarez. O aluno do Ensino Médio: o jovem desconhecido. In: _____. (Org.).

Juventudes e escolarização: os sentidos do Ensino Médio. MEC/TV Escola: Rio de Janeiro, 2009, pp. 16-23.

DEPUTADOS, Câmara dos. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.** 5^a ed. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/midia/arquivos/2013/abr/proavi---lei-n-93941996.pdf> Acesso em: 20 out. 2018.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

RICOEUR. Paul. **Tempo e Narrativa** (Tomo 1). Campinas, SP: Papirus, 1994.

“CONSUMIR É CURTIR”: representações de uma juventude consumista nas revistas IstoÉ e Veja (1980-1999)

Nathália Jonaine Hermann¹
nathaliahermann@gmail.com

Resumo

Palavras-chave:

Juventude;
Consumo;
Imprensa.

Tendo como fonte artigos jornalísticos das revistas IstoÉ e Veja no período que abrange as décadas de 1980 e 1990, a presente comunicação tem como objetivo analisar as representações acerca da juventude brasileira, considerada consumista pelos impressos analisados. Esta é uma peça chave da representação de juventude analisada ao longo do trabalho, a caracterização do jovem enquanto sujeito que detém significativo poder de compra. Segundo o jornalista Jon Savage (2009), em 1944 a palavra *teenager* constituiu-se como um termo de marketing usado por publicitários e fabricantes que refletia o poder de consumo então recentemente visível dos adolescentes, sobretudo na faixa etária compreendida entre os 14 e os 18 anos. Para esta análise, autores que dialogam com a história da imprensa (LUCA, 2005; CAPELATO, 1988) e também estudos sobre juventudes oriundos de diversas áreas das Ciências Humanas (ABRAMO, 1997; GONÇALVES, 2005; CALDAS, 2007; MARGULIS e URRESTI, 1996; PAIS, 1990) serão utilizados.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e bolsista PROMOP.

Introdução

O título desta comunicação - “consumir é curtir” - vem de uma reportagem da revista IstoÉ que tem como temática o consumo juvenil de uma classe média dos anos 1990 que ganha mesada dos pais e é, conseqüentemente, um nicho consolidado de mercado consumidor. O subtítulo da reportagem - “Com 1,3 bilhão de dólares de mesada no bolso, os teens se transformam em vorazes compradores, sacodem das estratégias de empresas e tornam-se alvos dos seus principais lançamentos” (IstoÉ, 01/06/1994, edição 1287, p. 52) - já traz a tona uma característica que é peça chave da representação de juventude analisada ao longo deste trabalho: o poder de compra.

Segundo o jornalista Jon Savage (2009), em 1944 a palavra *teenager* começou a ser usada para descrever a categoria de jovens entre os 14 e os 18 anos e “desde o início, foi um termo de marketing usado por publicitários e fabricantes que refletia o poder de consumo recentemente visível dos adolescentes” (SAVAGE, 2009, p. 11). Durante a análise das reportagens selecionadas, que têm em comum a representação de jovens como conservadores e individualistas, foram encontradas 12 reportagens que retratam uma juventude urbana e de classe média como consumista - cinco na revista IstoÉ e sete na revista Veja. Na década de 1980, na IstoÉ, a primeira reportagem com dados sobre consumo de massa juvenil aparece em artigo sobre o Rock in Rio, um evento bastante marcante no que tange a temática juvenil e sua relação com o consumismo.

A década de 1980

Em relação à década de 1980, destacamos três reportagens entre as análises que expunham a representação de uma juventude consumista, duas na revista Veja e uma na IstoÉ. O artigo jornalístico da revista Veja intitulado “A voz da maioria” (09/05/1984, edição 818) analisa uma detalhada pesquisa encomendada pela McCann-Erickson. A pesquisa consistiu na entrevista com mais de 600 jovens paulistas e cariocas das mais diversas classes sociais e, a partir das respostas, eles foram divididos em cinco grandes grupos: integrados, contestadores, conservadores, modernos e independentes.

As descobertas da pesquisa, para efeito exclusivo da publicidade, contêm algumas preciosidades. Verifica-se, por exemplo, que os maiores consumidores de guloseimas - balas, bombons, chicletes - são os conservadores. Já os contestadores são os que mais gastam em bebidas alcoólicas e cigarros. (Veja, 09/05/1984, edição 818, p. 60)

O trecho acima retirado da reportagem, assim como a própria pesquisa da McCann Erickson, demonstra como existia uma demanda por conhecer detalhes sobre o perfil do jovem brasileiro para, assim, moldar estratégias publicitárias voltadas para esta diversificada faixa etária. Com a pesquisa, “a visão de uma juventude diversificada e pluralista” (Veja, 09/05/1984, edição 818, p. 60) foi explicitada e teve suas particularidades expostas em dados, muito úteis para o mercado publicitário.

A segunda reportagem da revista Veja na década de 1980 que permeia a temática do consumo juvenil pertence à edição 1091 da revista e chama-se “Jeito de gente grande” (Veja, 09/08/1989). O artigo estabelece uma relação entre o exercício da cidadania dos jovens com o voto - então facultativo aos 16 anos, e o trabalho - que dá poder de consumo à faixa etária. Os adolescentes “[...] com menos de 18 anos de idade, que acabaram de abandonar as espinhas no rosto, possuem cheques e cartão de crédito” (Veja, 09/08/1989, edição 1091, p. 88) adotam o shopping center, “nascido como meca do consumo [...]” (Veja, 09/08/1989, edição 1091, p. 92) como seu local de encontro com amigos.

A representação de juventude presente no artigo jornalístico traz à tona uma juventude que se volta para os shoppings centers, que segundo o sociólogo Heitor Frugoli “são tentativas de criar uma simulação de cidade, que oferece num espaço confinado a utopia que o capitalismo não conseguiu realizar” (Veja, 09/08/1989, edição 1091, p. 92). A matéria, do fim da década de 1980, trata “o poder de consumo como o maior símbolo da força jovem” (Veja, 09/08/1989, edição 1091, p. 90).

A reportagem ainda traz uma então nova pesquisa da McCann-Erickson, bastante parecida com a de 1984, citada na reportagem “A voz da maioria” (Veja, 09/05/1984, edição 818), em que o perfil do jovem brasileiro aparece modificado - apesar da distância de apenas cinco anos entre as duas reportagens. Uma segunda pesquisa sobre os jovens brasileiros num prazo de apenas cinco anos se justificava, para a McCann-Erickson, pelo fato de que “o mundo da publicidade tem na juventude um mercado consumidor gigante e, de tempo em tempo, volta seus olhos para decifrá-la” (Veja, 09/08/1989, edição 1091, p. 88).

Já a reportagem da IstoÉ que traz em seu texto uma representação consumista de juventude, ainda na década de 1980, é intitulada “Para resistir a obrigação de ser jovem” (IstoÉ, 15/10/1986, edição 512). Ao longo do texto a juventude é exaltada como “a grande isca comercial do viver bem” (IstoÉ, 15/10/1986, edição 512, p. 60) e a juvenilização da

sociedade aparece como um fato dado. O foco da reportagem é o processo exaltação da juventude em detrimento dos mais velhos e da maneira como essa relação impacta no mercado de consumo. Na perspectiva do escritor Millôr Fernandes “[...] as novelas da TV Globo são dirigidas ao público jovem, com personagens jovens. Por quê? porque eles vendem o sapatinho, a saíxa, os oclinhos, etc [...]” (IstoÉ, 15/10/1986, edição 512, p. 60).

Esta última reportagem, da edição 512, diferente das demais se utiliza de falas de poetas e escritores para construir sua narrativa. Para a atriz Fernanda Montenegro, com 56 anos na época, “uma sociedade de consumo como a nossa adulta bajula o mercado jovem, o que mais consome” (IstoÉ, 15/10/1986, edição 512, p. 60). O ideal jovem vendido pela mídia, do ponto de vista da antropóloga Maria Luísa Heilborn faz surgir “uma pressão muito grande para as pessoas serem jovens” (IstoÉ, 15/10/1986, edição 512, p. 60) que contribui para o processo de juvenilização.

A juvenilização pode ser vista como um fenômeno de embaçamento das fronteiras entre as idades que sofre influência constante dos meios de comunicação de massa. Manoel Seabra Pereira, em sua dissertação de mestrado em comunicação acerca da temática afirma que “nesse fim/início do século, a sociedade erigiu como estilo de representação um ‘ser jovem’, um personagem modelo montado sobre valores de juvenilidade, que confundiu as diferenças entre idades” (PEREIRA, 2000, p. 132). Na reportagem da revista IstoÉ que traz a juvenilização para discussão até mesmo os jovens que têm seus trechos de fala usados nas reportagens reconhecem que existe uma valorização da juventude. Para Fernanda Torres, com 17 anos na época, “Hoje há uma apologia do jovem, o barato é ser jovem” (IstoÉ, 17/03/1982, edição 273, p. 31).

A década de 1990

Já na década de 1990, ainda na revista IstoÉ, mais três reportagens fazem alusão a relação entre consumo e juventude. A reportagem “A força da galera: a geração Coca-Cola deixa os shoppings, vai às ruas e lidera com bom humor o movimento a favor do impeachment de Collor” (02/09/1992, edição 1196) em seu próprio subtítulo faz referência a uma parcela da juventude intitulada ‘geração Coca-Cola’. Esta geração frequentava os shoppings dos centros urbanos e foi às manifestações de rua a favor do impeachment do presidente Fernando Collor de Mello. O artigo, apesar de focar no papel político da juventude, tem trechos de fala de jovens que

corroboram para a representação de uma juventude consumista, como por exemplo, no seguinte trecho: “Eu era uma patricinha, que gosta de Coca-Cola e hambúrguer, e vivia em shopping centers” (IstoÉ, 02/09/1992, edição 1196, p. 32).

A edição 1287 da revista IstoÉ contém a reportagem que dá nome a esta comunicação: “Consumir é curtir: Com 1,3 bilhão de dólares de mesada no bolso, os teens se transformam em vorazes compradores, sacodem as estratégias de empresas e tornam-se alvos dos seus principais lançamentos” (IstoÉ, 01/06/1994, edição 1287). No próprio subtítulo, assim como na matéria, o valor estipulado do montante das mesadas de jovens pertencentes às classes A e B brasileiras, além dos gastos desse grupo específico, é exposto. A representação dessa juventude criada pela revista constrói uma imagem de jovens que apesar de serem adolescentes comuns, tem um grande poder aquisitivo.

Eles são inquietos e quase sempre desajeitados. Têm espinhas no rosto e vozes que hesitam entre graves e agudos. Costumam andar em bandos e adoram um shopping center. Hoje atendem pelo nome de teens, termo importado do inglês que significa jovens. Quem os vê a distância imagina que eles não são nada além de meros adolescentes. Mal sabem que os bolsos dos seus jeans guardam um fabuloso poder econômico e comandam os destinos de uma indústria bilionária. (IstoÉ, 01/06/1994, edição 1287, p. 52)

O dinheiro que o seletivo grupo recebia de mesada representava, segundo a IstoÉ, 0,3% do PIB do país e era utilizado com “gastos elementares”, tais como “uma ida à lanchonete, a compra de uma ingresso de cinema ou o aluguel de uma fita de vídeo” (IstoÉ, 01/06/1994, edição 1287, p. 52). Ao mesmo tempo em que são descritos como os “mãos abertas” (IstoÉ, 01/06/1994, edição 1287, p. 52), o grupo, composto por cerca de seis milhões de jovens entre 12 a 19 anos que vivem nos centros urbanos e que “compram de tudo: de comida a tênis importado, de fitas de vídeo a CDs” (IstoÉ, 01/06/1994, edição 1287, p. 52), são alvo cada vez mais constante da publicidade.

A grandiosidade dessas cifras e seu enorme potencial de crescimento está mobilizando um número cada vez maior de empresas de todos os portes e dos mais variados setores que cortejam os jovens. De olho nesses pequenos e vorazes consumidores, executivos de marketing estão inventando moda para conquistá-los. (IstoÉ, 01/06/1994, edição 1287, p. 52)

Na perspectiva da socióloga Maria Eduarda da Mota Rocha (2010) o apelo à juventude na

publicidade deve-se a emergência de anúncios voltados para a qualidade de vida e ao bem estar, que eram vinculados à juventude por conta do vigor da faixa etária. Ao reproduzirem tais características em anúncios, a publicidade atingiria tanto os jovens quanto os adultos imersos no processo de juvenilização da sociedade.

A transformação gradual da juventude em um signo publicitário emblemático inicia-se ao longo da década de 1980 e consolida-se na década de 1990. O investimento de empresas dos mais diversos ramos em publicidade para atrair essa parcela da juventude se tornou cada vez mais presente. “Os jornais editavam suplementos semanais, novas revistas pipocam no mercado, as televisões inventam programas juvenis, [...] lançamentos ocupam as vitrines e as campanhas publicitárias ganharam a linguagem dos jovens” (IstoÉ, 01/06/1994, edição 1287, p. 54).

Paralelamente ao processo de reconhecimento do potencial consumidor da faixa etária, “milhões de dólares eram gastos em patrocínios de evento musicais e esportivos, dois focos universais de interesse desse público” (IstoÉ, 01/06/1994, edição 1287, p. 54). O investimento em eventos voltados para o público jovem por parte de empresas de diversos campos teve seu primeiro êxito no território brasileiro com o Rock in Rio de 1985. Durante o festival, empresas que o patrocinaram venderam quantidades exorbitantes de mercadorias, como por exemplo a franquia McDonald’s que quebrou seu recorde mundial de vendas já no segundo dia do evento (IstoÉ, 23/01/1985, edição 422, p. 52).

A partir da reportagem da IstoÉ sobre o evento musical, que se referiu às estruturas das franquias que vendiam suas mercadorias no festival como “o alegre paraíso do consumo montado pela Artplan de Roberto Medina em torno do palco do Rock in Rio” (IstoÉ, 23/01/1985, edição 422, p. 52), é possível ter acesso a alguns dados sobre as vendas no festival. A Brahma, que foi a única empresa vendedora de bebidas e refrigerantes no festival, vendeu em torno de 250 mil litros de chope e cerveja por dia; a Souza Cruz vendeu 500 mil maços de cigarro por dia além de faturar 75 milhões de cruzeiros diários com a venda de artigos do festival como camisetas e bolsas; a loja Mister Pizza vendeu 135 mil fatias de pizza em quatro dias; a Spaghetti, pioneira em comercializar macarrão pelo sistema fast food, vendeu 4 mil pratos por dia e a McDonald’s vendeu um torno de 60 mil hambúrgueres já no segundo dia do evento, feito que se tornou um recorde mundial da época.

Um evento da magnitude do festival foi inédito para a América Latina de até então. “Planejado por Roberto Medina, diretor da Artplan Eventos, o Rock

in Rio custou 11 milhões de dólares e não contou com incentivos econômicos do poder público, somente com o apoio de patrocinadores” (IstoÉ, 23/01/1985, edição 422, p. 46); ou seja, o empresário, ao investir uma quantidade exorbitante de capital na organização do evento “associado a iniciativa privada” acreditava que o festival geraria lucro com o consumo das mercadorias vendidas.

A relação entre o rock e o consumo no Rock in Rio exposta em alguns trechos da reportagem da IstoÉ era contestada por alguns frequentadores do festival. Os “metaleiros” - nome dado aos fãs de heavy metal - “foram os únicos que não aceitaram a festividade do rock consumo, denunciando - pelo contraste - a banalização que o termo rock recebeu na mais alta esfera comercial” (IstoÉ, 23/01/1985, edição 422, p. 52). Do ponto de vista do jovem de 17 anos Edilson Ribeiro, o festival era indiscutivelmente voltado ao consumo; “não está acontecendo o Rock in Rio, mas o Rock Indústria e Comércio” (IstoÉ, 23/01/1985, edição 422, p. 47).

Para a jovem Ana Fellows, que tem ao longo da reportagem vários trechos de fala, “o rock cresceu tanto nos dois últimos anos [1983 e 1984] porque é bom, barato, fácil de consumir, divertido e não faz pensar” (Veja, 02/01/1985, edição 852, p. 38). O rock nacional, que se consolidou com a participação de suas bandas integrantes no Rock in Rio de 1985, acompanhou a tendência da juventude da época e emergiu como um ritmo musical descontraído que possibilitava a juventude de classe média da época a consumi-lo sem ansiosos.

A reportagem, a partir de trechos de falas de jovens das classes A e B, cria uma representação paradoxal dessa juventude específica. Ao mesmo tempo em que “[os] Teen-agers podem ser bem desorientados em muitas coisas” os mesmos “sabem bem o que querem na hora de comprar [...] e gastam sem culpa, pesar ou remorso” (IstoÉ, 01/06/1994, edição 1287, p. 54). Ou seja, simultaneamente a uma representação em que são retratados como desorientados pelos jornalistas que produziram a matéria, os ditos teenagers são determinados na hora de consumir e “vivem o capitalismo em sua plenitude” (IstoÉ, 01/06/1994, edição 1287, p. 54).

O interesse das empresas no público juvenil surge também como uma espécie de estratégia para ganhar consumidores fiéis. Nas palavras do diretor de vendas da Gradiente, “esse público [jovem] é muito importante. Começa a consumir agora e precisam ser conquistados desde cedo” (IstoÉ, 01/06/1994, edição 1287, p. 55). Entretanto, a parcela da juventude representada na reportagem é retratada como complexa de se conquistar justamente por estar em

uma fase de transição etária; “é preciso estar sempre antenado no que anseia esse pessoal que muda de ideia como quem troca de roupa” (IstoÉ, 01/06/1994, edição 1287, p. 55).

Na última reportagem da IstoÉ analisada nesta comunicação, intitulada “O que é ter 16 anos: Os adolescentes brasileiros pregam fidelidade, realização profissional e estabilidade” (IstoÉ, 11/09/1996, edição 1406), o montante movimentado pela parcela jovem das classes A e B dos centros urbanos brasileiros aparece ainda maior - 1,7 bilhões de dólares. Ao longo da reportagem, que contém trechos de falas de jovens atores que já trabalham e ganham seu próprio dinheiro e de adolescentes que vivem nos centros urbanos e recebem mesadas, os shoppings centers são retratados como “os templos do consumo” (IstoÉ, 11/09/1996, edição 1406, p. 46).

A revista Veja, na década de 1990, produziu mais quatro reportagens que fazem referência a uma representação de juventude consumista. O artigo “A química da moda: a indústria descobre o mercado dos adolescentes e faz tudo para atender às preferências” (Veja, 31/10/1990, edição 1154) traz a tona, como já explanado em seu subtítulo, o esforço das indústrias para se adaptarem e conquistarem o público jovem de classe média; “os adolescentes, quando tem dinheiro, são consumidores vorazes [...] e também não gostam de se sentir manipulados” (Veja, 31/10/1990, edição 1154, p. 78).

O artigo “A grande onda da geração dos shoppings” (Veja, 10/08/1994, edição 1352) faz novamente referência a “geração dos shoppings”. Formada por jovens de classe média que são frequentadores assíduos dos shoppings, a importância que o segmento tem para o mercado é muito maior que se imaginava, pois “o adolescente brasileiro influencia a escolha da marca do carro, do modelo de televisão e chega a definir os roteiros das viagens dos pais” (Veja, 10/08/1994, edição 1352, p. 68). Ou seja, as indústrias, assim como a publicidade, dão muita atenção à faixa etária, pois, quando a conquistam, podem ganhar clientes fiéis para o futuro ao mesmo tempo que influenciam os pais dos adolescentes, indiretamente.

A edição 1388 do dia 19/04/1995 da revista Veja tem em sua constituição a reportagem intitulada “O planeta teen” (Veja, 19/04/1995, edição 1388). No artigo, uma pesquisa da agência publicitária Salles/DMB&B com jovens de classe média de todo o mundo trouxe dados sobre a faixa etária, que estava vivenciando uma espécie de homogeneização por conta do acesso às mídias. “Existe uma geração que, em escala planetária, sob o bombardeio de uma indústria cultural e com extraordinário acesso à

informação, sente, quer, veste, ouve e vê as mesmas coisas” (Veja, 19/04/1995, edição 1388, p. 106).

Na última reportagem selecionada que estabelece relações entre o consumo e culturas juvenis, a “geração dos shoppings” aparece representada como um grupo que vive em condomínios de luxo nas grandes metrópoles, isolada da realidade do país. O título do artigo, “Os filhos da bolha: superprotegidos, jovens de condomínios fechados mostram despreparo para o mundo real” (Veja, 21/06/1995, edição 1397), representa o segmento etário como “filhos da bolha” que “[...] mal conhecem o mapa da sua cidade - em geral, saem pouco do percurso escola - clube - shopping center” (Veja, 21/06/1995, edição 1397, p. 63).

Uma noção de juventude permeada por juventudes

A juventude consumista das décadas de 1980 e 1990 representava uma pequena elite que não lidava com as inconstâncias da inflação da época e não tinha grandes problemas com a crise econômica que assolava o país. A vida estava de pernas pro ar, “ninguém podia comprar, o consumo caiu e milhares de trabalhadores ficaram desempregados. Empresas quebraram, o país perdeu a capacidade de poupar, e a população ia precisar de sorte para enfrentar o período” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 493). No entanto, enquanto o país passava por sérias dificuldades financeiras, a parcela da juventude representada nas revistas Veja e IstoÉ mantinha seu alto padrão de consumo.

A juventude, temática do presente trabalho, é uma categoria que, historicamente, não pode ser definida como um todo. Não existe uma única definição válida em todos os quadrantes da história para definir a juventude, pois a mesma é uma construção sociocultural que sofre mutações de sociedade para sociedade (LEVI; SCHMITT, 1996, p. 07-08). Por se tratar de uma época de transição entre a infância e a vida adulta, a juventude se situa entre as duas faixas etárias citadas acima. Esse caráter transicional garante à juventude a ideia de uma fase da vida que carrega consigo uma série de mudanças e inquietudes, justamente porque é nela que os indivíduos desenvolvem suas maturidades intelectuais e sexuais, assim como o pleno florescimento de suas faculdades mentais (LEVI; SCHMITT, 1996, p. 08).

Analisar as representações de uma juventude específica com um alto poder de consumo no contexto de crise das décadas de 1980 e 1990 é extremamente complexo, pois essa juventude é

privilegiada em detrimento das outras juventudes brasileiras. As reportagens analisadas se utilizam de recursos narrativos para tomar um tipo de realidade como padrão e, a partir daí, as publicações homogeneizaram grupos sociais não levando em conta que as sociedades são constituídas por diversas realidades. Esse é o processo sobre a juventude narrado nas fontes analisadas.

Referências

LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude (Orgs). **História dos Jovens 1: da Antiguidade à Era Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PEREIRA, Manoel. **Condenados à Juventude: Um estudo comparativo sobre a juvenilização no jornalismo brasileiro**. (Dissertação, Mestrado em Comunicação). UnB. 2000

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. **A nova retórica do capital** - a publicidade brasileira em tempos neoliberais. São Paulo: Edusp, 2010.

SAVAGE, Jon. **A criação da juventude: Como o conceito de teenage revolucionou o século XX**. Editora Rocco: Rio de Janeiro, 2007.

SCHWARCZ, Lília Moritz, STARLING, Heloisa Murgel Starling. **Brasil: uma biografia**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

INFÂNCIAS EM EVIDÊNCIA: uma análise interseccional sobre as infâncias do impresso Esquema Oeste em Guarapuava (1979-1984)

Jorge Luiz Zaluski¹

jorgezaluski@hotmail.com

Palavras-chave

Esquema Oeste;
Infâncias;
Interseccionalidade;
Jornais;
Juventudes.

Resumo

O semanário Esquema Oeste foi um dos principais meios de comunicação durante as décadas de 1970 e 1980 em Guarapuava/PR, sendo uma fonte de grande relevância para a pesquisa histórica. Diante das possibilidades, a coluna social Esquema Social, por exemplo, pertencente ao impresso em 1977, nos permite compreender parte das relações sociais da cidade. No que corresponde às infâncias, tendo-se percebido uma crescente publicação na coluna sobre o público infantil, despertou o interesse em investigar quais as narrativas construídas sobre esse público. Partindo dessa observação, este texto tem como objetivo refletir sobre as narrativas sobre a infância apresentadas no impresso, entre os anos de 1979-1984, de modo a perceber diferenças de classe, gênero, geração e raça reforçadas por meio do periódico. Acredita-se que essa observação permite compreender também parte da construção da coluna social e das relações sociais da cidade. Para isso, utilizo as observações teóricas do Feminismo Negro sobre interseccionalidade apontadas por Kimberlé Crenshaw, de modo a compreender como o cruzamento de diferentes categorias estão imersas na construção das notícias.

Em “Bodies that matter. On the Discursive Limits of Sex”, Judith Butler, ao refletir sobre a

¹ Doutorando pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - FAPESC.

teoria feminista e de como se move a hegemonia heterossexual, questiona: “Que corpos chegam a importar? E por quê?” (BUTLER, 2015, p. 12) Partindo das interrogações da autora, e junto a investigação do jornal Esquema Oeste, publicado em Guarapuava, Paraná, entre os anos de 1979-1984, tomo emprestado os questionamentos de Butler e direciono aos corpos das crianças para pensar: Quais corpos infantis importam? Quando eles importam? E por quê?

Os impressos são um rico material como fonte histórica. Para além do contexto histórico, investigar sobre a produção e circulação dos periódicos nos permite realizar diferentes interpretações sobre as transformações das relações sociais, culturais e políticas, materializadas nos jornais por meio de narrativas e imagens. Conforme Tania Regina de Luca,

“os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir” (LUCA, 2010, p. 140).

Ou seja, a produção e circulação dos periódicos estão permeadas por significados que se entrecruzam e participam da construção da sociedade. No que corresponde aos objetivos deste texto, busca-se refletir sobre parte das narrativas sobre a infância apresentadas em Esquema Oeste, de modo a perceber o posicionamento do periódico sobre a infância, e compreender parte da(s) realidade(s) vivenciada(s) por diferentes grupos de crianças naquele contexto.

Partindo dos estudos da história da infância e juventude, e dos estudos de gênero e feminista negro, propõe-se realizar uma análise interseccional sobre a infância apresentada no periódico selecionado. Como categoria analítica, a interseccionalidade nos permite perceber como distintos marcadores sociais operacionalizam as relações sociais dentro de um grupo. Essas reflexões integram-se às investigações de Kimberle Crenshaw, que nos informa como o cruzamento de diferentes marcadores sociais contribui para a manifestação de relações sociais excludentes. Segundo Crenshaw, “a interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (CRENSHAW, 2004, p. 10). Desta maneira, faz-se necessário observar como os diferentes grupos de crianças são apresentados

no periódico, de modo a compreender como gênero, raça, classe, geração, religião, dentre outros marcadores possíveis integram o que se pretende falar por meio de narrativas sobre a infância, e as expectativas construídas sobre quais e quando os corpos infantis são noticiados e/ou ilustrados pelo jornal.

Dentro ou fora do “Esquema”: os corpos infantis que importam

O jornal Esquema Oeste está disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória, da Universidade Estadual do Centro Oeste - CEDOC-UNICENTRO, localizado em Guarapuava, Paraná. Feito o registro fotográfico do periódico, as investigações no documento partiram com base na utilização das seguintes palavras chave: crianças, infância, menores, adolescentes. Termos utilizados no impresso para direcionar narrativas sobre as crianças, e que serão problematizadas no decorrer deste texto. Sob direção e edição de Leonel Julio Farah, político e jornalista, o Esquema Oeste teve sua primeira edição lançada em 17 de maio de 1970 e manteve publicação semanal até o ano de 1998. Conforme Rosemeri Moreira e Renata Virgínia Costa, o periódico manteve-se firme em notícias político partidárias com ênfase no executivo municipal. A análise feita pelas autoras afirma também que o impresso mantinha “uma página de esportes; assuntos diversos publicados de forma pouco sistematizada, além de notícias sobre a considerada alta sociedade” (MOREIRA; COSTA, 2015, p. 73).

Em uma breve análise nota-se que existiram modificações estéticas no impresso, entre elas, alterações na diagramação; encurtamento no tamanho dos textos; modificação no tamanho e na fonte utilizada; variação em propagandas de produtos e lojas que passavam a projetar um novo estilo de vida; uso de fotografias, e a construção do espaço destinado para a coluna social denominada de Esquema Social, escrita e organizada pelo colunista Mauro Xavier Biazi. Conforme a análise de Moreira e Costa, o impresso ganhou o nome de Esquema Oeste em comparação com a modernidade anunciada e vivenciada por parte dos/as moradores/as da cidade. Comparação essa que foi anunciada na primeira edição. (MOREIRA; COSTA, 2015) Logo, tanto o nome do impresso como o da coluna social buscavam apresentar aos/as leitores/as uma intensa associação entre a modernidade e as pessoas que a integravam. Ou seja, ler o Esquema Oeste e integrar as páginas destinadas ao Esquema Social,

era usufruir e fazer parte de um mundo moderno. Contudo, cabe destacar que os aproximadamente 3.000 exemplares publicados semanalmente eram destinados a um público muito restrito. E que, para além das desigualdades de classe, raça e gênero que interferem em quem teria acesso ao periódico, e para os objetivos deste texto, a geração é outro marcador fundamental para refletirmos sobre a(s) infância(s). O impresso não era produzido para as crianças, mas sim, por um grupo de adultos para ser consumido por outros adultos.

O interesse da investigação proposta neste texto foi despertado a partir de um olhar mais atento sobre a coluna Esquema Social. Em análise do impresso para a pesquisa de doutorado em andamento, notou-se que ao decorrer dos anos que integram o recorte deste trabalho existiu a ampliação de publicações com imagens de crianças. Com o objetivo de compreender parte desse processo, acredita-se que a análise da coluna social permite perceber parte das relações sociais pertencentes à infância durante o período investigado. O contraponto entre o que era noticiado sobre as crianças ao longo dos textos do impresso e quais crianças apareciam na coluna Esquema Social, contribui para reforçar os questionamentos apresentados no início: Quais corpos infantis importam? Quando eles importam? E por quê?

A coluna Esquema Social passou a ser publicada a partir da edição correspondente a 09-18 de dezembro de 1977. Como forma de integrar a sociedade guarapuavana para junto do esquema, o espaço foi destinado para homenagear um homem e uma mulher da cidade. Como forma de melhor compreender a organização do impresso, a edição de 22 a 28 de abril de 1978 permite refletir sobre alguns pontos fundamentais para a compreensão deste texto.

Com reforço das distinções de gênero, o subtítulo da coluna apresentou em letra grande, formato manuscrito e desenhado: Ele, Ela. Em todas as edições que apresentaram essa homenagem manteve-se a mesma ordem. Em seguida, uma foto e uma breve biografia de cada pessoa. Importante destacar que com exceção das duas pessoas negras homenageadas ao longo dos cinco anos de observação desse documento, os/as escolhidos/as como destaque, eram em sua maioria pessoas brancas e que passavam dos 40 anos de idade. No texto que seguia ao breve histórico de vida, foi comum o reforço da naturalização das desigualdades de gênero, sendo vinculadas atribuições de sucesso, grandiosidade, honra e bravura aos homens, e de forma romantizada a vidas das mulheres foi pautada na delicadeza,

cuidado, caridade, maternidade e religiosidade católica. O espaço do meio da página foi ocupado com uma divisão denominada “Acontecendo”, e foi utilizada para informar sobre os/as aniversariantes, casamentos, jantares dentre outras festividades da semana, onde aos poucos foi sendo incorporado o uso do texto-imagem para destacar alguns dos acontecimentos. Foi dessa forma que por quase dois anos o periódico buscou apresentar majoritariamente aqueles/as que integravam a elite da cidade, e/ou pessoas de condição econômica não suficiente para integrar a elite, mas que poderiam usufruir do Esquema Social por possuírem diferentes formas de distinção social. Como lembra Pierre Bourdieu, para além do econômico, diferentes capitais como o social e cultural, são contribuintes para a aceitação ou exclusão social em determinados grupos e contextos (BOURDIEU, 2015).

Importante destacar que existiu uma inserção gradativa da juventude ao Esquema Social. Por meio do tópico “Acontecendo”, foram noticiados os casamentos realizados na cidade, informando aos seus/as leitores sobre os “jovens casais recém-formados”. As narrativas apresentaram a ideia de que o casamento contribui para o rompimento do ser jovem e solteiro/a e livre para escolhas, para então

Imagem 01



Guarapuava, Esquema do Oeste 22-28 abril de 1978. Centro de Memória, CEDOC, Unicentro.

Imagem 02



Guarapuava, Esquema do Oeste 25 fev- 03 Mar. de 1978.

Centro de Memória, CEDOC, Unicentro.

Imagem 03



Guarapuava, Esquema do Oeste 25 fev- 03 Mar. de 1978.

Centro de Memória, CEDOC, Unicentro.

assumir as atribuições da vida adulta. Para além dos casamentos, noticiar as comemorações do aniversário de 15 anos das meninas também contribuiu para a reconfiguração da coluna social. Walquiria de Lima e Éverly Pegoraro informam que desde o início das publicações, o Esquema Oeste noticiou os bailes de debutantes das filhas das famílias pertencentes à elite da cidade. O impresso, através das narrativas, exaltou um ideal de beleza vinculando juventude e beleza na qualificação das aniversariantes, e ao mesmo tempo contribuiu para fortalecer estereótipos e qualidades essencialmente femininas (LIMA, PEGORARO, 2016). Qualificações essas que também estiveram presentes nas notícias sobre as festividades promovidas pelo setor industrial e agricultor da

região por meio dos concursos para a rainha da festa da maçã, por exemplo, e que ao noticiar os eventos, o impresso apresentou as candidatas por um ideal de mulher jovem e bonita pautado no corpo magro, pele branca, cabelos loiros e pertencentes à elite da cidade.

Ainda em relação à edição de 22 a 28 de abril de 1978 (imagem 01), foi feita a publicação da primeira notícia com fotografia sobre o aniversário de quinze anos de uma menina. Logo abaixo da foto, o impresso noticiou que: “reunindo a ‘tutti società’ guarapuavana, Maria Trento festejou seus 15 anos, na noite do dia 15 de abril, onde o bom gosto, a beleza, a elegância se fizeram presentes” (ESQUEMA OESTE, 22-28 de abril, 1978). O termo em italiano

“tutti società” expressa a junção de toda a elite da cidade para comemorar a passagem da “menina-moça”, como o periódico afirmou na sequência. Na matéria vemos como são atribuídas distinções de gênero à menina através de qualificações que reforçam a relação entre corpo, beleza e elegância como uma essência natural para as meninas/mulheres. Os quinze anos é apresentado como o momento de ruptura entre o ser menina e adentrar-se na preparação para uma juventude intensificada por exigências correspondentes ao ser mulher. Essas observações são importantes para perceber como ocorreu a construção da coluna social.²

Em relação às crianças, foi na edição de 25 de fevereiro a 03 de março de 1978, no tópico “acontecendo”, que o periódico publicou a primeira notícia de uma festa de aniversário infantil seguida de texto-imagem. Comemoração essa pertencente aos familiares do proprietário do jornal, e que em junho daquele ano voltou a noticiar outra festividade destinada às crianças da família, como pode ser observado nas imagens 02 e 03:

Na sequência da fotografia (imagem 02), o impresso informou parte das pessoas que participaram da comemoração, e que alguns/as integrantes da família viajaram de Curitiba para não perder a festa a qual, segundo o jornal, teve “os cumprimentos na mini guarda” e ainda desejou, “aos pedacinhos de gente aquele abraço da coluna.” Já posterior à imagem 03, de forma muito sucinta o Esquema Oeste informou o nome dos/as responsáveis e do aniversariante, e que “a ‘geração primeira’ apareceu por lá e divertiu-se a vontade”. Em ambos os textos existe a preocupação em informar a geração na qual as crianças pertenciam. Para além da faixa etária, os enunciados estabelecem associações entre o tamanho corporal e as expectativas futuras, que até o momento eram livres para brincar e usufruir de uma experiência de infância com relações de amizade com outras crianças, festas de aniversário e brincadeiras. Alertavam que, quando adultos/as, poderão completar-se como “gente” e que serão afastados/as das brincadeiras para os compromissos da vida adulta.

As homenagens com fotografias destinadas às crianças realizadas pela família Farah, proprietária do Esquema Oeste, foram as primeiras publicações que deram destaque para o aniversário de crianças. Essas publicações rompem com a padronização das demais notícias que informavam apenas o nome, idade, familiares e as felicitações da coluna. Todavia,

ao observar as publicações ao longo do ano de 1978, nota-se que o Esquema Social manteve um padrão, restringindo os destaques sobre a infância apenas para as festividades daquelas/as que integravam a família.

Em novembro de 1978, a coluna apresentou algumas modificações. Na edição de 04-10 de novembro, o Esquema Social passou a ser produzido por Waldemar Garcia. Esse colunista rompeu com a divisão “Ele e Ela” existente na coluna, e a substituiu por “Destaque Masculino” e “Destaque Feminino”. Garcia ficou responsável pela coluna até a edição de 23 a 29 de junho de 1979. Ao analisar as publicações dos sete meses em que esteve responsável pelo Esquema Social, nota-se que nem sempre foram publicadas homenagens “masculinas e femininas”. Em vários momentos o colunista apresentou apenas o “Destaque Masculino”, restringindo as homenagens para mulheres em datas comemorativas - como a do dia das mães da edição de 12 a 18 de maio de 1979, quando homenageou Hermínia Loures Lustosa, que teve sua história reduzida à condição de esposa, religiosa e mãe dos filhos que de longa geração representavam parte da elite da cidade. Ou então em outros momentos como o da substituição do “destaque Feminino”, pelo “Destaque da Moda”, publicado a partir da edição de 03 a 09 de março de 1979, com associação da ideia de modernidade, juventude, beleza e roupas como algo pertencente às mulheres que integravam o Esquema Social, explorando também outras demandas de consumo.

Por meio dessas mudanças a coluna social existente no periódico contribuiu para reforçar a naturalização das diferenças de gênero já existentes, e ainda, diante de discursos de modernidade, acentuar essas distinções na construção da juventude da época. Já em relação às crianças, é importante destacar que para além do reforço da maternidade como destino das mulheres, com exceção da imagem 02, as crianças sempre foram apresentadas acompanhadas por alguém e majoritariamente pela mãe. As homenagens da coluna eram destinadas aos/as adultos/as e apresentavam de forma naturalizada as relações entre maternidade, cuidado e a infância sobre proteção das mulheres, sendo reforçado um modelo familiar e a experiência de que as crianças do Esquema correspondiam às relações íntimas pautadas na afetividade e cuidado. Ao longo do período analisado, além das homenagens prestadas para a própria família do jornal, apenas na edição de 19 a 25 de maio de 1979, o Esquema Social apresentou uma

² Cabe para pesquisas futuras dar continuidade a esses apontamentos, pois todos os pontos abordados merecem maior investigação para a compreensão sobre os processos históricos e as relações do impresso diante da movimentação dos sujeitos e as relações de poder, assim como as características econômicas, culturais e políticas da cidade.

Imagem 04



Guarapuava, Esquema Oeste 19 a 25 de maio de 1979. Centro de Memória, CEDOC, Unicentro.

Imagem 05



Guarapuava, Esquema Oeste 30 jun. a 06 de jul. de 1979. Centro de Memória, CEDOC, Unicentro.

homenagem seguida de foto onde a criança aparece sozinha. Essa mudança na forma de representar a infância se repete na edição de 30 de junho a de julho, como veremos acima.

A imagem 04, conforme o enunciado, corresponde à Fernanda, neta de “Aristorides (Ana) Alves Chaves.” Vinda de São Paulo, ao visitar a cidade ganhou uma singela homenagem de seus familiares. Registrada com poucos meses de vida, a foto apresenta a criança sorridente, saudável e diante do conforto da casa. No que corresponde ao enunciado, o impresso apresentou apenas informações básicas, como família e origem. Contudo, diante das diferenças de gênero, é possível verificar que os nomes tanto da mãe como da avó de Fernanda aparecem entre parênteses entre o nome e o sobrenome de seus companheiros. Marcas de parte das desigualdades de gênero que Waldemar Garcia reforçou enquanto foi colunista do Esquema Social. Já em relação à imagem 05, da “jovem Ana”, era anunciado que no próximo dia 28 seria comemorado seu aniversário através de uma festa. A partir dessa edição o Esquema Social passou a ser produzido por outra pessoa, sendo o nome Teresa figurando até a edição de 19 a 25 de abril de 1980, como responsável pela organização e produção da coluna.

Diferente das edições anteriores, Teresa não buscou seguir de forma rígida a estrutura do Esquema Social. Em alguns momentos apresentou o destaque masculino, mas de forma aleatória, a página destinada a coluna apresentou: casamentos; concursos de rainha; festas e homenagens às

debutantes; eventos em escolas, universidade e demais instituições, mas o grande diferencial está na publicação de muitas homenagens em comemoração ao aniversário de crianças. Como vimos ao longo deste texto, apenas três edições haviam dado destaque em notícias composta por texto-imagem sobre as crianças. Com a entrada de Teresa na coluna, todas as publicações apresentaram ao menos uma criança sendo homenageada pelos familiares e/ou pelo Esquema Oeste.

Outra mudança ocorreu a partir da edição de 31 de maio a 06 de junho de 1980, quando Tita aparece como a nova responsável pelo Esquema Social. Ao analisar essa publicação e as que deram sequência ao longo do período de investigação deste texto é possível afirmar que a colunista rompeu com a padronização da distribuição dos textos, imagens e extinguiu as publicações do quadro “masculino e feminino”. Contudo, através dessa colunista, intensificaram-se publicações associando mulheres e beleza. Porém, diferente das edições anteriores, que restringiam as mulheres na moda e concursos de rainha, Tita acrescentou ao Esquema Social notícias referentes à atuação de mulheres em outros espaços sociais, como na edição de 20 a 26 de dezembro de 1980, em que homenageia Cleusa Keche pela formatura em odontologia (ESQUEMA OESTE, 20 a 26 de dezembro de 1980).

Outras mudanças também podem ser percebidas através das notícias referentes à associação entre consumo e juventude, em que foram noticiadas roupas, cores, carros, ensino superior e

Imagem 06



• Na festa do INPS, Paulo Mauricio, 11 anos, da Academia Tokio, foi destaque por sua apresentação de judô. Paulo Mauricio é faixa amarela e, apesar da pouca idade, promete ser um dos craques do judô.

Imagem 07



Guarapuava, Esquema do Oeste 13 a 19 setembro de 1980. Centro de Memória, CEDOC, Unicentro.

Imagem 08



Alexandra Santos recebendo a geração cocadinha para o jantar e comemorar a passagem de idade, no dia 11. A Alex se sente muito feliz que seja sempre feliz.

festas, como correspondentes à temáticas do público juvenil. Outro diferencial proposto por Tita ocorreu por meio da divulgação da programação de cinema da cidade. Logo, para além de apresentar os espaços de sociabilidade, como os clubes onde ocorriam os jantares e festas de aniversário ou rainha do baile, a coluna passou a apresentar o cinema como novo espaço para as relações sociais. Importante destacar que tanto as notícias de mulheres em outros diferentes setores, quanto dos modos de viver a juventude ou a publicidade do cinema contribuíram para representar o ideal de modernidade estimado pelo jornal Esquema Oeste, assim como forjar a ideia de que essa modernidade poderia ser vivida por todos/as.

Modernidade e estilo de vida também podem ser notados nas homenagens destinadas às crianças. Teresa inovou a coluna ao inserir o público infantil em todas as edições. Contudo, Tita intensificou a utilização de imagens de crianças na coluna social. Com maior destaque, muitas edições foram compostas por texto-imagem, sendo que por meio delas é possível compreender parte das experiências do que era ser criança e integrar o Esquema Social. Parte dessa reflexão pode ser observada através da edição correspondente a 13 a 19 setembro de 1980, quando foram apresentadas três crianças, sendo elas:

Todas as imagens são produções em que a pessoa fotografada posou para a foto, escapando assim da espontaneidade do registro. Na imagem 06, Paulo, homenageado por sua atuação na festa do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)

como representante da Academia Tokio, conforme a coluna “apesar da pouca idade, promete ser um dos craques do judô”. Na imagem 07 a “fofinha Ana Cristina” recebe os parabéns pelo seu aniversário, sendo informado sobre sua festa realizada no Jardim Bolinha de Neve, onde estudava. Na imagem 08, o impresso noticia Alexandra que recebeu “a geração cocadinha para o jantar e comemorar a passagem de idade”. Nas três fotos seguidas de suas narrativas é possível perceber o protagonismo das crianças nos diferentes grupos sociais que frequentavam. Ao passar a explorar novas demandas de consumo, o Esquema Social permite identificar parte dos espaços ocupados pelas crianças e compreender as experiências de vida das infâncias que tinham condições de pertencer à coluna social do impresso.

Para Sebastião Valério Silveira do Nascimento, as fotografias das crianças permitem compreender parte do processo da história da infância, família e de gênero, onde em diferentes contextos diante de objetivos distintos buscou-se registrar imagens das crianças. Para o autor, em determinados momentos, a fotografia foi utilizada como forma de festejar a vida das crianças, pois por condições diversas, entre elas a de saúde, principalmente para as crianças recém-nascidas, a vida era como algo incerto, sendo esse um dos motivos para comemorar e registrar distintos momentos da vida por meio de imagens. Para Nascimento, as imagens permitem demonstrar a integração da infância junto da família, que segundo o autor, “agora se encontra amparada no seio da família que então começa a perceber a importância de zelar

pelo bem estar das crianças tendo a preocupação em vacinar seus filhos, como também a preocupação com a sua higiene e asseio”(NASCIMENTO, 2012, p. 101).

Em um recorte de raça, gênero, classe e geração, observamos que as três crianças são brancas, possuem padrão socioeconômico propício para frequentar diferentes espaços, como a academia de judô, por exemplo, ou a escolinha Bolinha de Neve, instituição particular de ensino existente no período e destinada para estudantes do ensino fundamental I até os 06 anos de idade.³ A foto de Paulo demonstra um dos vários exemplos da associação feita entre os meninos e o esporte. Muitas das imagens noticiadas no impresso apresentam as crianças do gênero masculino com objeto dos esportes que praticavam, ou com brinquedos como carrinho, cavalo de pau, dentre outras atividades consideradas como correspondentes ao público masculino.

Já as meninas majoritariamente foram representadas em meio às flores do jardim ou com bonecas, em uma intensidade de notícias com texto-imagens onde são realizadas atribuições à delicadeza, beleza, ou à pureza associada à inocência dos anjos. Por outro lado, através destas homenagens texto-imagem é possível perceber que as crianças que possuem idade mais próxima dos 12 anos são apresentadas de forma distinta das demais. Quanto mais novas, mais aparece o papel da família como protetora. Quanto mais se aproximam dos doze anos, para os meninos, são anunciadas expectativas para uma vida adulta pautada na construção da masculinidade. Já para as meninas, termos como “brotinho” ou “cocadinha”, como na descrição de Alexandra (imagem 08), as narrativas representam a sexualização de forma natural sobre o corpo das meninas.

Ao analisar a coluna, é possível perceber que o impresso paulatinamente integrou as crianças como pertencentes ao Esquema Social. Essa inserção da infância junto a um espaço antes não visto como pertencente ao público infantil ocorreu ao menos por três motivos. O primeiro, a percepção do ativismo das crianças em diferentes setores sociais, talvez esse tenha sido reflexo de parte das comemorações ao Ano Internacional da Criança em 1979. O segundo, a construção de um público infantojuvenil consumidor condizente com os ideais de modernidade almejados no período. E por terceiro, o lucro favorecido ao proprietário do jornal, pois era necessário pagar para publicar no impresso. Mas e as crianças que não estavam no Esquema Social, onde encontra-las?

As crianças fora do Esquema Social

Com o intuito de compreender parte da realidade das crianças não pertencentes ao Esquema Social, foram analisadas notícias correspondentes à infância em outros espaços do impresso. Para além das observações já apontadas, a análise do jornal consistiu na seleção de assuntos que apresentassem as palavras: criança; infância; menores (menor) e adolescente(s), a integrar manchetes ou textos. Diante da leitura de 313 edições do Esquema Oeste, foi organizada uma tabela informando assunto e ano das publicações sobre a infância.

Diferente da infância apresentada na coluna Esquema Social, as demais páginas do impresso apresentaram muitas narrativas referentes à situação de pobreza vivida pelas crianças e a necessidade de ampará-las. Importante destacar que a Organização das Nações Unidas - ONU anunciou o ano de 1979 como o “Ano Internacional da Criança”, e que a partir dessa data existiram muitas ações ao redor do mundo em busca da conquista e garantia dos direitos das crianças. De forma muito singela o Esquema Oeste chamou atenção sobre os direitos das crianças. Na edição de 27 de janeiro a 02 de fevereiro de 1979 foi publicada uma reportagem de capa com a foto de um parque público com a manchete: “Criança não vota”. O impresso chamava a atenção do poder público municipal, questionando a precarização dos parques públicos, esses apresentados como espaços destinados para as crianças poderem usufruir do lazer, o que era compreendido como um direito. Integraram-se ainda ao longo do ano mais duas reportagens sobre o assunto, e como pode ser observado na tabela, foram as únicas reportagens sobre crianças e brincadeiras em todo o período analisado, sobressaindo outros temas veiculados como correspondentes aos direitos das crianças e estreitamente associados à condição de pobreza.

Foram recorrentes notícias associadas ao cuidado, saúde e alimentação da infância, onde as mulheres foram apresentadas como responsáveis por cuidá-las. Como no preparo da alimentação, por exemplo, que deveria ser variada, composta com muitas verduras e lavada adequadamente como garantia de saúde e livre da contaminação de doenças, apontando também a diarreia como uma das infecções mais recorrentes no público infantil. Em relação à educação, as reportagens são majoritariamente sobre as matrículas em instituições públicas de ensino. Algumas sobre a Escola Anne Sullivan, destinada às crianças com necessidades especiais, ou sobre a precarização observada em

³ Nesse período o ensino não era público e gratuito para crianças menores de 06 anos, sendo opcional a matrícula em instituições particulares.

Tabela 01

Esquema Oeste - 313 edições	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Vacinação	02	04	06	08	03	05
Brincadeira	03	00	00	00	00	00
Alimentação	02	00	00	05	00	00
Vagas na escola (matriculas, condições da escola)	03	00	03	01	07	03
Abandono, moradores/as de rua.	01 ("bebê")	00	00	00	05	04
Saúde (controle de doenças)	02	02	02	06	01	02
Aborto	00	03	00	00	00	00
Mensagens (bom dia)	02	01	01	02	03	01
Planejamento Familiar	00	01	01	01	00	00
Adoção	00	00	02	00	00	00
Instituições de acolhimento	01	02	04	01	02	02
Majoridade (menor como infrator)	02	01	03	00	01	00
Crime	00	00	01	00	00	01
Situação de pobreza	01	01	01	00	01	03
Venda de crianças ("bebês")	00	00	01	00	00	00
Trabalho	00	00	02	00	00	01
Armação	01	01	00	01	00	00
Programas de TV (influência)	00	00	00	00	01	00

Notícias sobre a infância. Org.
ZALUSKI, 2018.

algumas escolas, como falta de vagas, de saneamento básico, etc. Integram-se ainda uma diversidade de reportagens que relacionam a pobreza, infância e a situação do “menor”. Conforme Ailton José Morelli, a utilização do termo menor corresponde à construção social de uma cultura menorista desenvolvida a partir do Código de Menores de 1927, e que foi associado à violência, abandono e ao trabalho como terapêutica voltada às crianças em situação de pobreza, contribuindo para estigmatizar as crianças pobres (MORELLI, 2018).

Ainda em relação aos anúncios, o impresso veiculou notícias sobre abandono, marginalização, violência, trabalho infantil e a pobreza como problemas correspondentes a desestrutura familiar. Ter filhos/as e condições socioeconômicas para gerir toda a família foi apresentado pelo Esquema Oeste como necessários para o bom “planejamento familiar”, caso contrário, deveria-se evitar tê-los. Essas narrativas contribuem para reforçar a naturalização de que apenas as crianças oriundas de famílias de menor poder econômico estão sujeitas a violências, além de desconsiderar os problemas sociais existentes, atribuindo a responsabilidade à família. Diante de histórias tão desiguais narradas no Esquema Social, cabe destacar que o impresso noticiou também sobre os abrigos destinados para o acolhimento de crianças órfãs, moradoras de rua, rejeitadas pelos familiares, e/ou outra condição de vulnerabilidade que as fizesse habitar os abrigos. Na edição de 07 a 14 de novembro de 1980, diante do uso do texto-imagem o Esquema Oeste noticiou que “Lar Escola pode fechar por falta de recursos”.

A instituição, que possuía convênio com o Instituto de Assistência ao Menor - IAM, recebia

verbas para pequenas manutenções e pagamento de funcionários/as, e contava também com auxílio recebido da sociedade local para manter o funcionamento do “Lar Escola”. Diante da situação, a narrativa informa que, “mais de duzentas crianças que são assistidas pelo Lar Escola Retiro Feliz estão prestes a serem abandonadas a própria sorte”, destacando ainda que “desde que o Lar Escola Foi criado em Guarapuava, o problema do menor abandonado vem sendo atendido a medida do possível por aquela entidade” (Esquema do Oeste 07-14 nov. 1980). Junto ao uso da imagem o impresso buscou despertar no/a leitor a compreensão do impacto social que pode ocorrer caso a instituição feche. O nome da instituição sugere que as crianças atendidas saem da vulnerabilidade e vão para um retiro, tornando-se felizes. Contudo, diante de parte da realidade anunciada pelo impresso, é possível perceber a existência de outras relações de precariedade. Conforme Morelli, o funcionamento dessas instituições esteve respaldado no caráter assistencialista, e marca distintas transformações ao longo do século XX, onde a proteção da infância esteve “em torno da ideia do encaminhamento das crianças ao trabalho e à escola para subtraí-las à delinquência” (MORELLI, 2018, p. 262).

Diante de situação parecida, no ano seguinte o impresso noticiou que o “Lar de Nazaré passa a ser um problema da comunidade” (ESQUEMA OESTE, 04-10 de julho de 1981). Essa foi outra instituição de acolhimento da cidade a ter dificuldades financeiras, no caso, para atender as quase 200 crianças abrigadas. Para além da situação institucional, essas duas notícias nos permitem perceber uma infância bem diferente das apresentadas no Esquema Social.



Guarapuava, Esquema do Oeste 07-14
nov. 1980. Centro de Memória, CEDOC,
Unicentro.

Apenas nas duas notícias é possível identificar que aproximadamente 400 crianças eram atendidas pelas instituições mencionadas. Ao comparar as informações da tabela 01 com as notícias sobre abrigos, foi durante o ano de 1981 que se teve maior número de notícias sobre instituições de acolhimento para crianças. Importante destacar que a notícia já mencionada sobre as dificuldades do “Lar de Nazaré” foi a única publicada no mês de julho, mantendo um padrão em que o assunto era tratado em edições entre os meses de outubro a dezembro. Parte dos motivos dessa concentração pode ser percebida através do cruzamento com outras notícias, entre elas as homenagens destinadas às crianças, sejam elas correspondentes ao “Dia das Crianças” ou ao Natal.

As narrativas do impresso destinadas às “homenagens para as crianças” possuem grande associação entre infância e o período em que as crianças devem ser protegidas pela família, proporcionando a elas boa qualidade de vida, saúde, educação, alimentação, moradia, dentre outros elementos difíceis de seguir quando se está em condições econômicas desfavoráveis. Logo, seus enunciados visam mostrar a situação das crianças em meio à desigualdade social e despertar no/a leitor/a a solidariedade para promoverem a caridade. Como exemplo, destaca-se a homenagem intitulada “A menina da Casa Grande” (ESQUEMA OESTE, 06 a 12 de outubro, 1979). Escrita por Adelaide Costa La Banca, com linguagem literária, foi narrada a história de uma menina pobre que passa por grandes dificuldades, mas que merece ser parabenizada, pois conforme o impresso, “Hoje é doze de outubro, ‘Dia da Criança.’ E não somente hoje, mas um ano todo é seu, porque estamos no ano internacional da criança. Portanto, o meu beijo carinhoso em suas faces sujas e desnutridas.”

O texto é apresentado como destinado à criança pobre narrada pela história, que busca relatar parte do cotidiano da família que, para além do relato sobre o beijo no rosto, romantiza toda a situação de pobreza enfrentada pela família, em especial a da criança. Segundo La Banca, “É que seu corpinho mora em uma favela dentro de um cômodo onde vive seus pais, seus irmãos e você, mas seu coraçãozinho sonhador está num lugar bem amplo - MENINA DA CASA GRANDE.” Com teor pejorativo para a condição social enfrentada pela família, o texto menciona também que existem muitas crianças em condições parecidas, e que as pessoas irão sensibilizar-se e fazer diferentes doações, destacando que,

a sociedade irá sentir o seu drama e fazer alguma coisa porque é cristã, seguidora de um Cristo, que pediu que amasse você. E só entendo amor em forma de ação. Ele se preocupa tanto com o seu bem-estar que disse que quando nós fizéssemos [sic] alguma coisa a você, estaríamos fazendo a Ele. (ESQUEMA OESTE, 06 a 12 de outubro, 1979)

A narrativa deixa claro que o real interesse não é em ajudar a criança e/ou a família. Os valores religiosos estão sobrepostos, sendo eles os motivadores em despertar a ajuda e toda a caridade desejada no texto. Como já mencionado, esses textos são recorrentes em datas comemorativas e apresentam uma parcela da infância pobre, reforçando o pedido de caridade às instituições de acolhimento que dividem as páginas do impresso.

O Esquema Oeste também apresentou homenagens na forma texto-imagem, composto por reportagens junto ao uso de trechos de entrevistas

Imagem 10



Imagem 11



Imagem 12



Guarapuava, Esquema do Oeste 09-15 out, 1982. Centro de Memória, CEDOC, Unicentro.

feitas com algumas crianças, como a homenagem/reportagem “As crianças e seu dia”, na edição correspondente a 09-15 out, 1982. Escrito por Rosângela Maria Baia, o texto busca levar o/a leitor a refletir sobre o “Dia da Criança” e as diferentes realidades vivenciadas por crianças que possuem distintas condições econômicas. Isso pode ser percebido através das entrevistas feitas com crianças que brincavam nos parques junto aos responsáveis, e com as que trabalhavam em diferentes espaços da cidade. A reportagem informa que, “os meninos se viram como engraxates; vendem bugigangas; olham carros estacionados; trabalham nos supermercados, empacotando mercadorias e outras. Já as meninas ou vão ser pajens, ou empregadas domésticas” (ESQUEMA OESTE, 09-15 de outubro, 1982). Através dessa reportagem é possível perceber como as distinções de gênero instituídas socialmente influenciam na busca pelo trabalho e função exercida, cruzando também outras experiências do ser criança como geração e pobreza. Contudo, mesmo diante das condições de vulnerabilidade enfrentadas pelas crianças, o impresso reforça a ideia de uma menoridade violenta, quando afirma que “daí fica fácil para o pia ser delinquente, trombadinha, maconheiro, ladrão. E para a garota, ser maconheira e prostituta”.

Mesmo que o impresso tenha mostrado parte das distintas experiências das infâncias da cidade, os enunciados reforçam a ideia de que a condição de pobreza e acesso à violência está associada à falta de amparo familiar, principalmente da mulher, já que são feitas associações entre elas e a proteção das crianças. Diante disso pode-se afirmar que o Esquema Oeste ignorou os distintos problemas sociais existentes, contribuindo para o reforço da naturalização das distinções de gênero e condição social, dentre outros marcadores de relações sociais excludentes. Em relação às crianças entrevistadas, também foram retiradas algumas fotografias e utilizadas em diferentes espaços do impresso.

Na imagem 10, uma menina brinca no balanço enquanto sua mãe a acompanha na praça. Na imagem 11, um grupo de meninos trabalha nas ruas da cidade como engraxates, entregadores, cuidadores de carros, dentre outras atividades que demonstram formas de sobreviver em meio às desigualdades. Já a imagem 12 foi utilizada na capa do impresso para informar sobre a reportagem “O Dia das Crianças”, com a legenda: Priscila: “Quando eu crescer, quero ser alta”. O relato da criança desperta atenção da entrevistadora, que destaca parte da fala da menina e a integra à reportagem. Ao observar a próxima edição do Esquema Oeste, chama atenção a repetição da foto de Priscila, agora no Esquema Social. A menina

que teve voz no impresso, agora na edição de 16 a 22 de outubro de 1982 integra o esquema como forma do jornal corrigir o nome anunciado de forma errada na edição anterior. Abaixo de sua foto é informado que “Tá aí novamente a bonequinha que abrilhantou a página do ESQUEMA OESTE. A garotinha que “quando crescer quer ser alta, não se chama Priscila. O nome da mocinha é Viviane” (ESQUEMA OESTE, 16 a 22 de outubro de 1982). E, por meio dessa publicação, Viviane foi a única criança negra que integrou o Esquema Social, ao menos nas edições que correspondem ao recorte deste texto.

Considerações finais

Diante das observações deste texto, foi possível perceber parte das diferentes infâncias existentes em Guarapuava. De forma gradativa o Esquema Oeste buscou integrar a infância em suas páginas. De uma forma muito intensa o impresso apresentou narrativas sobre dois grupos muito distintos, em que as notícias sobre as crianças correspondiam à condição de pobreza e de forma muito crítica apontou a família como a principal responsável pela precariedade vivenciada por muitas crianças. O impresso se demonstrou favorável à caridade, sem questionar os problemas sociais existentes e que interferiam diretamente no cotidiano das pessoas, restringindo os problemas enfrentados por muitas crianças como resultantes da suposta má organização familiar, como se gerir a pobreza de outra forma garantisse melhor qualidade de vida às crianças.

Para além da percepção das desigualdades de condição social, através das observações do Esquema Social foi possível perceber a movimentação de parte da sociedade e a construção de novos sentidos sobre a(s) infância(s) e juventude(s) anunciados pelo impresso, e que para integrar o esquema, deveriam ser pessoas brancas e de condição social favorável para usufruir de diferentes experiências (pautadas nos estudos, festas, esporte, consumo, dentre outras atividades que marcam uma infância condizente com o Esquema Social). Assim, os corpos infantis que importavam cotidianamente eram condizentes a um restrito grupo social, o suficiente para estampar as páginas da coluna social pela demonstração de um padrão de vida, publicizando uma infância que merecia ser vivida e consumida. Por outro lado, como forma de ajuda e não solução, em meio a tantas desigualdades e vulnerabilidade enfrentadas por crianças que estavam fora do Esquema Social, suas vidas importavam para a caridade em momentos específicos do ano, sobressaindo-se interesses

particulares voltados principalmente às questões morais-religiosas.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: 2ª ed, Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2015.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter**. On the Discursive Limits of “Sex”. New York: Routledge, 1993.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **VV. AA. Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

LIMA, Walquiria; PEGORARO, Éverly. A beleza das mulheres guarapuavanas exaltadas nas páginas do jornal Esquema Oeste (1975). In: **Anais 6º Regional Sul de História da Mídia**. Mídia, fluxos migratórios e diásporas: perspectivas históricas, Ponta Grossa, 15 a 17 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sul/6o-encontro-2016/historia-do-jornalismo/a-beleza-das-mulheres-guarapuavanas-exaltadas-nas-paginas-do-jornal-esquema-oeste-1975/view> Acesso em: 18 de outubro de 2018.

MOREIRA, Rosemeri. COSTA, Renata Virgínia. Homens, masculinidade(s) e crime no jornal Esquema Oeste. **EMBORNAL**. Revista Eletrônica da Associação Nacional de História / Seção Ceará, Fortaleza, Vol. VI, Nº 11 - janeiro - junho, 2015. Disponível em: <http://seer.uece>.

MORELLI, Ainton José. Semanas de Estudos do problema de menores: debates acerca do atendimento à infância e à juventude (São Paulo, 1930-1950). IN: AREND, Sílvia Maria Fávero; MOURA, Esmeralda Blanco B. de; SOSENSKI, Susana. (Org.) **Infâncias e juventudes no século XX: histórias latino-americanas**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2018. P. 261-284.

NASCIMENTO, Sebastião Valério Silveira do. **A Criança na Fotografia: o retrato da infância na primeira metade do século XX em Belém do Pará (1900 a 1950)**. (Dissertação) Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado Acadêmico em Educação, UFP, Belém, 2012.

SANTOS, Magda Guadalupe dos; RODRIGUES, Sérgio Murilo. Corpos que importam. Tradução do prefácio do livro BUTLER, Judith. **Bodies that matter**. On the Discursive Limits of “Sex”. New York: Routledge, [1993], 2011. **Sapere Aude** – Belo Horizonte, v.6 - n.11, p.12-16 – 1º sem. 2015. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/>

pluginfile.php/1740575/mod_resource/content/2/
BUTLER.%20Judith.%20Bodies%20that%20matter_
introdu%C3%A7%C3%A3o%20em%20port.pdf
Acesso em 18 de outubro de 2018.

**“MORTA, MAS PURA E
INCONTAMINADA”:
os discursos de vida,
morte e martírio da
menina Albertina na
imprensa católica
(Florianópolis, 1952-1959)**

Kelly Caroline Noll da Silva¹
kellycarolinen@gmail.com

Resumo

Palavras-chave
Imprensa Católica;
Santidade Feminina;
Albertina Berkenbrock.

Este artigo faz parte das pesquisas realizadas durante o trabalho de conclusão de curso da autora e tem como objetivo analisar os discursos construídos pelo jornal católico O Apóstolo, responsáveis pela veiculação da propaganda de beatificação de Albertina Berkenbrock. Desde a abertura do processo de beatificação de Albertina em 1952, fora construída pelo periódico a imagem de que a menina era mártir devido ao fato de ter morrido em defesa da pureza de seu corpo. Neste sentido, os discursos iam ao encontro de transformar a criança de 12 anos, assassinada após tentativa de estupro, em mártir da Igreja Católica. Observou-se durante a pesquisa que, para que se justificasse o caráter santo na vida da menina, bem como o martírio em sua morte, o jornal fez uma escolha: priorizar a imagem da Albertina que fora mártir, em detrimento da Albertina que foi vítima de assassinato e de abuso sexual. Dessa forma, se dará atenção para os caminhos utilizados pelo jornal O Apóstolo na construção da santidade feminina de Albertina, a apropriação da história de vida e morte, bem como as relações de gênero e sexualidade presentes nos discursos que legitimavam o seu martírio e o andamento do processo de beatificação.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, PPGH/UDESC. Bolsista pelo Programa de Bolsas de Monitoria de Pós-Graduação - PROMOP/UDESC.

Quem é Albertina?

Diferente de muitas histórias, a narrativa de vida da menina Albertina começa após seu falecimento. Nas páginas do jornal católico O Apóstolo, Albertina protagoniza colunas importantes durante toda a década de 1950. Comprometendo-se em trazer “dados verídicos sobre a tão querida e heroica menina”, as matérias de primeira página de março a dezembro de 1953 narraram a breve história de vida de Albertina, mas por quê?

Nascida em abril de 1912 no pequeno município de Imaruí em Santa Catarina, sempre que lembrada pelos familiares, amigos e pessoas que a conheceram, a menina foi retratada como sendo dócil, amável, obediente, alegre, inocente, prezada e pura, todas características muito bem vistas pela sociedade na primeira metade do século passado. Albertina, como muitas das meninas de sua idade, costumava frequentar a Igreja aos domingos com seus pais. A religião católica fora algo muito presente na curta vida da menina. Sua religiosidade não acontecia apenas aos domingos, realizava suas orações diariamente, era devota e dedicava muita atenção aos momentos que passava na capela. Descrita como uma menina obediente a Deus e aos princípios da Igreja, sua pureza e inocência são tidas como exemplos que deveriam ser seguidos por todas as jovens que almejassem uma vida santa.

Nestes termos, Albertina seria como mais uma das muitas meninas da sua idade, se um evento traumático não tivesse ocorrido ainda na sua infância. Aos 15 dias de junho de 1931, em uma tarde de segunda-feira, Albertina saía de casa no município de Imaruí/SC em busca de um boi roceiro que havia furado a cerca e fugido pelas roças. Ao passar por Maneco, um antigo vizinho e amigo da família, o qual Albertina ajudava a cuidar dos filhos, a menina pediu informação sobre o paradeiro do boi. Maneco prontamente indicou a direção da mata virgem, dizendo que o boi havia ido para aqueles lados. Estes foram os últimos momentos de vida da menina.

Com uma facada no pescoço, Albertina com apenas doze anos de idade fora assassinada por Maneco após uma tentativa de estupro. O Apóstolo afirmou que a menina implorou para seu assassino que não encostasse nela, nem a maltratasse, e mesmo assim teve seu trágico fim. Eis o momento em que começa nossa história.

Vinte e um anos depois, em abril de 1952, foi aberto pelo Tribunal Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis/SC o processo pela beatificação de

Albertina Berkenbrock. Após o processo ser aceito pela Igreja em 1952, o jornal O Apóstolo começou a divulgar cada vez mais intensamente a imagem da menina Albertina, sempre apontando para o fato de ter morrido em defesa da inocência e pureza de seu corpo e de seu espírito, virtudes enaltecidas pela Igreja. Contudo, para que tal processo fosse enviado ao Vaticano para análise do Papa, faziam-se necessários, primeiramente, alguns procedimentos, entre eles juntar depoimentos que comprovassem o caráter de martírio na morte e a aceitação da comunidade à santidade de Albertina.

O Apóstolo enquanto fonte de pesquisa

Criado em 1929 pelo Apostolado da Oração da Catedral Metropolitana de Florianópolis/SC, o jornal O Apóstolo circulou com edições quinzenais até o ano de 1959. Suas edições variavam entre quatro a seis páginas e tinham como principal objetivo difundir os discursos normatizantes da moral católica. Considerando-se o porta-voz oficial do papa e da Igreja e escrito apenas por autoridades clericais, os assuntos mais frequentes das publicações na década pesquisada eram o anticomunismo, a dignidade feminina e a família e isso deve-se ao contexto histórico pelo qual o país passava.

A década de 1950, os “Anos Dourados”, fora marcada por um crescente processo de modernização, tanto nos meios de comunicação, quanto nos estilos de vida. A historiadora Carla Bassanezi (1997) ao analisar o perfil das mulheres do período, afirma que diversos novos modelos de feminilidade estavam sendo apresentados através do cinema, da televisão e das revistas, que se contrapunham ao modelo conservador (defendido pela Igreja Católica) de mulher ideal. Albertina aparece neste cenário como mais um modelo do que seria a “mulher ideal”, descrita com as características que mulheres tementes a Deus (e a Igreja) deveriam possuir. Dócil, amável, obediente, prezada e pura, eis algumas das palavras que se repetiram ao longo de toda a década de 1950 para definir a menina.

Segundo a historiadora Tânia de Luca (2006), os jornais tornam-se documentos capazes de serem utilizados na pesquisa histórica através de uma perspectiva que entende que as fontes nunca são neutras, e que devem ser analisadas conforme o contexto, o(a) autor(a) e o objetivo para o qual foram produzidas. Neste sentido, a pesquisa no jornal católico O Apóstolo se torna possível a partir

² As informações sobre a vida de Albertina Berkenbrock foram todas retiradas das páginas das edições do periódico O Apóstolo, entre 1952 e 1959.

do momento que não se busca por uma verdade definitiva sobre Albertina Berkenbrock, mas sim a forma como este tema foi conduzido nas páginas dos jornais para dentro das casas de seus leitores e leitoras, assim como as motivações que levaram à decisão de dar tanta publicidade para a sua vida, morte e martírio.

Não se pretende, portanto, determinar se existe ou não uma verdade sobre os fenômenos religiosos que envolvem Albertina, confirmar ou informar a verdade deles escapa à competência do(a) historiador(a) enquanto cientista (GOMES, 2002). A atenção está voltada para a forma como os discursos são colocados pelo jornal católico que se intitulava porta-voz do catolicismo oficial, portanto, do próprio Papa. Nos discursos do periódico é possível observar a construção de uma “aura simbólica de verdade, de uma presença divina” (RIBAS, 2009, p. 137), que colocava Albertina e sua história de santidade e martírio como legítima sempre que citada.

Vida, Morte e Martírio

A construção de uma imagem heroica na morte da menina percorreu o jornal sempre que o nome de Albertina foi citado. Para que a propagação de uma imagem santa ocorresse, O Apóstolo passou a narrar aspectos de ocorrências da vida de Albertina, a violência em sua morte e a justificativa de um martírio. Digo que são aspectos, pois a vida de Albertina foi narrada de um ponto de vista bem específico, o da Igreja. As informações levantadas sobre a vida da menina iam ao encontro dos princípios cristãos católicos e mostram que Albertina não teve apenas uma morte, mas também uma vida santa. Portanto, a produção do discurso tanto sobre a vida, quanto o crime e a morte, eram narrados por O Apóstolo de forma a selecionar, organizar e controlar a imagem que se pretendia construir.

A partir dessa pressão discursiva pela legitimação da imagem santa de Albertina, o jornal assume a responsabilidade de levar para seus leitores e leitoras o que chama de “dados verídicos, sobre a tão querida e heroica menina”³. Para Foucault (2004) este desejo por um discurso verdadeiro corresponde diretamente ao desejo de exercer o poder. A doutrina, neste caso, a doutrina religiosa, liga os indivíduos a um determinado tipo de enunciação e proíbe todos os outros. O discurso construído sobre Albertina andava em consonância com o discurso oficial da Igreja, dessa forma, havia o anseio de passar para

o leitor e leitora o que seria uma verdade e uma vontade divina, ou seja, distinguir o pecado daquilo que se espera para uma vida santa.

O discurso, para atingir sua forma completa, passa por três etapas (VEIGA, 2003), a primeira delas seria a escritura, a segunda a leitura e a terceira, que completa o ciclo, a troca. Ou seja, para que um discurso, no caso o discurso d'O Apóstolo, atinja sua forma final, precisa, para além de ser escrito e lido, ser significado por alguém. É apenas através da ordem do significante que o discurso passa a ter sentido a ponto de estabelecer uma norma, que só é alcançada através do reconhecimento de uma determinada verdade. Os discursos, portanto, não se encerram em si mesmos, mas sim “são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer” (FOUCAULT, 2004, p. 22), isto é, o discurso primeiramente precisa ser aceito, para então ser repetido e transmitido.

Essas noções do que seria um discurso e a vontade de uma determinada verdade são importantes para o que se pretende a seguir. Os dados trazidos aqui sobre a vida, morte e martírio de Albertina foram todos retirados das páginas do jornal O Apóstolo e isso deve ser levado em conta na hora da análise, visto que havia uma rede de intencionalidades por trás do que era escrito. A veiculação da vida da menina era feita sobre o olhar atento da Igreja e as informações levantadas vão ao encontro do interesse pelo reconhecimento da santidade de Albertina, a começar pelo seu nascimento.

Aos onze dias de abril de 1919 nascia Albertina, filha do casal Josefina e Henrique Berkenbrock. A família é descrita como humilde, sendo muito dedicada à religião e ao trabalho, que começava nos roçados logo cedo pela manhã e se encerrava ao anoitecer. Os cuidados com a vida cristã já faziam parte dos Berkenbrock antes do nascimento de Albertina, e foram transferidos para a menina através do seu batizado nos primeiros meses de vida.

Como todas as boas famílias cristãs, também o casal Berkenbrock não descurava e continua prática da religião: Orações em família, especialmente à mesa, a reza o terço em família, principalmente nos meses de maio e outubro. Todos os domingos, e também nos dias festivos, iam para a capelinha de São Luiz, próxima uns 30 metros de sua pobre casa

3 Sangue e silêncio na mata virgem. O Apóstolo. Florianópolis, 01 mar. 1953, n. 543, p. 01.

de madeira. (Sangue e silêncio na mata virgem. O Apóstolo. Florianópolis, 01 mar. 1953, n. 543, p. 01)

São Luiz faz parte da paróquia de Vargem do Cedro, no pequeno município de Imaruí em Santa Catarina. Segundo O Apóstolo, a grande maioria dos moradores da região praticavam a religião cristã católica e, como se trata de uma comunidade pequena, todos ali se conheciam, casavam-se e batizavam os filhos na mesma Igreja. Quando o casal Berkenbrock era citado, o jornal buscava enaltecer a questão da humildade e do trabalho, que teriam contribuído para a boa educação de Albertina.

Na infância, Albertina era vista como mais uma menina comum para a sua idade, sem nada de muito extraordinário em sua personalidade. Seu professor, Hugo Berndt, por ter convivido diariamente com Albertina em seus últimos anos de vida, fora convidado em uma das edições d'O Apóstolo para fazer seu "retrato psicológico", onde traz detalhes sobre a sua personalidade.

Albertina Berkenbrock parecia ser, ao observador superficial, criança qual as outras. Era alta, de tez clara, com cabelo muito louro. Nos folguedos era retraída, sem expansão notável, antes um pouco tímida. Por esse seu gênio quieto era muitas vezes repreendida pelos parentes e mesmo pelos próprios pais que a chamavam de "bobinha, tolinha". Era tida como sendo de inteligência apoucada. Observando-a mais atentamente, era uma criatura cheia de fatos surpreendentes. Fazia eu as refeições na casa dos pais da menina, tendo assim oportunidade e lazer de observá-la, cada dia. Comparando-a com as crianças de local, dizia comigo: - Como é que flor tão maravilhosa veio crescer entre plantas tão comuns? (Sangue e silêncio na mata virgem. O Apóstolo. Florianópolis, 15 abr. 1953, n. 546, p. 01)

A preocupação em traçar um retrato psicológico de uma menina, ainda que diferente das outras, comum para a sua idade, aproximava as vivências de Albertina com as do(a) leitor(a), o que facilitava a identificação e a aceitação do modelo de santidade previsto. Diversas são as vezes em que

ela foi descrita como "bobinha" e "tolinha" pela família e pessoas que a conheceram. Albertina era bastante tímida, e não costumava brincar muito com as meninas da sua idade, preferindo cuidar das crianças menores da vizinhança. O cuidado e o amor destinados ao lar, às crianças e à prática da religião eram exaltados nas publicações do jornal, que diferenciava Albertina das demais garotas da sua idade. As outras eram descritas como "injustas", "travessas" e "instintivas", tentavam puxar brigas com Albertina, mas esta se mantinha centrada e paciente, sendo cada vez mais retraída e acanhada.

Era menina muito boa, sempre me trazia o almoço, quando trabalhava na olaria! (...)

Foi muito direitinha, todos gostavam dela. Dava-se com todos e era de muito boas maneiras. (...)

Eu brigava com Albertina, mas ela não reagia e não respondia! (...)

Era serviçal, sem resmungar; dócil, obediente e pronta; era amável, muito delicada, nunca se vingava, nem quando os irmãos a batiam; em casa era alegre; muito modesta, especialmente ao vestir e despir-se; nunca saíram palavras menos delicadas de sua boca. (...)

Também era muito caridosa: dividia o seu lanche com as outras; dava seu pão aos pobres; no dia da sua trágica morte ainda levou comida para a casa do assassino e brincou com as criancinhas de Maneco. E o que ela gostava muito, cuidar e brincar com as crianças. Enquanto as outras meninas se divertiam com jogos e brinquedos, ela ficava em casa, aos domingos, a se entreter com as criancinhas. (Sangue e silêncio na mata virgem. O Apóstolo. Florianópolis, 01 mai. 1953, n. 547, p. 01)

Como o processo pela beatificação - bem como as publicações sobre sua vida no jornal O Apóstolo - começaram apenas 20 anos após a sua morte, muitas pessoas que conheceram e conviveram com Albertina ainda estavam vivas, o que permitia a realização de entrevistas como estas. As citações colocadas acima mostram a maneira com que a menina era vista pela comunidade. É interessante observar como essas características que antes passariam batidas tornam-se extraordinárias. A utilização de palavras como "alegre", "modesta", "obediente" e "prendada" são alguns dos adjetivos que por diversas vezes foram utilizados para caracterizá-la e contribuíram para justificar o martírio e a beatificação.

A forte presença da religião na vida de Albertina era exaltada. Aos domingos ia à Capela de São Luiz com os pais, participava da missa, das orações e das novenas. A devoção que mantinha às suas orações diárias possuía lugar especial nos discursos do jornal sobre a sua vida. Albertina escrevia suas orações em um caderno e rezava todos os dias com sua família. Este cuidado com a religião, somado aos cuidados com as crianças e a caridade aos mais pobres construíram o imaginário de que, durante toda a sua curta vida, a menina estaria destinada à santidade. Dessa forma, a pureza inerente à Albertina teria feito com que ela abdicasse da própria vida em defesa de sua honra, pureza e virtude.

A defesa dos princípios da moral católica apareceu no decorrer de toda a construção da imagem de Albertina. A narrativa construída pelo jornal segue a estrutura aqui colocada; primeiro o jornal fala sobre o nascimento da menina, a organização familiar e as características da comunidade. Num segundo momento são levantadas informações de sua vida através de entrevistas com membros da comunidade, que relatam o dia a dia de Albertina e suas relações. O terceiro momento da narrativa, que seguia ocupando as primeiras matérias das edições e publicações em seu interior, era destinado a contar detalhadamente como se deu o crime e como seguiram os dias posteriores com a investigação.

No dia do crime, Albertina saía de casa atrás de um boi roceiro que havia fugido da propriedade dos Berkenbrock. Ao encontrar com Maneco Palhoça, um antigo amigo da família, em quem confiavam e cujos filhos Albertina ajudava a cuidar, perguntou se o homem havia visto passar por aquela localidade o boi fugido. Maneco indicou prontamente a direção da mata virgem e a seguiu, o que sucedeu à tentativa de estupro e a morte da menina.

Após cometer o crime, Maneco fora ao encontro dos familiares de Albertina, com as vestes cobertas de sangue, disse que havia encontrado ela morta no meio da mata. O pai e outras pessoas que estavam presentes seguiram a direção indicada por Maneco e lá encontraram Albertina com a garganta cortada, coberta de sangue e com as vestes levantadas acima do joelho. Sem admitir que fosse o culpado, Maneco ainda descreveu as características do assassino e a direção em que o homem havia seguido. Muitos dias se passaram até que a polícia descobrisse que o verdadeiro assassino era Maneco, que a essa altura já havia fugido da cidade.

(...) Foi, como se um raio de sangue caísse sobre S. Luiz, quando se espalhou, repentinamente, a notícia: ALBERTINA FOI MORTA!

Eram quase cinco horas da tarde, do dia 15 de junho de 1931!

Maneco Palhoça trouxera a terrível notícia: Encontrara a menina morta, degolada, num grotão do mato! Todo esbaforido, viera correndo e gritando: “mataram Albertina!” Entrou no engenho de farinha do Sr. João José Berkenbrock, tio da menina que naquele momento estava a fornecer a farinha. Ele conta o seguinte:

“Veio Manoel Martins da Silva, vulgo Palhoça, da roça onde tinha ido buscar uma carrada de feijão, correndo e gritando que tinham matado a filha do meu irmão Henrique, que só contava 12 anos de idade, dizendo que encontrou um homem matando-a mas estando ele, Palhoça com o braço direito cheio de sangue, como prova a roupa dele. Corri, junto com o Sr. Lóssio José Rodrigues mais algumas pessoas, junto com o pai da menina morta, ao lugar indicado pelo dito Manoel Palhoça (...) (Sangue e silêncio na mata virgem. O Apóstolo. Florianópolis, 15 mai. 1953, n. 548, p. 01)

Através de longas matérias, o jornal descreveu minuciosamente os dias da perseguição atrás de Maneco, que finalmente fora encontrado e confessou o crime. Muita atenção foi dada para o dia da morte de Albertina, isto porque foi a partir dela que o martírio fora justificado. O Apóstolo afirmou que a menina teria sido assassinada por Manoel Martins da Silva após se recusar em ter relações sexuais com o mesmo. Essa afirmação é de extrema importância, pois, caso Maneco tivesse conseguido concretizar suas intenções, o processo de beatificação de Albertina não poderia seguir adiante, visto que era necessária a comprovação de sua virgindade. A defesa da pureza e virgindade de seu corpo segue sendo indispensável para a Igreja, para o jornal O Apóstolo, para seus leitores e leitoras e para a comunidade em que Albertina estava inserida.

(...) Seu rosto estava sereno e calmo, como em vida, parecia uma Imaculada Conceição.

Ainda duas testemunhas afirmam que parece ter sido degolada em pé.

O quadro de horror até aparece, na visão da eternidade, belo!

Menina inocente, segurando seu vestidinho com ambas as mãos, contra o corpo, querendo, ainda morta, defender-se contra a violação necrofílica.

Toda roupa, mãos, cabelos rubros de sangue e sujos de terra, com o pescoço cortado, de lado a lado, até aparecer o céu da boca, traçando uma perna sobre a outra e calcando-a fortemente contra uma raiz, a cabeça deitada para a direita e na face a expressão da paz: Descanse em paz, mártir de Cristo! (...) (Sangue e silêncio na mata virgem. O Apóstolo. Florianópolis, 01 mai. 1953, n. 549, p. 01)

A morte de Albertina acabou sendo romantizada pelo jornal, que atribuiu o óbito dela a um ato de coragem e de virtude frente à situação que se encontrava. A atenção dada aos detalhes do crime visava legitimar, mais uma vez, a ação de Albertina em defesa das virtudes, da pureza, e da obediência aos ensinamentos da Igreja, com quem teve contato desde os primeiros anos de vida. O horror do assassinato ficou em segundo plano, colocando a descrição do quadro em que a menina foi encontrada, conforme citação acima, como belo e remetendo a uma figura santa. A partir disso, constrói-se a sua imagem de mártir, de heroína catarinense, que preferiu sacrificar a própria vida a ter que lidar com a desonra em seu nome.

Talvez muita moça, e muita senhora, muito moço e muito homem, choram amargas lágrimas de arrependimento, junto ao exemplo vivo de heroísmo! Junto ao túmulo de virgem-mártir Albertina! Se ela foi pura em circunstâncias difíceis, no momento em que dum SIM dependia a vida e no momento em que um NÃO incorreria na morte certa, mas morte gloriosa de mártir heroína, Albertina escolheu a Morte Albertina disse o NÃO não pecarei, mas

obedeceria a Deus! (Sangue e silêncio na mata virgem. O Apóstolo. Florianópolis, 15 ago. 1953, n. 553, p. 01)

A obediência aos mandamentos de Deus sempre fora glorificada no caso de Albertina. A resistência atestada pelo jornal no ato do crime foi fundamental para o caráter de martírio que se visava confirmar e a morte seria a maneira encontrada pela menina para expurgar-se do mal iminente e lhe permitir a salvação.

O discurso do jornal, ao se pretender verdadeiro, afirmava buscar informações no próprio processo crime de Albertina. Os detalhes sobre a investigação e diversas entrevistas registradas foram retirados de lá para trazer o tom da oficialidade para dentro das páginas do jornal. Juntamente com as publicações, há também diversas fotografias de Albertina e de seus familiares, de seu túmulo e da Capela de Santa Inês, que fora construída no possível local da sua morte, a aproximar o(a) leitor(a) das vivências da menina.

Considerações finais

As virtudes atribuídas à Albertina não apenas no leito da sua morte, mas também em vida, contribuíram para a legitimação do seu caráter santo. A sua descrição como dócil e amável com as crianças, trabalhadora e prezada com o cuidado da casa, bondosa com o próximo e obediente aos mandamentos da Igreja traçaram um perfil de mulher ideal e conferiram um lado humano para a santidade, que se torna passível de ser alcançada por todas as mulheres dispostas a seguir as normas da Igreja.

Quando o jornal abordava o tema da morte de Albertina, a atenção era dada mais ao caráter místico e heroico do evento do que à tentativa de estupro seguida da morte da menina. O crime acabou servindo para justificar e legitimar a santidade de Albertina Berkenbrock e pouca ou nenhuma discussão foi feita sobre a violência sofrida, durante a década pesquisada no jornal.

Os discursos normatizadores colocados pela Igreja Católica no caso de Albertina Berkenbrock acabaram servindo de instrumento para que padrões permanecessem e se multiplicassem na sociedade ocidental. O caráter de martírio colocado na morte violenta de Albertina, reforçado nas páginas do jornal, contribuiu para que o imaginário em torno de um sacrifício realizado em nome da pureza e dos valores cristãos permanecesse vivo na comunidade. Prova disso, é que estes mesmos discursos serviram

de base para que, 55 anos depois da abertura do processo, através do papado de Bento XVI, no ano de 2007, Albertina Berkenbrock fosse, enfim, beatificada.

Os adjetivos utilizados por O Apóstolo para descrever a menina de forma condizente aos princípios da Igreja Católica contribuíram para a construção de um modelo de santidade feminina a partir de evidentes relações de gênero, corpo e sexualidade. Em detrimento disso, o crime sexual que causou a sua morte acabou sendo invisibilizado e a imagem de Albertina como santa se sobrepôs à de Albertina que fora vítima.

Referências

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: Bassanezi, Carla; DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto: Ed. da UNESP, 1997, pp. 607-639.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: 10^a ed., São Paulo: Loyola, 2004.

GOMES, Francisco José da Silva. A Religião Como Objeto da História. In: LIMA, Lana Lage da Gama **História & Religião**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, pp. 13-24.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi [et all]. **Fontes Históricas**. 2^a ed, São Paulo: Contexto, 2006, pp. 111-154.

RIBAS, Ana Claudia. **A “boa imprensa” e a “sagrada família”: sexualidade, casamento e moral nos discursos da imprensa em Florianópolis - 1929/1959**. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC, Florianópolis, 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Fonte

Jornal O Apóstolo. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, 1952 – 1959.

NINGUÉM PRECISA DE TANTO BRINQUEDO: criança, mídia, consumo e as formas de encantamento na publicidade de brinquedos

Ana Cláudia Taú¹
ana.tau@fmpsc.edu.br

Mariana Suyan Martins Dutra²
mariana.dutra@aluno.fmpsc.edu.br

Palavras-chave

Criança;
Mídia;
Consumo;
Internet;
Educação.

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender de que forma o consumo de brinquedos é fomentado por meio da publicidade televisiva e da internet. Embasando-nos pelos referenciais teóricos de Philippe Ariés, David Buckingham e Inês Silva Vitorino Sampaio, discutimos como o conceito de infância foi construído historicamente e como por muito tempo tal ideia foi inexistente. Nesse sentido, apresentamos como o conceito de criança se modifica com o passar dos anos e como ele se estabelece na contemporaneidade, momento em que a ideia de criança está atrelada à cultura midiática. Neste estudo mostramos como as mídias eletrônicas se relacionam com a ideia do consumo infantil de brinquedos e como este acontece nesse cenário cuja publicidade aparece de diversas maneiras. Para tanto trazemos quatro análises de publicidade de brinquedos das décadas de 1980, 1990 e anos 2000, mostrando como se deu as mudanças nesse período e como é importante a educação para preparar as crianças para esse mundo dado pela relação entre mídia e consumo.

¹ Socióloga, mestre em Multimeios, professora do curso de Pedagogia da Faculdade Municipal de Palhoça.

² Pedagoga e professora de Educação Especial.

A publicidade é feita em diversas plataformas e uma delas são os canais com programas direcionados ao público infantil que exibem, principalmente, propagandas que influenciam a compra de brinquedos. Além da televisão, uma plataforma mais recente está ganhando notoriedade entre as empresas: a internet. Sabe-se que não é de agora que a mídia vem determinando a maneira de se vestir, o que comprar e até mesmo o que comer, por meio de estratégias mercadológicas minuciosamente feitas para atingir o alvo principal. E quando esse alvo é a criança, as empresas de merchandising tem um ponto a seu favor, conforme pesquisas, no Brasil as crianças chegam a influenciar até 80% das decisões de compra de uma família (NISTI; RENNER, 2008). Assim, as empresas conseguem atingir, por meio da publicidade, diretamente as crianças e indiretamente suas famílias.

A forma de ser e ver a criança como a vemos atualmente nem sempre foi constante. O autor Philippe Ariés em sua obra “A história Social da Infância e da Família” (1981), relata que essa ideia de infância que temos hoje inexistiu para a sociedade até meados do século XIX, sendo que no contexto europeu, não havia a compreensão de um período da infância demarcado, sendo a figura da criança na sociedade muito apagada. Já na contemporaneidade impera a ideia de que a criança é um sujeito histórico e de direitos. No atual contexto familiar a criança é vista com prioridade, como alguém que deve ser cuidada por todos. Esse cuidado é de fato parte da cultura contemporânea e muitas vezes, associado à ideia de inocência e dependência. Buckingham (2007) relata que a ideia de ingenuidade atribuída às crianças acarreta em privações no que concerne às suas escolhas.

Por outro viés, temos que ressaltar que a criança como centro da estrutura familiar concentra certo poder de decisão e escolha. A esse respeito, Buckingham declara: “Na medida em que pais e mães em geral passam menos tempo com as crianças, eles dão um valor maior ao tempo em que estão com elas e investem mais substancialmente nele: o ‘tempo de qualidade’ tornou-se um tipo de mercadoria” (BUCKINGHAM, 2007, p. 43-44). Uma das formas de compensar esse “tempo perdido” é a compra de brinquedos. Hoje o mercado possui uma infinita gama de variedades de produtos para crianças, a qual se vê diariamente nos comerciais disponibilizados por meio das mídias. A presença da mídia nos seus diversos meios de apresentação seja via internet, televisão, revistas, outdoors, etc. é uma constante. “A realidade é que o público infantil sofre um verdadeiro bombardeio em quase todos os lugares

por onde passa” (MAGALHÃES, 2016, p. 25). É quase impossível que uma criança nunca tenha visto um anúncio que “conversasse” com ela, instigando-a a ter determinado produto com promessas de felicidade.

A publicidade sempre esteve em todas as TV’s por assinatura, sendo ainda mais frequente nos canais que compõem os pacotes básicos. De carros a perfumes, milhares de produtos são oferecidos por meio das propagandas. Os brinquedos também fazem parte dos itens ofertados e para estes, as propagandas sempre foram mais elaboradas e fantasiosas. Carros que “voam”, bonecas que choram e fazem xixi; uma verdadeira super produção voltada diretamente para as crianças. No ano de 2004 o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) instituiu sua resolução número 163, publicada no Diário Oficial da União (DOU). Esta resolução considera abusiva toda forma de publicidade feita diretamente para as crianças, sendo proibido o direcionamento à criança de anúncios impressos, comerciais televisivos, spots de rádio, banners e sites, embalagens, promoções, merchandising, ações em shows e apresentações e nos pontos de venda.

O texto do decreto lista quais situações definem o abuso na publicidade, entre eles estão o uso de trilha sonora com músicas infantis, excesso de cores e efeitos especiais, bem como personagens ou apresentadores infantis. A resolução representa um grande avanço à preservação dos direitos das crianças. No entanto, na TV fechada as publicidades de brinquedo continuam sendo veiculadas sem nenhuma fiscalização efetiva. Além disso, num cenário mais recente vem sendo explorada e se consolidando uma nova ferramenta para a publicidade: a internet.

Nas análises das publicidades aqui selecionadas, pretendemos identificar algumas mudanças que aconteceram a partir da resolução, como também, possíveis retrocessos com a nova roupagem dada pela internet. A primeira propaganda analisada é do ano de 1989, momento anterior à Resolução 163 do CONANDA. Ela traz aspectos importantes quanto às questões levantadas pela resolução.

No início da peça publicitária de 1989, vemos uma criança acordando com a luz de uma estrela no quarto. Em seguida uma menina aparentemente tomando café da manhã avista uma estrela (Figura 1). Logo avistamos um grupo de meninas dançando balé que também são surpreendidas com a estrela (Figura 2) e então outras crianças aparecem seguindo a estrela.

No ápice da publicidade, como num passe de mágica, brinquedos aparecem nas mãos de todas as crianças, que felizes começam a brincar

Figura 01



Criança avista a estrela e a segue
Fonte: print screen (2018) do comercial dia das crianças Estrela (1989).

Figura 02



Meninas dançam balé e são surpreendidas por uma estrela.
Fonte: print screen (2018) do comercial dia das crianças Estrela (1989).

Figura 03



O sexismo nos brinquedos.
Fonte: print screen (2018) do comercial dias das crianças Estrela (1989).

com seus novos brinquedos. Esses são aspectos de uma linguagem apelativa e fantasiosa que é particularmente usada para o público em questão: crianças. Diante da observação dessa imagem nota-se o reforço de estereótipos de gênero quanto ao consumo infantil, pois os brinquedos que aparecem com as meninas são em sua maioria bonecas e na mão dos meninos há carrinhos, jogos, etc., como podemos ver na Figura 3.

A partir de uma visão crítica sobre a publicidade, notamos que as questões de gênero estão muito presentes. Quando estereotipam o tipo de presente que as meninas “ganham” e o tipo de presentes que os meninos “ganham”, vemos que não se dá oportunidade de escolha para criança, o que mostra uma grande influência da visão do adulto no processo de consumo. Essa visão do adulto sobre um processo que deveria ser da criança contribui para a manutenção dos estereótipos sociais sobre o que deve ser consumido por meninos e meninas, reproduzindo assim questões como sexismo, machismo e a heteronormatividade. Odinino (2009) defende que há uma oposição entre os segmentos de consumo infantis, o que é um mecanismo de reprodução cultural dessas questões. Isso vai de encontro também com as ideias já abordadas por Buckingham (2007) referente a não participação da criança na mídia, que acaba presa à visão do que o adulto acha o que é certo pra ela, impossibilitando sua participação como sujeito transformador dessa sociedade. Quase no final da publicidade de 1989 um narrador declara: “Dia da criança, dia de brinquedo Estrela”. Por fim, um garoto aparece “dentro” da logomarca e fala: “Pô, sem brinquedo Estrela não é dia da criança”.

Esta última frase vista na peça enfatiza bem a questão do desrespeito à diversidade no âmbito das classes sociais. Quando o garoto diz: “Pô, sem brinquedo Estrela não é dia da criança”, vemos uma atitude parecida com a que aconteceu na propaganda da tesoura do Mickey, que ficou muito conhecida nos anos 90, na qual um garoto insistentemente dizia para o público: “Eu tenho, você não tem, eu tenho, você não tem”. Este é o tipo de fala que promove a segregação daquelas crianças com famílias que têm poder de compra, daquelas que não possuem.

Nesse mesmo estilo de publicidade, analisamos um comercial do início da década de 1990, que apresentava a nova coleção de bonecas princesas da Disney. Já de início vemos uma “apresentadora” branca de olhos azuis como porta-voz da marca (Figura 4).

A primeira fala da atriz mirim é feita atrás de uma bancada que acomoda cinco princesas da Disney, com uma trilha sonora que remete a uma caixa de bailarina. Neste momento a garota diz: “Venho a público agradecer à Estrela por transformar meu sonho em realidade, chegaram os clássicos Disney para brincar comigo!”. Após a fala inicial, a criança começa a elencar as bonecas pelo nome enquanto as imagens das bonecas correspondentes aparecem no vídeo (Cinderela, Bela Adormecida, Branca de Neve, Bella e Jasmine).

Logo após apresentar as bonecas, trechos das animações da Disney aparecem (Figura 5), enquanto a garota declara: “Todas que eu já adorava nos desenhos da Walt Disney agora para sempre ao meu lado”.

Figura 04



Menina branca de olhos claros é a atriz da propaganda.
Fonte: print screen (2018) do comercial Princesas Disney (1993).

Figura 05



Imagens de desenhos clássicos da Disney.
Fonte: print screen (2018) do comercial princesas Disney (1993).

Figura 06



Atriz mirim e sua coleção de bonecas.
Fonte: print screen (2018) do comercial princesas Disney (1993).

As cenas dos filmes clássicos Disney são usadas na propaganda para reforçar a referência ao “mundo encantado das princesas” e assim reafirmar o quanto as bonecas podem ser “reais”, além de que é possível materializá-las na sua própria casa.

Por fim, a frase final é declarada com animação e gestos que refletem a felicidade por “possuir” todas as bonecas: “Minha casa virou um castelo encantado, ela está cheia de princesas!”. Ao final o narrador complementa, informando: “Clássicos Disney da Estrela, para brincar e sonhar”.

A peça em questão cria um típico cenário de encantamento muito presente na publicidade infantil da época. Segundo Rebouças (2015, p. 136) “[...] a publicidade é sonho, é estímulo a desejos e é criatividade sem limites”. É evidente que a criança envolta pela magia apresentada na propaganda não vai querer apenas uma, mas sim todas as princesas Disney em sua casa, e é neste contexto que vemos um estímulo a um consumismo exacerbado direcionado às crianças que por sua vez não estão preparadas para lidar com tamanho artifício da linguagem

audiovisual. Isto se dá por várias razões entre as quais se destaca a falta de uma educação voltada para uma compreensão mais crítica desse tipo de linguagem.

Na sequência cronológica das análises, chegamos ao século XXI, momento em que algumas mudanças começam a ocorrer na linguagem publicitária voltada para o público infantil. O comercial analisado a seguir é de 2018 e tem em média 13 segundos, menos da metade do tempo das propagandas dos anos anteriores (1:07 na década de 1980 e 0:44 segundos na década de 1990). É notório aqui que o tempo de duração muda drasticamente na propaganda mais recente. Fato esse relacionado às questões legais que começam a regular a publicidade infantil na TV em 2014 (como a Resolução número 163 do CONANDA).

Outro fator importante visto na análise da peça publicitária de 2018 refere-se à diversidade dos atores mirins. Diferente das propagandas antigas, nesta mais recente há uma menina negra, uma ruiva, uma asiática e dois meninos, sendo um deles asiático (Figuras 7, 8 e 9).

Figura 07



Menina negra na abertura da propaganda e brincando com a boneca.
Fonte: print screen Discovery Kids (2018).

Figura 08



Menina ruiva e de cabelos cacheados brincando com a boneca.
Fonte: print screen Discovery Kids (2018).

Figura 09



Menino e menina com traços asiáticos brincando com a boneca.
Fonte: print screen Discovery Kids (2018).

Ao ver as imagens dos atores mirins que aparecem na publicidade constatamos uma diferença com relação às publicidades analisadas anteriormente, nas quais o reforço das distinções de gênero se faziam mais presentes. Dessa vez há certo respeito à diversidade no âmbito do gênero e da etnia,

principalmente no que se refere à representatividade da criança negra, vista logo no início da propaganda. A variedade das bonecas disponível no mercado também é um ponto importante referente à diversidade, uma vez que existe uma boneca negra disponível para compra. Esta representatividade

traz para a criança o resgate de sua identidade, que muitas vezes é esquecida em meio às padronizações existentes no mercado.

As questões de gênero presentes nas publicidades analisadas anteriormente recuam um passo importante neste comercial, pois não apenas um, mas dois meninos aparecem brincando com a boneca e o boneco. Esta é uma ação que enfatiza que brinquedos são brinquedos e brinca quem quiser! Sem padrões e sem rótulos, assim deveria ser o mundo atual, sobretudo o mundo lúdico da criança.

O texto da resolução do CONANDA, de 2014, lista alguns aspectos que são considerados abusivos no que diz respeito à publicidade infantil e dentre eles estão: “linguagem infantil, excesso de cores, trilhas sonoras de músicas infantis ou cantadas por vozes de criança” (CONANDA, 2014, art. 1). Diante do que diz o texto desta normativa compreendemos que apesar dos avanços vistos nesta propaganda de 2018 ainda é difícil afirmar que o comercial mencionado anteriormente é ou não adequado para as crianças, uma vez que ainda apresenta em grande parte os aspectos da linguagem audiovisual considerados abusivos pela lei.

Importante destacar também o valor do produto anunciado. Em breve pesquisa na plataforma online da rede de lojas Ri Happy, encontramos uma boneca na versão da publicidade, disponível por valores entre R\$ 231,00 e R\$ 275,00 reais. Trata-se, o valor em questão, de uma afronta à classe trabalhadora, uma vez que o brinquedo custa $\frac{1}{3}$ do salário mínimo atual (R\$ 937,00) e que, movidas pelo afeto, muitas famílias buscam comprar o brinquedo no sistema parcelado de crédito.

Diante das análises televisivas analisadas até aqui vemos que é inegável que o consumo de brinquedos é parte das estratégias de venda diariamente fomentada por intermédio da publicidade televisiva. No entanto, as propagandas televisivas da atualidade estão muito mais regulamentadas se comparadas aos comerciais antigos. A resolução do CONANDA (2014) trouxe um novo cenário para o marketing televisivo, sendo uma grande vitória na luta pelo consumo inteligente que prevê o acesso aos brinquedos livres de estereótipos. Com essa limitação da publicidade televisiva dada por sua regulamentação, a internet aparece como uma nova fórmula de sucesso nas estratégias mercadológicas. É para lá que se encaminham hoje grande parte do merchandising principalmente quando se trata do nicho dos brinquedos. Com o número de youtubers mirins cada vez maior, muitas empresas apostam em uma nova estratégia para a venda de seus produtos: vídeos patrocinados para

divulgação. Um tipo de publicidade muito comum no meio dos canais infantis são os unboxings que funcionam da seguinte maneira: a empresa manda brinquedos e os youtubers mostram o que ganharam em vídeo. Muitos desses vídeos são patrocinados, portanto, as crianças recebem o brinquedo e um valor em dinheiro como forma de pagamento pelo trabalho publicitário realizado.

Diante disso chegamos à análise de uma publicidade feita em canais de youtube: a propaganda da internet feita com uma youtuber mirim de Minas Gerais, Julia Silva. Em seu canal Julia faz resenhas sobre brinquedos, sendo esse seu principal tipo de vídeo produzido. Atualmente ela tem quase 3 milhões e meio de inscritos em seu canal. O vídeo analisado foi publicado em 20 de novembro de 2015 e possuía 1.964.427 visualizações até outubro de 2018. Possui cerca de 10 minutos e o conteúdo foi produzido por meio da estratégia comercial unboxing. Na descrição do vídeo há sinalização de publicidade e um link com um código de desconto da loja que enviou os brinquedos.

No início do vídeo a youtuber Julia informa:

Oi pessoal, hoje eu estou super feliz porque eu ganhei esses presentes bem grandes do site Toys.com.br e eles são da Cotiplás. O que tem aqui dentro é a linha oficial de acessórios Baby Alive e tudo isso é da Cotiplás e você pode encontrar no site Toys.com.br. Eu vou mostrar para vocês tudinho, vamos lá? (SILVA, 2015)

Sucessivamente a menina vai abrindo as caixas e fazendo ali mesmo na hora uma pequena “resenha” do brinquedo, com entusiasmo e felicidade. Depois de abrir todas as caixas Julia fala de cada brinquedo novamente, mostra detalhes do produto e também um cartão surpresa que veio com os brinquedos recebidos (Figura 10).

Ai gente que demais, isso daqui é um bebê conforto pra gente colocar as nossas Baby Alive, e a gente pode dar comida, colocar ela no carro e levar ela pra onde a gente quiser, porque ela tem essa alcinha aqui ó Ele é todo rosa e tem detalhes azuis. Eu amei, muito fofo. (SILVA, 2015)

Esse vídeo do canal da Julia Silva consegue reunir todos os elementos já criticados e analisados até aqui: sexismo, incentivo ao consumismo infantil exacerbado e o desrespeito à diversidade no âmbito de raça, gênero e classes sociais.

Figura 10



Julia e o cartão surpresa.

Fonte: print screen (2018) canal Julia Silva (2015).

Figura 11



Julia mostrando os detalhes dos brinquedos recebidos.

Fonte: print screen (2018) canal Julia Silva, (2015).

Destacamos que há hoje um incentivo a este tipo de publicidade, pois ela permite que os youtubers influenciem diretamente os desejos das crianças que a assistem. No vídeo analisado, além das inúmeras bonecas que a Julia já possui e que servem de cenário para o vídeo, há inúmeros acessórios para elas, os quais são anunciados aos poucos pela youtuber mirim.

O entusiasmo com que Julia mostra o que ganhou e a resenha que faz dos brinquedos reforçam um cenário irreal de felicidade e satisfação por possuir todos os acessórios. Este aspecto de certa forma desperta em seu público a necessidade de possuir todos aqueles brinquedos que ela apresenta em seu canal. Afinal, “se a Julia tem tudo isso, eu também preciso ter”. Em outras palavras, a estratégia traçada pelos anunciantes é um tanto quanto antiética, pois se utiliza da imagem influente de uma criança para vender os produtos, criando um cenário “real” de encantamento e de necessidade de possuir uma infinidade de brinquedos. A cartada final fica por conta da misteriosa surpresa que nada mais é do

que um desconto na compra de brinquedos só para os inscritos do canal. Com o cartão de descontos tudo fica mais barato, podendo as crianças comprarem mais brinquedos.

É necessário destacar que há uma obsolescência embutida nos produtos, porque é inevitável pensar que estes acessórios vão ser substituídos por outros logo. Se hoje a cozinha da boneca Baby Alive conta com um fogão, amanhã terá que ter um microondas e assim por diante. Neste sentido, as classes menos favorecidas sofrem as desvantagens diante dessa lógica, porque como visto anteriormente, apenas uma boneca custa quase $\frac{1}{3}$ do salário mínimo atual, não estando acessível à maioria das famílias brasileiras. Todos os acessórios ultrapassam mais de dois salários mínimos, o que compromete a aquisição da coleção e principalmente a manutenção das despesas familiares, como alimentação, saúde e outros.

A predominância da cor rosa nos brinquedos é outro fator que desperta atenção e vemos que o sexismo mais uma vez se faz presente (Figura 11). A

figura da menina, mostrando brinquedos comumente designados para meninas, demonstra que mesmo que, atualmente, na internet, a publicidade encaminhasse para uma realidade muito parecida com a que vimos nos comerciais mais antigos, apesar da nova roupagem. Parece haver um retrocesso em relação às questões do respeito à diversidade nesta nova narrativa, presente nos canais dos youtubers.

Diante do que foi apresentado, concluímos que mesmo com a resolução do CONANDA, de 2014, todo o esforço feito na busca por ideais de respeito e igualdade parece ausente na indústria publicitária, que caminha ao contrário, quando retoma aspectos que já deveriam ter ficado no passado. Aspectos que reforçam estereótipos e fomentam o consumo. Vemos que diante dessa questão a criança deve ser preparada para as mídias. Somente desta forma a relação criança X mídia poderá acontecer de forma transparente, a fim de produzir um pensamento reflexivo na criança que por sua vez, quando se deparar com determinados tipos de publicidade seja capaz de refletir até que ponto determinados brinquedos são representativos para ela e se realmente é necessário possuí-los. Afinal, ninguém precisa de tanto brinquedo!

Referências

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BUCKINGHAM, David. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. Tradução: Gilka Girardello e Isabel Orofino. São Paulo: Loyola, 2007.

CRIANÇA, **a alma do negócio**. Brasil: Maria Farinha Filmes, 2008. Son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ur9lIf4RaZ4>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

CRIANÇA E CONSUMO. **Publicidade dirigida às crianças deve acabar**. Disponível em: <http://criancaeconsumo.org.br/noticias/publicidade-dirigida-as-criancas-deve-acabar/>. Acesso em: 18 mar. 2018

ODININO, Juliane Di Paula. Super-Meninas em: o poder do rosa!?! Por uma compreensão das feminilidades infantis a partir dos estudos de mídia, gênero e infância. In: **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3, pp. 887-913, abr. 2016.

ASILO DE ÓRFÃS SÃO VICENTE DE PAULO: educar para que e para quem? (Florianópolis, 1900-1930)

Chirley Beatriz da Silva Vieira¹

schirleypsi@gmail.com

Palavras-chave

Educação;
Currículo;
Formação.

Resumo

O Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo foi criado pela Irmandade do Divino Espírito Santo, no início do século XX, no município de Florianópolis, Santa Catarina. A instituição foi gerida pelas Irmãs da Divina Providência. Na apresentação deste trabalho, pretendeu-se discutir o currículo elaborado pela Irmandade do Divino Espírito Santo, Congregação das Irmãs da Divina Providência, Igreja Católica Apostólica Romana e pelo Estado como proposta de educação e formação das internas. A fonte destacada nessa discussão se trata do Regimento Interno do Asilo de 1924, documento que compõe o acervo da Irmandade do Divino Espírito Santo. A educação no Asilo São Vicente de Paulo foi instituída de acordo com o Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Santa Catarina (Lei nº 967/1913). O currículo escolar contava com as seguintes disciplinas: leitura, caligrafia, linguagem, contas, princípios de geografia, canto, noções de puericultura. O referido tema é parte integrante da minha Dissertação de Mestrado em Educação, que abordou o estudo da educação de meninas e moças neste abrigo entre os anos 1900 e 1930. Compreende-se neste estudo a construção de saberes interseccionais para a História da Infância e da Juventude, como também para a História e Historiografia da Educação em relação à temática da educação de meninas e moças no Brasil, institucionalizadas ou não.

¹ Mestra em Educação – PPGE/UDESC. Coordenadora de Projetos da FAPESC. Integrante do Grupo de Estudos de História da Infância e da Juventude-GEHIJ/UDESC. Florianópolis/SC.

Este artigo constitui parte das reflexões desenvolvidas em minha dissertação de Mestrado em Educação, sobre a educação e a formação escolar das meninas e moças, órfãs ou abandonadas, internadas no Asilo de Órfãos São Vicente de Paulo em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, entre os anos 1900 e 1930. O recorte temporal da pesquisa se deu em função da fundação do asilo no ano de 1900, em um período de intensas mudanças políticas, econômicas e sociais, com o advento da República.

A pesquisa realizada conta com documentações do acervo do Memorial da Irmandade do Divino Espírito Santo, que se localiza atualmente no centro de Florianópolis, tendo livros atas, regimentos, estatutos, fotografias, livros didáticos, enciclopédias, entre outras fontes que estão sendo digitalizadas através de um projeto coordenado pela Professora Dra. Silvia Maria Fávero Arend.¹²

O Asilo de Órfãos São Vicente de Paulo foi criado pela Irmandade do Divino Espírito Santo e representantes da Igreja Católica Matriz de Florianópolis, com a parceria da Congregação das Irmãs da Divina Providência e o apoio do governo do Estado, para atender meninas e moças entre três e 18 anos de idade, órfãs ou abandonadas no município de Florianópolis, no ano de 1900. O orfanato ofertava educação e formação escolar, bem como o ensino profissional, que prepararia as internas principalmente para o trabalho doméstico. A Irmandade do Divino Espírito Santo manteve também a Escola São Vicente de Paulo em forma de externato até o ano 1929 para meninas do entorno do asilo.

Dentre as fontes documentais consultadas, para este texto será utilizado o Regimento Interno de 1924, que logo no início de sua redação enfatiza seu maior objetivo:

Art. 2º - As aulas profissionais do Asylo não se destinam a preparar operárias, mas donas de casa, conscientes de seus deveres e responsabilidades, capazes de executar os mais necessários trabalhos domésticos e aptas para honesta e desembaraçadamente se manterem a custo do próprio

trabalho, mediante o exercício de qualquer dos misteres aprendidos no Asylo. (REGIMENTO INTERNO, 1924, p. 01-02)

Ao distinguir as funções das “operárias” e das “donas de casa”, os membros da Irmandade do Divino Espírito Santo e as Irmãs da Divina Providência, estas últimas, as educadoras diretas das internas, objetivavam sua formação para o aprendizado dos serviços domésticos. Os cursos as preparariam para uma atuação diversa nas casas das famílias abastadas de Florianópolis a fim de atender uma demanda de serviços a partir do aprendizado adquirido no asilo.

Parte dos interesses dessa formação pode ser compreendido ao observarmos o desenvolvimento da cidade. Florianópolis, no início do século XX, crescia para além das atividades do comércio. O historiador Carlos Humberto P. Corrêa explica que,

Em 1914, Florianópolis possuía somente 606 casas comerciais. Além da fábrica de pregos, do estaleiro Arataca e da fábrica de bordados Hoepcke, havia uma pequena indústria de bens de consumo que resumia-se em móveis, torrefação de café, telhas de cimento, vinagre, bebidas, sabão, cigarros, massas alimentícias e refinação de açúcar. (2004, p. 279)

Por maior que fosse o crescimento e o desenvolvimento econômico que emergisse na capital do Estado de Santa Catarina no início do século XX, para as mulheres pobres, a intencionalidade educacional se construía sobre as principais ocupações que se reservava ao “feminino” - lavadeiras, cozinheiras, criadas. Não obstante, eram estas funções o foco da educação das meninas e moças do Asilo de Órfãos São Vicente de Paulo.

Para a garantia do aprendizado, o Regimento Interno acrescia ao Artigo 2º, o seguinte:

§ 1º - No curso profissional haverá aulas de costuras, bordados, confecções, pintura, flores, chapéus, cosinha, confeitaria, lavanderia, engominação, floricultura, horticultura e puericultura, podendo ainda,

2 O projeto intitulado “Mais de dois séculos de História: procedimentos técnicos para salvaguarda do acervo documental da Irmandade do Divino Espírito Santo” foi selecionado em primeiro lugar no Prêmio Patrimônio Material e Imaterial do Edital Elisabete Anderle 2017, da Fundação Catarinense de Cultura (FCC). A execução, bem como a elaboração do projeto, ficou sob responsabilidade da museóloga Elisângela da Silva Machieski. O Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH) da Udesc realizou o trabalho de catalogação de mais de 9.400 imagens e documentos históricos, incluindo imagens a partir de 1900 e documentos assinados pelo então Imperador Dom Pedro I.

além disso, a juízo da Mesa Administrativa, ser introduzidos outros misteres. (Regimento Interno, 1924, p. 02)

A educação proposta era uma representação social da “condição feminina” que garantiria valores, moralidade e possibilidades de “realização pessoal”. O Regimento Interno também propunha no parágrafo dois do mesmo artigo, a possibilidade de as internas cursarem a Escola Normal no Colégio Coração de Jesus, instituição de educação administrada pelas Irmãs da Divina Providência que recebia moças da elite catarinense. Diz o texto:

§ 2º - As asyladas que revelarem notável aptidão para os estudos, será facultado fazer o curso da Escola Normal, dando-se-lhes, porém, as mais indispensáveis noções de serviço doméstico. (Regimento Interno, 1924, p. 02)

As atividades escolares e profissionais eram direcionadas para as internas de acordo com a faixa etária, que segundo o Regimento Interno, se dava da seguinte maneira:

CAPÍTULO IV

Das asyladas

Art. 10. - As asyladas constituirão cinco classes:

1ª) - a das que ainda não podem frequentar as aulas primárias;

2ª) - a das que fazem o curso primário;

3ª) - a das que, tendo completado o curso primário, frequentam as aulas profissionais;

4ª) - a das que, completando o curso profissional, se dedicam aos misteres de um ou de vários dos ramos profissionais em que se tiverem habilitando; e

5ª) - a das que completaram sua maioria.

§ 1º - As asyladas da primeira classe ficarão não só a cargo das dirigentes do Asylo, como também sob os cuidados das asyladas a que estejam sendo ensinadas noções de puericultura.

§ 2º - As asyladas da segunda classe estudarão no curso primário as matérias dos cursos congêneres mantidos pelo Estado, ficando ainda sujeitas a pequenos trabalhos de agulha, de jardinagem e de governo doméstico.

§ 3º - As asyladas da terceira classe ficam sujeitas a 6 horas de trabalho diário nas respectivas aulas e à prestação de pequenos serviços domésticos. (Regimento Interno, 1924, p. 05-06)

A formação escolar e a profissional se mesclavam no Regimento Interno, sendo a segunda formação a de maior ênfase. O ensino primário era ofertado no asilo, e as alunas que se destacassem nos exames finais eram “premiadas” para cursar a Escola Normal do Colégio Coração de Jesus para exercer o magistério no asilo ou em escola pública na capital ou no interior do Estado.

Segundo Maria Teresa Santos Cunha (2003), a educação escolar ministrada no Colégio Coração de Jesus, instituição confessional católica feminina administrada pela Congregação das Irmãs da Divina Providência, tinha como função principal a formação da “mulher de bem”, mediante a difusão dos princípios da moral católica, no qual “ser aluna do Colégio representava um meio tradicional de preparo dessas moças para assumirem as funções de esposa, dona de casa e mãe que lhes estavam reservadas e, no limite, exercerem o magistério como sacerdócio e como uma forma de maternagem simbólica” (p. 205). Para as internas do asilo, os valores difundidos por intermédio da educação escolar no que tange às relações de gênero eram semelhantes aos das meninas do Colégio Coração de Jesus. No entanto, em relação à classe social os valores difundidos eram diferentes. A instituição asilar, através da educação escolar, buscava reproduzir a condição de classe a que pertenciam as internas, ou seja, elas eram preparadas, sobretudo, para serem excelentes empregadas domésticas, ou, no máximo, exercer o magistério para um público cujas condições sociais assemelhavam-se às suas.

A educação proposta às internas pela Irmandade do Divino Espírito Santo e executada pelas Irmãs da Divina Providência não era somente para a formação do magistério ou para prepará-las para o serviço doméstico. Nesse contexto, as moças também eram motivadas para o casamento. Benfeitores da época “esposas, políticos, administradores públicos ou membros da Irmandade do Divino Espírito Santo” costumavam fazer doações “dotes” para as internas como garantia de futuro. Segundo Maria Aparecida Arruda (2011),

Essa representação que procurou associar a condição de mãe-esposa-educadora construída no meio social foi paulatinamente incorporada pela mulher - não

sem resistência - que, ao buscar construir identidades, desenvolveu estratégias alternativas para ocupar novas posições no tecido social. (ARRUDA, 2011, p. 198)

A crença de se obter um status social através do magistério ou casamento retiraria das internas o estereótipo de criança órfã ou abandonada, que de alguma forma, mesmo não sendo o patamar das moças das famílias abastadas, as colocariam sobre uma maior e melhor condição social. Arruda (2011) ressalta o fato de que receber remuneração também possibilitaria uma certa libertação da tutela masculina, mesmo que parcialmente, e que pode ser compreendida como “uma tática de subversão a uma ordem disciplinar imposta por meio de discursos produzidos acerca da mulher no século XIX e consolidado no século XX” (p. 198).

Independente da classe a que pertencia, a mulher era vista como um agente moralizador, que de todas as formas era “usada” para os fins propostos por uma sociedade machista e patriarcal. Sob discursos jurídicos e médicos, a preocupação dos governantes era de garantir a educação das gerações futuras e dos caminhos trilhados sob o lema “Ordem e Progresso”. Assim, moldar as mulheres de um estrato social específico era uma proposta da elite brasileira, sendo o discurso direcionado às mães e professoras para que fossem responsáveis pelo progresso e civilização, pois eram consideradas geradoras e educadoras da nova população, ou seja, deixando a cargo destas mulheres a responsabilidade de “educar” os futuros cidadãos.

A criação de escolas geridas por congregações religiosas estava vinculada a um deslocamento de práticas sociais católicas desde o século XIX (DALLABRIDA, 2005). Eram promovidas adorações aos santos, procissões e festas populares. Segundo o historiador Norberto Dallabrida, muitos padres atuaram na Assembleia Legislativa Provincial e ocuparam cargos na Diretoria da Instrução Pública da Província de Santa Catarina. Conforme o autor,

[...] Nas primeiras décadas do regime republicano, o catolicismo “lusobrasileiro” foi paulatinamente sobreposto e ressignificado pelo chamado catolicismo romanizado, que procurava produzir fiéis disciplinados, piedosos, submissos à hierarquia clerical e civil, e praticantes dos sacramentos, ministrados exclusivamente pelo clero. (DALLABRIDA, 2005, p. 104)

A educação religiosa proferida pelas Irmãs da Divina Providência no Asilo de Órfãos São Vicente de Paulo era considerada uma premissa na formação das internas. A Irmandade do Divino Espírito Santo, hoje com seus 245 anos de existência, se pauta nos princípios de Culto ao Divino e sob esta égide, educou e encaminhou um significativo número de internas para servirem como freiras em conventos dentro e fora do Estado de Santa Catarina. As ações que as futuras freiras exerceriam permeavam atividades já consolidadas pela Congregação, ou seja, em campos missionários, pedagógicos, pastoral, caritativo, escolas, jardins de infância, oficinas de costura e cozinha, trabalho em paróquias, hospitais, asilos de mendicidade, idosos e orfanatos, sendo elas multiplicadoras do catolicismo. De todas as formas, a educação ofertada no asilo estava vinculada ao que já era exercido pelas Irmãs nas ações determinadas pela Congregação.

Professora, esposa, mãe, freira e empregada doméstica, esses eram os “destinos” possíveis reservados às meninas e moças do Asilo de Órfãos São Vicente de Paulo. Os documentos do Memorial da Irmandade do Divino Espírito Santo informam os encaminhamentos para a vida que revelam as limitações (ou não) encontradas pelas internas. Pesquisas futuras oportunizarão maiores debates sobre o tema.

Considerações finais

O Asilo de Órfãos São Vicente de Paulo foi construído tendo em vista o ideário da filantropia e do higienismo e ofertou um espaço de acolhimento e educação escolar projetado para as meninas e moças, sendo construída boa parte pela elite de Florianópolis que atuava junto da Irmandade do Divino Espírito Santo nas primeiras décadas do século XX. Nesse período, também foi instituído um novo “modelo” de educação escolar primária e profissional para meninos e meninas, especialmente no Estado de Santa Catarina.

Ingressaram no asilo entre os anos 1900 e 1930, conforme a documentação, meninas e moças entre três e 18 anos de idade, de diferentes etnias, órfãs ou abandonadas, cujos pais ou outros responsáveis viviam em condição de pobreza.

Educar para quê? Procurou-se discutir as ações exercidas pela Irmandade do Divino Espírito Santo em relação a um “perfil” de mulher idealizado para as internas, ou seja, formar mulheres “honestas” sob a ótica da moral burguesa, disciplinadas para o trabalho e sob orientação católica. A educação no Asilo de Órfãos São Vicente de Paulo foi instituída

segundo o proposto na instrução pública catarinense no período. Preparar pessoas somente para o labor não correspondia ao que a sociedade necessitava na época, era preciso pelo menos saber ler e escrever para atender as demandas de um mundo que tinha em seu horizonte o trabalho assalariado e a industrialização.

Educar para quem? O currículo escolar elaborado para o Asilo de Órfãos São Vicente de Paulo e para a Escola São Vicente de Paulo contava com atividades que suprissem as necessidades de sobrevivência das internas e do aprendizado das alunas do externato, principalmente para atender às classes abastadas que buscavam nessas moças a força de trabalho. Cabe ressaltar que a instituição durante dezoito anos manteve a Escola São Vicente de Paulo em salas de aulas separadas do internato, para meninas e moças pobres da cidade (até o ano 1929), o que reforça a ideia de que era necessário educar as mulheres pobres para essa nova sociedade brasileira que emergiu nas primeiras décadas da República.

Referências

ARRUDA, Maria Aparecida. **Formar almas, plasmar corações, dirigir vontades: o projeto educacional das Filhas de Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo (1898-1905)**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **História de Florianópolis ilustrada**. Florianópolis: Editora Insular, 2004.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Rezas, ginástica e letras: normalistas do Colégio Coração de Jesus. Florianópolis décadas de 1920 e 1930. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.) **Mosaico de escolas**. Modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, pp. 199-220

DALLABRIDA, Norberto. Modos de educação católica em Florianópolis: final do século XIX e meados do século XX. **Revista Educação em Questão**, v. 23, n. 09, pp. 102-118, mai./ago. 2005.

Fonte

Regimento Interno do Asylo de Órphãs S. Vicente de Paulo. Florianópolis: Livraria Central. Acervo Memorial Irmandade do Divino Espírito Santo, 1924.

**INTERNAR OU
SOCIALIZAR O MENOR
MARGINALIZADO?
a Política Nacional do
Bem Estar do Menor
sob a perspectiva do
internamento, ou uma
política pelo inverso (1964-
1979)**

Camila Serafim Daminelli¹

camis.hst@gmail.com

Palavras-chave

Política Nacional do Bem Estar do Menor
(PNBEM);
Internação infantojuvenil;
Menoridade;
História do Tempo Presente.

Resumo

Esta comunicação propõe analisar o internamento como pedra angular da Política Nacional do Bem Estar do Menor, buscando demonstrar como tal Política, que norteava a execução dos programas sociais pela Funabem, sustentou um discurso que preteria esta prática ao mesmo tempo em que sua utilização crescia junto às entidades de assistência infantojuvenil, consolidando-se a política pelo seu inverso. Neste sentido, analisa-se o ideário e a prática institucional, a partir de três eixos: os argumentos tendentes a não internação; a abordagem das instituições modelo; e a análise dos especialistas, que suscitava uma aproximação entre o abrigo infantojuvenil e as escolas do tipo internato. O recorte temporal privilegiado será o compreendido entre 1964 e 1979, que corresponde ao momento de estruturação da Pnbem/Funabem.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Considerações iniciais

Com o advento do regime militar no ano de 1964, a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor - Funabem foi criada, enquanto entidade autônoma, para gerir a assistência à infância e à juventude brasileiras. Tendo se apropriado de debates anteriores, que vinham sendo realizados há quase duas décadas no âmbito das chamadas democracias populistas, a instituição buscou construir-se enquanto antítese da entidade que lhe havia precedido, o Serviço de Assistência a Menores - SAM.² No seu fazer-se, se cercou também de um vocabulário universal, oriundo da Declaração dos Direitos da Criança de 1959, o que lhe permitiu gozar, inicialmente, da simpatia de amplos setores da sociedade brasileira e do apoio, técnico e financeiro, de entidades internacionais.

No intento por diferenciar-se, sobretudo naqueles quesitos onde o SAM e outros projetos voltados à população infantojuvenil haviam pública e notoriamente fracassado, a Funabem propôs a execução de alguns norteadores iniciais. Dentre estes destacamos: a assistência em nível de *prevenção* da marginalização, com vias a evitar a institucionalização em centros de acolhimento infantojuvenil; a então urgente necessidade de renovar a infraestrutura e a “terapêutica” nas quais e pelas quais se executavam os programas voltados aos infantojuvenis; e a inserção de especialistas na formulação de políticas sociais, “técnicos” que somariam na avaliação e implantação dos programas, cujo objetivo era afastar o fantasma da improbidade e inaptidão na gestão da infância e da juventude brasileiras.

Com o passar dos anos, a instituição se havia deparado com uma realidade um tanto mais complexa a gerir do que a que havia sido planejada, na qual a “resolução” das tensões sociais se resumia em chavões como “internar só em último recurso”, ou “a Funabem não é mais uma entidade para internar”. Com exceção dos primeiros anos, em que se evidenciou uma melhora real na condição dos abrigos e na formulação e implantação de programas preventivos, com a inserção, inclusive, de programas pontuais de transferência de renda, a Funabem está retratada na historiografia como uma entidade que reproduziu sistematicamente os vícios inerentes às instituições filantrópicas e assistencialistas brasileiras, dotando-os de faces ainda mais violentas (VOGEL, 2011; RODRIGUES, 2001).

Nesse sentido, nossa proposta é abordar, dentro dos limites desta comunicação, a internação como pedra angular da Funabem e da política por ela implantada, a Política Nacional do Bem Estar do Menor - Pnbem. Investigamos quais elementos permitiram a mutação da filosofia institucional acerca da temática da internação, que foi dos “casos extremos” a uma utilização corriqueira e sistemática. Como ponto de partida da hipótese - da política operada pelo seu inverso -, apresento três elementos interligados: os argumentos tendentes a não internação; a propaganda em torno das instituições modelo; e a análise dos especialistas.

As fontes documentais utilizadas para a escrita desta narrativa histórica são reportagens oriundas do veículo oficial mais importante produzido pela Funabem, a revista *Brasil Jovem*. Editada entre 1966 e 1978, *Brasil Jovem* foi construída para prestar contas à sociedade do trabalho realizado pela Fundação. Serviu, concomitantemente, como instrumento de propaganda, tanto da instituição quanto do regime do qual havia emergido. Além de reportagens produzidas pelo Setor de Comunicação Social da instituição, a revista veiculava matérias compiladas de outras mídias de circulação nacional, além de estudos de “especialistas”, encomendados ou traduzidos especialmente para a revista.³

A discussão faz parte de nossos estudos de doutoramento, que investigam uma ascepção de menoridade vigente no Tempo Presente que foi, conforme a hipótese do trabalho, maturada durante a gestão da infância e da juventude pela Funabem, e que se vincula real ou potencialmente à imagem do “menor” como infrator. Para além da tradição herdada da antiguidade que vincula toda produção historiográfica como história do seu tempo e, portanto, do seu presente, a área de concentração deste estudo inspira-se na concepção de História do Tempo Presente de Henry Housso, que a define como “uma compreensão sobre uma época que não é simplesmente a compreensão de um passado distante, mas uma compreensão que vem de uma experiência” (AREND; MACEDO, 2009, p. 202) da qual participamos como todos os outros indivíduos.

Argumentos tendentes a não internação

Em 1969 *Brasil Jovem* publicava, junto à seção *Poemas*, uma pequena coluna sumária da abordagem

² Em outro texto abordamos pontualmente a relação entre o SAM e a Funabem, no âmbito das discussões que tiveram lugar em *Brasil Jovem*. Ver: DAMINELLI, 2017.

³ Nos 12 anos de produção da revista, 42 números foram editados. *Brasil Jovem* era destinada a entidades e profissionais diretamente envolvidos em atividades assistenciais, como juízes, secretários de menores e técnicos em geral. Sua tiragem não ultrapassava os cinco mil exemplares por edição e a circulação se dava mediante assinatura prévia.

que o periódico vinha realizando, desde 1966, acerca da temática da internação. Em “‘Pense’ Porque não se deve internar” (PENSE..., 1969, p. 24), pontuou-se nove argumentos que desaconselhavam a internação de crianças e adolescentes. De acordo com a narrativa da referida coluna, a internação seria executada excepcionalmente, por que: 1) as experiências em família propiciavam melhor desenvolvimento emocional; 2) impedia os pais de assumirem a real responsabilidade pelos filhos; 3) a pobreza na qual um grupo estava inserido não se resolvia com a internação das crianças; 4) problemas de conduta eram frutos do mau relacionamento familiar, que se acirrava com a internação; 5) compreendia uma rejeição, “muitas vezes consciente”, dos pais para com os filhos; 6) a medida bloqueava a socialização e adaptação do internado futuramente, seja na família ou no trabalho; 7) o internado via “anulada sua necessidade de posse”, ao faltar-lhe o espaço e os objetos pessoais; 8) o internado não participava do atendimento de suas necessidades, resultando na sua dependência; e; 9) tal condição negava à criança o senso de realidade.

Os argumentos tendentes a não internação, acima descritos, revelam que prevaleceram, neste âmbito do debate, aqueles que se referiam à maturação emocional, independência, sentimento de pertencimento e viabilidade de uma normal socialização dos internos e internas. Outro destaque refere-se às famílias de origem das crianças e dos jovens internados. Para o conjunto de pessoas que “traduziam” a Política Nacional do Bem Estar do Menor, transformando-a em matérias como esta, a internação correspondia a uma negligência parental, que por meio dela se eximia da responsabilidade pela criação de seus filhos e filhas. Sobre os pais recaíam também os juízos de valor morais, responsáveis que eram pelo desenvolvimento dos problemas de conduta dos filhos, mas também, pela rejeição “consciente” representada pela entrega da própria prole para o seu abrigamento.

A internação como pauta dos debates sobre a substituição familiar requeria observar, também, o ônus econômico que representava o fornecimento de abrigo, alimentação, vestuário, instrução formal e capital humano, dentre outras demandas, para assistir integralmente um número significativo de crianças e adolescentes considerados “abandonados” ou em estado virtual de marginalização. Além disso, a internação trazia consigo a assertiva de uma

assistência por tempo indeterminado. Finalmente, como recordava uma conselheira da Fundação, Helena Iracy Junqueira,⁴ o resultado da operação, cara em termos econômicos e desfavorável ao processo de ressocialização, era sua constatada ineficácia em relação à prevenção da marginalização (JUNQUEIRA, 1966).

Para se entender a política de internamento executada pela Funabem e para o argumento de sua consolidação pelo inverso é necessário atentar ao fato de que a entidade lidou de maneira ambígua com a temática da internação. A abordagem institucional acerca desta quimera, aí incluída a elucidação da Política Nacional do Bem Estar do Menor, enunciava a medida como um mal necessário, uma prática desestimulada ao mesmo tempo em que incitada, ainda que a título de exceção. Isto porque, mesmo enquanto último recurso, a internação esteve presente como possibilidade quando faltassem outros meios para a assistência à infância e à juventude, e como ponto pacífico, no caso do tratamento dos “problemas de conduta”.

A título de exemplo, veja-se o que dizia a terceira capa da edição n. 36 de *Brasil Jovem*, de 1976, que trazia como título justamente o lema “Internação, Mal necessário”. O argumento sintético, característico desta seção da revista, aventava que não seria correto que a Funabem internasse mais do que o necessário, já que este era um recurso caro, mas que tampoco se pintasse a internação como o maior dos males, pois “o combate indiscriminado às internações é exagero e internar indiscriminadamente é grave erro” (INTERNAÇÃO..., 1976, Terceira Capa). Estes dizeres representam a ambiguidade do discurso da internação conforme as vozes oficiais o apresentaram.

Importa dizer ainda, sobre esta ambiguidade, que embora não tenha se constituído como política social prioritária ou privilegiada, a internação esteve entranhada às práticas da Funabem porque, grosso modo, a instituição não podia ignorar a sua necessidade. Quer dizer, possuía conhecimento acerca das motivações da institucionalização de crianças e adolescentes; sobretudo, a pobreza. E, também, que havia diversos casos que compeliavam ao afastamento de sua família de origem, como nos casos de violências ou grave ameaça à vida, por exemplo. Finalmente, a Funabem lidou desde seus começos com a internação porque herdara, do SAM, um conjunto de instituições que operavam em caráter de abrigamento permanente e conseqüentemente,

4 Helena Iracy Junqueira foi uma destacada profissional do campo da Assistência Social, pioneira em obras vinculadas ao laicato no Brasil. Ocupou o cargo de conselheira da Funabem durante todo o período pesquisado, nomeada enquanto pessoa de notório saber e não como representante das entidades civis que faziam parte do Conselho Nacional da instituição. Foi uma das fundadoras da Universidade de São Paulo e do curso de Serviço Social desta instituição, além da primeira vereadora mulher eleita pela cidade de São Paulo. Para sua biografia, ver: http://www.jurassicos.com.br/leao_XIII/h_junqueira.html. Acesso em: mar. 2019.

centenas de crianças e adolescentes faziam parte deste legado.⁵

Um relato sobre as instituições modelo

As unidades da Funabem voltadas à institucionalização de crianças e adolescentes foram amplamente (auto)celebradas, em que pese sua predileção pelo trabalho assistencial realizado junto às famílias. A existência destes espaços e a maneira com que foram abordados conformam um argumento central na consolidação da política pelo inverso, neste caso através do fomento à internação enquanto condição a ser demandada. Ao longo da publicação de *Brasil Jovem*, a edição incentivou a produção de reportagens que tivessem como objeto as instituições próprias da rede Funabem, mas também aquelas modelares que formavam a rede privada.

Localizado na Ilha do Governador, na cidade do Rio de Janeiro, o Instituto Padre Severino - IPS fora das raras instituições voltadas ao atendimento dos infantojuvenis infratores entre as obras privadas ou em convênio, a ser celebradas pela Funabem, por esta razão aqui elencada para análise. Quer dizer, exceção dentre as exceções, fora abordada como generalidade, na tentativa de expressar a realidade de quaisquer das instituições geridas pela Fundação.

Chama a atenção que o instituto se assemelhasse a um clube recreativo ou centro social, pouco diferindo dos espaços destinados ao lazer das classes médias urbanas do período. Com edificação tipicamente setentista, possuía amplo espaço arborizado, construções baixas com acabamento em lage, muro tacanho, e estava equipada com uma grande biblioteca e piscina semi-olímpica. A instituição havia sido reformada pela Funabem e reinaugurada em janeiro de 1978, conforme os dados apresentados por uma reportagem publicada no mesmo ano em *Brasil Jovem* (RIOS, 1978) Funcionara ali, desde 1954, uma entidade para a assistência de crianças e adolescentes com deficiências, servindo em seguida para a reclusão de infratores, nas duas oportunidades sob a administração do SAM.

Embora tivesse capacidade para receber 250 internos, contava com mais de 400 adolescentes, além de 150 funcionários, poucos meses após ter sido reinaugurada. A internação dos “menores” no IPS

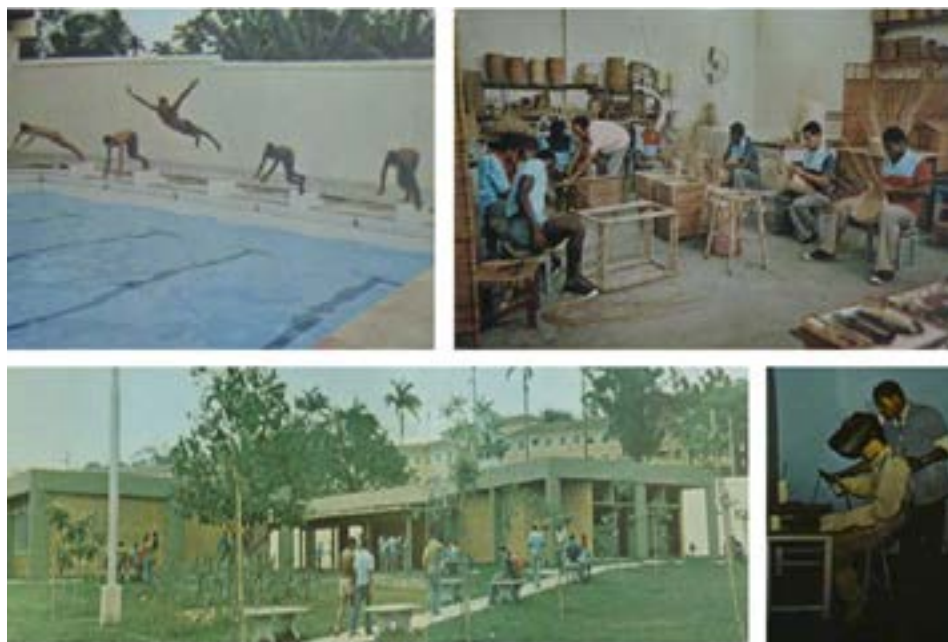
operava-se exclusivamente por decisão do Juizado de Menores, podendo ser precedida por período de permanência em Casas de Triagem ou diretamente encaminhada pela Divisão de Segurança e Proteção ao Menor da cidade do Rio de Janeiro (outroira Delegacia de Menores).

O anseio da internação enquanto medida extrema, com efeito, se devaneava frente às imagens de crianças e jovens risonhos e bem asseados, convivendo e estudando entre os pares, em espaços de profissionalização, recreação e entre técnicos amorosos. As fotografias reproduzidas em cores contribuíam para que se destacassem os detalhes: as brincadeiras, os sorrisos, a vestimenta nova, uma mesa farta... Quem, ao vê-las, haveria de dizer que não eram adequadas ao desenvolvimento infantojuvenil? Que pais e mães “com a fome estampada nos olhos” não aspirariam ver seus filhos ali inseridos, encaminhando-se para um futuro melhor?

As instituições da rede própria foram utilizadas pela Fundação como espelhos do trabalho levado a cabo pela instituição em nível nacional. No Rio de Janeiro, a instituição situada em Quintino Bocaiúva, por exemplo, designava-se Centro *Piloto*, pois ansiava conduzir o país nas técnicas mais modernas de tratamento terapêutico. Ao chamar para si essa qualidade de atenção, não podia senão apresentar-se edificante e irretocável, daí também o status de instituição arquetípica que sob ela recaiu. Além de Quintino, Stella Maria e Wenceslau Bráz receberam visitas ilustres, como generais-presidentes, Membros da Escola Superior de Guerra, comitivas de imprensa e de empresários nacionais, bem como membros do alto escalão do Unicef.

Conhecer estas entidades através dos veículos oficiais se constitui num desafio analítico e interpretativo, tendo em vista o imaginário malfazejo consolidado acerca das instituições que operavam em caráter de abrigamento permanente. Não obstante a atenção conferida pela historiadora à característica primeira de *Brasil Jovem* em quaisquer dos assuntos abordados - tratar-se de um veículo oficial - as instituições modelo se destacam entre os objetos que exploram de maneira inequívoca esta relação de oficialidade, aproximando as narrativas a peças de publicidade, profissionalmente construídas para “vender” um produto e/ou fabricar uma concepção sobre ele.

5 As instituições herdadas do SAM foram designadas como da “rede própria”. Como a Funabem se apresentava como um órgão gestor, e não executor, cumpriu apenas em caráter de exceção seu papel junto a estas instituições, que eram as seguintes: Escola Wenceslau Bráz, em Caxambu; Escola Artur Bernardes, em Viçosa; e Escola Jerônimo Fernandes, em Carmo de Minas, todas no Estado de Minas Gerais. No Estado do Rio de Janeiro se situavam as outras seis instituições: o Ginásio Industrial XV de Novembro; a Escola Profissional José de Anchieta; a Escola Eduardo Bartlet James; o Instituto Stella Maris; o Instituto Padre Severino; e a Escola João Luiz Alves. Das nove instituições que compunham a rede própria, apenas o Instituto Stella Maris foi construído já na gestão da Funabem.



Fotografias das dependências e atividades realizadas no Instituto Padre Severino. Fonte: RIOS, 1978.

A internação mediante “abandono” constitui-se fundamental componente para a consolidação da internação como política social sistemática voltada às infâncias e às juventudes brasileiras no período estudado, e mantém relação com a publicidade em torno das entidades modelo. “Abandono”, neste caso, confunde-se em parte com “pobreza”. Isto porque o abandono transformou-se num instrumento formal de institucionalização infantojuvenil avassalador, e certamente não mensurado pela Funabem, no interior das políticas sociais sob sua gestão. Tal instrumento pôde e foi operado em larga escala pelas famílias pobres, mobilizando o imaginário popular que vinculava a *internação* com os *internatos* aos quais, historicamente, eram enviados os filhos e filhas da elite. A institucionalização enquanto horizonte vislumbrado pelas famílias esteve no cerne dos debates conduzidos pela Fundação, que a abordou seja do ponto de vista de sua desconstrução, seja nas entrelinhas de alguns dados apresentados e sintetizados pelo seu Setor de Serviço Social.

Um recorrido pelos estudos que abordaram a Funabem/Febem enquanto ainda vigorava seu sistema de gestão social da infância e da juventude permite traçar o perfil e as razões que levavam as famílias a contar com a Funabem enquanto “mãe substituta”. Dentre estes estudos destaca-se o de Marlene Guirado, realizado no ano de 1978 no campo da psicologia (GUIRADO, 1980). Através dele conhecemos a estrutura legal e funcional das Unidades de Recepção e Triagem da Fundação do Bem Estar do Menor do Estado de São Paulo - Febem/SP, além de um conjunto de elementos que conformavam seu cotidiano. Em linhas gerais, Guirado apresentou uma entidade burocratizada e que em nada lembra

uma instituição voltada para a assistência de crianças e adolescentes, muito menos que guardasse semelhanças com as instituições modelo: os espaços eram inapropriados, cinzentos, mal ventilados e mal iluminados; não havia mobiliário, brinquedos ou recursos lúdicos; e as tarefas de identificação e acolhimento, cronometradas, eram realizadas por profissionais sem nenhuma empatia com seu público, que sequer falavam com as crianças, mesmo quando as manipulavam ou auxiliavam nas tarefas (de comer, vestir-se ou banhar-se, por exemplo).

As mães, ao procurarem a Febem/SP como estratégia de sobrevivência, manifestavam o entendimento de que ela se constituía por um colégio ou um internato; um lugar, de qualquer forma, que garantia aos filhos e filhas segurança, estudos e outras práticas de cuidado. Este entendimento, em que pese o fator cultura de institucionalização, ressoava nas análises dos *experts* da Funabem, que costumavam comparar e mesmo aproximar estas duas realidades: a do interno da Funabem e a dos colégios internos.

As análises dos especialistas

Como apontado por Guirado (1980), numa dinâmica permeada por casos excepcionais a demandar internação, as mães, para além da necessidade do abrigo da prole enquanto possibilidade de ocupar-se ou manter-se no mercado de trabalho, entendiam a Funabem/Febem como um lugar de cuidados, onde as crianças viviam, estudavam e gozavam de benefícios que elas não podiam oferecer no momento. Parecia que, para os pobres urbanos, a Febem cumpriria a função equivalente a de um

internato, realidade que compensava sua ausência e a insígnia de “abandonado”.

A concepção da Funabem enquanto entidade-internato, não obstante as “propagandas” que a sugeriam, além da existência de uma cultura de institucionalização da infância pobre, fora alimentada ainda pelo teor dos debates que, publicamente, a instituição realizava acerca de uma presumida tensão entre internamento e socialização. Isto porque nas querelas acerca da “marginalização do menor e sua solução”, sobretudo nas análises dos “especialistas”, abordavam-se no âmbito desta dicotomia os desincentivos à internação, cujos exemplos abrangiam toda classe de “internatos”: aqueles voltados aos infratores e aos carenciados, mas também os institutos de formação e o internato *sui generis*, voltado à formação da prole das camadas sociais abastadas.

Segundo a opinião da Fundação e seus colaboradores, o internato era um recurso recomendado para as famílias que moravam longe de escolas secundárias; quando a criança apresentasse problemas de saúde que sugerissem “uma temporada no campo, no mar ou nas montanhas” (BOAS..., 1970, p. 06); quando o espaço doméstico não favorecia os estudos; ou ainda, se representasse um alívio financeiro para a família. Em suma, o regime de internato daria bons resultados quando efetuado em circunstâncias adequadas, não sendo esclarecido, no entanto, quais seriam estas circunstâncias, mas sim as suas benesses: “estudos facilitados, melhores resultados, tranquilidade financeira, camaradagem permanente. O internato corresponde, muitas vezes, a uma promoção no plano do ensino, já que permite a continuação dos estudos superiores” (BOAS..., 1970, p. 06).

De acordo com um texto publicado em *Brasil Jovem* no exemplar do 1º quadrimestre de 1974, cuja autoria fora em 1977 conferida a José Arthur Rios, assessor da presidência da Funabem,⁶ “pesquisas e estudos atuais” no âmbito da sociologia e psicologia apregoavam “a derrocada das últimas bastilhas, os hospícios, as penitenciárias, os asilos de toda ordem”, sobretudo no caso das crianças, cuja percepção do modelo de conduta ética para radicar e formar o caráter “prende-se a um relacionamento com o outro que se dá de forma espontânea e natural dentro do grupo familiar” (INTERNAMENTO..., 1974, p. 58). Em contraposição a este modelo de desenvolvimento

natural oportunizado pelo convívio em família, a internação era abordada como fruto do paternalismo que rege nossas instituições, que quer fazer o seu papel, e ademais, que estava voltado a um “menor” não real:

Continuamos a nos referir ao “menor abandonado”, embora hoje assistemos ao fenômeno de cisões familiares causadas não pelo abandono dos filhos mas, ao contrário, pela rejeição dos pais. É o caso do “menor” que, mesmo antes da maioridade legal, abandona a casa paterna por incompatibilidade parental, social, educacional ou ideológica, por julgar os pais obsoletos, ignorantes, burgueses ou quadrados. (INTERNAMENTO..., 1974, p. 52)

Em ambos os casos citados, percebe-se que a celeuma em torno da temática da internação englobou a situação de adolescentes e jovens de classes médias e altas, cujas famílias se “desagregavam” em decorrência dos conflitos geracionais, ou dos filhos que se separavam dos pais para cursar o ensino superior ou gozar de temporadas junto ao mar ou às montanhas. Em qualquer dos casos, as imagens não condiziam com a realidade vivida pelas camadas pobres, que pleiteavam junto ao Estado a internação de seus filhos no “colégio” visando a sua sobrevivência e instrução. No entanto, a internação-internato nos moldes da Funabem estava incorporada ao debate, vide as referências à “tranquilidade financeira”, ou às fotos que ilustravam as reportagens, que reproduziam cenas do cotidiano dos internos e internas das Unidades da rede própria.

Ao interpelar as práticas das classes médias e altas junto àquelas das famílias que demandavam os serviços de assistência social, alguns encaixes se colocavam. Em primeiro lugar, os juízos de valor moralizantes recaíam grandemente sobre as famílias pobres. Enquanto os chamados colégios-internos estavam sendo abandonados pelas famílias abastadas, que delas se utilizavam apenas em “circunstâncias adequadas” destacava-se o “número de mães que não têm nenhum senso de responsabilidade para com os filhos, geralmente mães solteiras, em grande parte domésticas”, acusadas de se engajarem “em uniões

6 José Arthur Rios ocupou o cargo de assessor da presidência da Funabem. Nascido no Rio de Janeiro em 1921, formou-se Bacharel em Direito e em Ciências Sociais. Tendo se destacado como sociólogo, fez cursos no exterior e lecionou em diversas universidades brasileiras e norte-americanas, com destaque para a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde chefiou o departamento de Ciências Políticas. Faleceu no ano de 2017 aos 96 anos de idade. Para sua biografia, ver: http://www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_riosjosearthur.html. Acesso em: jan. 2019.

livres e sucessivas e que revelam extraordinária indiferença pelo filho. Internam o primeiro, retornando mais tarde para internar o segundo e assim sucessivamente” (INTERNAMENTO..., p. 56).

Depois, porque abordar a separação da criança ou do adolescente quaisquer que fossem as circunstâncias e, ademais, tendo-se comparado previamente o comportamento de um e de outro “tipo” de família em relação à demanda por instituições-abrigo, obscurecia a compreensão da real função das Unidades de internação da Funabem. Tratava-se de um asilo para crianças pobres, de um colégio ou de um centro para o seu “desenvolvimento integral”?

As famílias que buscavam a internação de seus filhos, expondo-os enquanto “abandonados”, formavam parte de uma expressiva parcela da população brasileira que não dominava a linguagem escrita e que provavelmente jamais tenha entrado em contato com o material publicado em *Brasil Jovem* ou em outros veículos da instituição. Isto não as impedia de ter acessado, por outras vias, sejam as imagens que demonstravam a excelência do equipamento da rede, sejam os enunciados que apresentavam a instituição como um lar, que abrigava temporária ou permanentemente aqueles infantojuvenis cujos pais fossem considerados incapacitados para a sua criação.

Considerações finais

Ao contrário do que haviam previsto e desejado os idealizadores da Política Nacional, no horizonte da Funabem o porvir da internação como último recurso nunca chegou a cumprir-se. Apresentada como excepcionalidade e enquanto possibilidade, a medida estava “disponível” e fora apresentada em diversas frentes como uma prática de cuidado. As famílias pobres, que ao longo do século XX passaram paulatinamente a contar com o auxílio do Estado para garantir a sobrevivência de suas crianças, instrumentalizaram o abandono como mecanismo que possibilitava romper com a lógica da internação como excepcionalidade. Ou, dito de outra forma, apresentavam-se em situação de excepcionalidade, tendo a internação como objetivo. No contexto de acirramento da “questão social brasileira” e, dentro dela, da “questão do menor”, a propaganda institucional acerca das Unidades Educacionais e das Escolas modelares prevaleceu frente aos argumentos tendentes a não internação e aos discursos que sugeriam a manutenção dos vínculos familiares.

Quando o otimismo gerado pelo advento do “movimento de 1964”, bem como seu “milagre econômico”, estava em franca decadência, no final da década de 1970, a Funabem buscou reformar-se e dar novo impulso ao seu trabalho, enfatizando seus princípios diretivos que sugeriam não institucionalizar a pobreza, mas sim a inaptidão familiar. No entanto, segundo seus valores, a inaptidão era inerente à pobreza em si, e em relação a ela nenhum dos métodos empregados havia trazido ou traria resultados. Quaisquer das medidas adotadas, fosse a permanência da criança junto a esta família, que tão pouco lhe oferecia, fosse o seu “depósito” sob a tutela do Estado, haveria de estigmatizá-la peremptoriamente: enquanto marginalizada socialmente, sua existência fora, desde a concepção, marcada pela insígnia da delinquência real ou potencial. Daí haver sido a menoridade o conceito-estigma a sintetizar todo um arcabouço, herdado da família e qualificado pela Funabem, relativo às crianças e aos adolescentes pobres brasileiros.

Referências

AREND, Silvia M. F.; MACEDO, Fábio. Sobre a História do Tempo Presente: uma entrevista com o historiador Henry Housso. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 01, n. 01, jan./ jun. 2009, pp. 201-216. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/705/608>. Acesso em: jan. 2019.

DAMINELLI, Camila Serafim. Onde havia o crime, há o amor: Discursos sobre o SAM e a Funabem em *Brasil Jovem* (1966-1978). In: **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História da Anpuh** - Contra os preconceitos: história e democracia. Universidade de Brasília, Brasília/DF, de 24 a 28 de julho de 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502840227_ARQUIVO_TextocompletoAnpuh2017Camila.pdf. Acesso em: out. 2018.

GUIRADO, Marlene. **A criança e a FEBEM**. Coleção Debates. São Paulo: Perspectiva, 1980.

RODRIGUES, Gutemberg Alexandrino. **Os filhos do mundo: a face oculta da menoridade** (1964-1979). São Paulo: IBCCRIM, 2001

VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, pp. 287-321.

Fontes documentais

Boas e más reações. **Brasil Jovem**, ano IV, n. 13, março de 1970, pp. 05-06.

Internação, Mal necessário. **Brasil Jovem**, ano X, n. 36, 3º quadrimestre de 1976, Terceira Capa.

Internamento ou socialização. **Brasil Jovem**, ano XVIII, n. 28, 1º quadrimestre de 1974, pp. 50-59.

JUNQUEIRA, Helena Iracy. Integração do bem-estar social no planejamento para o desenvolvimento. **Brasil Jovem**, ano I, n. 01, outubro de 1966, pp. 04-05.

“Pense” porque não se deve internar. **Brasil Jovem**, ano III, n. 11, setembro de 1969, p. 24.

RIOS, José Arthur. Qual a solução: internar ou socializar o menor marginalizado. **Brasil Jovem**, ano XII, n. 39, 3º quadrimestre de 1977, pp. 18-25.

A FALA DO INVISÍVEL: o menor no Patronato Agrícola de Anitápolis/SC (1918-1930)

Daniel Alves Boeira¹
dboeira@yahoo.com.br

Palavras-chave

Patronato Agrícola;
História da Infância e Juventude brasileira;
Educação Infantojuvenil na Primeira República.

Resumo

Nesta comunicação analisarei os discursos e as experiências relativas aos meninos e jovens do Patronato Agrícola de Anitápolis, situado no Estado de Santa Catarina, entre 1918 e 1930. Através dos relatórios dos funcionários enviados ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e dos prontuários dos internos procurarei traçar um perfil das relações e da estrutura oferecida para a finalidade educacional e regenerativa desta menoridade. Amparado em Michel de Certeau e Michel Foucault, o referencial teórico destes embasa a análise sobre disciplina, discursos e experiências sobre estes sujeitos. A pesquisa é parte da minha dissertação de mestrado em História, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina em março de 2012. A importância da mesma para o tempo presente é o processo discursivo desde aquele período em dar uma utilidade a esta parcela da população e posteriormente mostrar o protagonismo infantojuvenil na sociedade brasileira.

¹ Doutor em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Os Patronatos Agrícolas, implementados em vários estados do Brasil, foram uma das mais importantes ações do governo da Primeira República na área das políticas sociais infantojuvenis, até a instituição do Código de Menores de 1927. Essas instituições educacionais foram criadas visando à socialização, sob a ética do trabalho agrícola, das crianças e dos jovens oriundos das camadas populares urbanas (principalmente do Rio de Janeiro), considerados pelas autoridades policiais e judiciárias como delinquentes juvenis.²

O Patronato Agrícola de Anitápolis foi criado em 1918, nos moldes da época (liberal e modernizadora), pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC). O projeto de um Brasil moderno, voltado à ideologia do trabalho, no caso do patronato, do trabalho agrícola, direcionava iniciativas a uma parcela específica de menores, os vagantes nas ruas e os jovens “perniciosos”, os chamados delinquentes juvenis dos grandes centros urbanos.

Em termos gerais, os Patronatos Agrícolas foram:

(...) investimentos voltados para a formação de trabalhadores a partir de concepções fundadas nos conhecimentos científicos, objetivando uma agricultura racionalizada; foram inscritos, também, enquanto um dos meios de intervir sobre os setores pobres da sociedade, concorrendo para a modernização social e cultural. (OLIVEIRA, 2003, p. 24)

O decreto n. 12.8934, do dia 28 de fevereiro de 1918, criou o Patronato Agrícola de Anitápolis, situado a mais ou menos 100 km da capital catarinense, entre a Serra Geral e o litoral (BRASIL, 1919). A instituição teve sua trajetória marcada pela inclusão de menores vindos do Rio de Janeiro. As condutas destes menores,³ associadas à vivência com os funcionários permearam as relações de poder e as sociabilidades dos sujeitos entre si e com a população do núcleo colonial.

Os Patronatos Agrícolas eram instituições com dupla finalidade, educacional e correccional, com vistas a instruir os internos para a civilidade

e para o trabalho. Neste contexto, tais instituições se situavam no “fio da navalha”, entre perspectivas que buscavam torná-las espaços de formação profissional (lapidar o trabalho precarizado da força braçal, especificamente, o lavrador) e de prevenção e/ou gestão dos riscos e da periculosidade. As artes liberais de governar a vida, conforme indicou Michel Foucault, tecem novas práticas de normalização que instituem demandas e propiciam impasses distintos para as escolas das clássicas tecnologias disciplinares de poder (FOUCAULT, 1987).

Durante o período de funcionamento do Patronato Agrícola de Anitápolis, anualmente, o número de crianças e adolescentes atendidos variava entre 100 e 180 internos. A idade mínima para o ingresso era de nove anos, e aos 18 eram desligados da instituição. Muitos deles, após seu desligamento, voltaram para as cidades de origem, para reencontrar seus parentes. Alguns poucos ficavam em Anitápolis, dando continuidade ao que lhes fora ensinado, ganhando lotes de terras como “recompensa” por terem apresentado bom comportamento.

A menoridade atendida era somente de meninos, em sua maioria oriundos do Rio de Janeiro, alguns poucos de outras localidades, como Florianópolis e região. O encaminhamento para os patronatos em geral era por seleção, em instituições como a Casa de Detenção, o Depósito de Presos, a Escola de Menores Abandonados, a Colônia Correccional de Dois Rios e Escola Premonitória Quinze de Novembro, localizadas na cidade do Rio de Janeiro, capital do país naquele período (VIANNA, 1999, p. 56). Outros menores eram apanhados nas ruas ou encaminhados a instituições por solicitação dos pais e/ou dos tutores.

Através da documentação, é possível constatar a credibilidade do Estado em relação ao sistema adotado pelos patronatos agrícolas, que representavam a valorização extremada da educação pelo trabalho, neste caso, agrícola. Um grande número de proventos era exigido para a manutenção da instituição, em parte fornecido pelo próprio Núcleo Colonial Anitápolis,⁴ que chegou a ser, segundo informações dos relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, um dos mais promissores do Brasil.

2 O termo delinquente juvenil consta dos documentos pesquisados. O uso do itálico será mantido quando forem utilizados termos que constam da documentação, como no caso das Leis, Decretos e demais documentos referentes aos patronatos, aos menores e aos adjetivos empregados para designá-los na época.

3 Os delinquentes juvenis eram chamados de menores, sob o ponto de vista jurídico do período pesquisado.

4 A monografia “Os dez primeiros anos do Núcleo Colonial Anitápolis (1907-1917)”, faz o estudo sobre a criação e manutenção desta localidade sob tutela da União, como uma das últimas tentativas de imigração para preenchimento territorial de terras consideradas “desocupadas” em Santa Catarina. Cf. BOEIRA, Daniel Alves. Os dez primeiros anos do Núcleo Colonial Anitápolis (1907-1917). Monografia (Graduação em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

Os menores que vinham para o Patronato Agrícola de Anitápolis passavam por uma desgastante viagem, desde o Rio de Janeiro até a chegada à hospedaria de imigrantes, em São José, de onde seguiam viagem em carroções ou muitas vezes faziam o trajeto até o núcleo colonial a pé. Esse processo de traslado era mais que um processo físico, pois o desgaste era também emocional e psíquico. Trazer crianças e adolescentes pobres na faixa etária de 09 a 14 anos, em sua maioria longe da sua casa, sem contato com seus pais e/ou responsáveis, deixava-os desorientados na adaptação inicial a esta nova realidade.

Neste artigo é dada maior ênfase às relações de sociabilidade existentes entre os internos no Patronato Agrícola e destes com o Núcleo Colonial, sendo o presente trabalho um fragmento de minha dissertação intitulada “‘Uma solução’ para a minoridade na Primeira República: o caso do Patronato Agrícola de Anitápolis/SC (1918-1930)” defendida em 2012, em que evidencio o protagonismo juvenil dos internos.

O interno do Patronato

A “escolha” dos internos deste Patronato não era diferente da seleção para os outros patronatos instalados em diversos estados da federação. O maior “trunfo” do Estado nesta seleção era o olhar policial, que através do exercício cotidiano de sua função, definia qual criança ou adolescente se encontrava na condição marginal de abandono, sendo a rua o seu grande tribunal (BOEIRA, 2009, p. 38). O discurso policial e o jurídico entendiam como elementos causadores do abandono de crianças e jovens a desorganização familiar, a negligência e a incapacidade dos pais, causadores, em última análise, da criminalidade infantil. Essa concepção que atribuiu à família a tarefa de educar nos bons costumes pressupunha um lar tranquilo, onde houvesse exemplos de harmonia. Existem evidências de uma estreita ligação entre judiciário, polícia e instituições, como asilos, orfanatos e prisões, projetando no imaginário as normas reguladoras das relações sociais que deveriam ser acatadas pela maioria da população. Esse “acatamento”, talvez se devesse ao fato de a maioria da população ser analfabeta e, conseqüentemente, não conhecedora de seus direitos.

A polícia, no exercício do controle, incidia sua “baixa tolerância” sobre determinados segmentos da sociedade, mantinha imposições e normas sobre a população, que começava a internalizar aos poucos essas condutas impostas como “normais” e “verdadeiras”. O mesmo se pode dizer dos entendimentos de abandono e decretação da perda do pátrio poder ou tutela sobre menores.⁵

A imediata ação da polícia era o estratagema mais adotado, as prisões eram a forma mais eficaz, rápida e sucinta. O procedimento usado para os menores era praticamente igual ao adotado para os adultos. O menor acusado praticamente não falava, apenas informava seus dados pessoais, sobre os quais não havia averiguação. O discurso do agente policial que efetuava a prisão era praticamente igual em vários processos: “vagava pela rua em completa ociosidade, sabe da ciência própria que é vadio, não tem profissão nem arte ou fortuna própria, vive de pequenos furtos” (BULCÃO, 1992, p. 77). Ainda que a observação possa não ser exatamente fidedigna, pode-se supor que esses qualificativos tenham sido incorporados pelos supostos infratores, isto é, estes se viam muitas vezes, como as próprias autoridades os viam. Em alguns casos, as palavras eram modificadas ao adjetivar-se o vadio como ébrio, ladrão ou desordeiro.

O processo era rápido, pois uma vez instaurado, o menor acusado era imediatamente preso, recebia a nota de culpa, muitas vezes escrita pelo próprio delegado, que devia ser assinada pelo menor ou responsável (pai, mãe ou tutor). Em alguns casos, o acusado tinha 24 horas para sua defesa. A estes menores, o Estado provinha curadores, nomeados pela autoridade policial, uma vez que a lei garantia assistência jurídica.

Muitas vezes, a polícia realizava capturas e coagia esses indivíduos a mudarem de cidade e até de estado da federação. A forma violenta na condução e detenção era relatada nos procedimentos policiais como a única forma “viável”. Eram vários os agentes do judiciário envolvidos no processo de captura, escolta e custódia dos menores até os patronatos, e também no interior destes, com diferentes funções: Delegado, Juiz de Direito e Diretor do Patronato, subordinado à Diretoria-Geral do Serviço de Povoamento, departamento subordinado ao MAIC.

O traslado dos menores para os patronatos se dava pelas mais diversas formas. O ingresso era

5 Morelli atesta que, em muitos “‘casos de abandono’, os processos não eram propriamente de abandono total; normalmente se recorria ao juiz (em muitos casos no interior) somente para a oficialização de uma situação vigente, ou seja, quando se abria o processo de pedido de tutela, o ‘menor’ em questão já vivia com o possível tutor”. Cf. MORELLI, Ailton José. A criança, o menor e a lei: uma discussão em torno do atendimento infantil e da noção de inimputabilidade. Dissertação (Mestrado em História), UNESP, Assis, 1996, p. 144.

feito pelos distritos policiais de diferentes maneiras: voluntariamente, o que ocorria em alguns casos; a mando dos pais, sem controle sobre os filhos; após captura nas ruas pelos guardas ou similares; via instituições penais (delegacias e prisões, por exemplo). O distrito policial geralmente era a primeira etapa da viagem até o patronato agrícola ou algum outro estabelecimento situado no Rio de Janeiro, como a Escola Premonitória Quinze de Novembro. O destino do menor era definido quando iniciava a viagem. Eram divididos em grupos e reunidos por características significativas, como idade, cor, sinais e condições físicas - classificações feitas pelo então Corpo de Investigação e Segurança Pública do Distrito Federal ou pela própria Polícia do Distrito Federal.

O papel da polícia do Rio de Janeiro era fundamental, pois determinava os procedimentos para o ingresso nos patronatos agrícolas e “era respaldado por várias instituições, as quais aportavam algum suporte que viabilizava a intermediação que ela implementava” (OLIVEIRA, 2003, p. 69). Enquanto aguardavam o ingresso em algum patronato, os menores eram encaminhados para instituições como a Casa de Detenção do Distrito Federal, a Casa de Preservação do Patronato de Menores, o Depósito de Presos, a Escola de Menores Abandonados e a própria Escola Premonitória Quinze de Novembro, citada anteriormente. Nos casos de menores com problemas de saúde, pouca idade ou do sexo feminino, outras instituições serviam como locais de espera: Hospital São Zacharias, Hospital Nacional de Alienados, Asilo Bom Pastor e a Casa dos Expostos, que ficavam na cidade do Rio de Janeiro.

A polícia do Rio de Janeiro, no ofício número 1.922, do Corpo de Investigação e Segurança Pública do Distrito Federal, em 23 de março de 1918, registrou a inserção dos patronatos na sua rotina. Essas instituições eram incorporadas como alternativas às casas de detenção, quando a legislação prescrevia a separação entre menores e adultos, e também para o tratamento dispensado pelos agentes encarregados da ordem e da repressão, como podemos notar no ofício do Inspetor endereçado ao Delegado Aurelino Leal, chefe de polícia:

Tenho a honra de fazer apresentar a V. Ex. os menores inscritos na inclusa relação, os quais foram detidos por agentes desta Inspetoria, quando vagavam pelas ruas desta capital, faltos de assistência, sendo certo que

alguns deles, embora tenham pais ou parentes, por estes não foram procurados, apesar do aviso que lhes foi dado.

Tratando-se, pois, de menores abandonados, alvitro a V. Ex. a sua internação em um dos patronatos agrícolas em organização, aguardando, na Casa de Detenção, onde serão alojados em local especial, por medida do respectivo Diretor, com quem a esse respeito conferenciei ontem, que algum dos referidos Patronatos fique em condições de recebê-los, o que não demorará, segundo estou informado. (ARQUIVO NACIONAL - Fundo IJ6 (663))

Nos primeiros anos, os patronatos agrícolas, instalados em diversos estados brasileiros, receberam um maciço volume de menores, advindos principalmente por intermédio da polícia e suas inspetorias. Para Oliveira, “a própria polícia tomava a iniciativa de encaminhar menores para os patronatos agrícolas” (OLIVEIRA, 2003, p. 90).

Notamos um fato inusitado na documentação: mesmo havendo possibilidade de se inserir elementos juvenis da região no Patronato de Anitápolis, desde sua criação, somente em 1926 foram aceitos menores de Florianópolis. Não obstante, em 1922, o delegado do Serviço de Povoamento do 9º Distrito designava que tinha “autorizado a mandar internar no Patronato Anitápolis o menor Romeu Charmeszy, aí residente, conforme requereu o pai do aludido menor” (ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº. 4293). Essa atitude provavelmente corresponde a uma exceção, pois os menores em idade para ingresso no Patronato Agrícola, que residiam em Anitápolis e região, acompanhavam os pais no trabalho agrícola, quando não estavam no horário escolar.

Vigilância, sociabilidades e protagonismo juvenil

A educação estabelecida no patronato agrícola tinha a expectativa de revogar as tendências criminosas pré-existentes ou adquiridas pelas crianças e adolescentes, modificando as influências ditas perniciosas ou maléficas que o meio constituía. A remoção, associada ao distanciamento geográfico dos lares, e a educação destes, possibilitaria superar tendências viciosas, incorporadas pelas influências socioeconômicas ou hereditárias do meio do qual eram provenientes. O internamento era destinado à regeneração ou à preservação social do menor.

Não deveria ser visto como castigo, mas, nos moldes higienistas, como medida saneadora e de prevenção social para protegê-lo dos males que a sociedade impunha (abandono, vadiagem, mendicância, prostituição, criminalidade e alcoolismo).

O teor pedagógico apresentado nos discursos de prevenção e regeneração seria o responsável por realizar a transformação do menor, cabendo às instituições escolares esta responsabilidade; e, no nosso caso, aos patronatos cabia instituir a regeneração moral e física das crianças e jovens através de práticas educativas, higiênicas, moralizantes e disciplinares, direcionando-os ao trabalho (agrícola).

A instrumentalização legal que regulamentava o *modus operandi* dos patronatos agrícolas registrava os objetivos de *educar e regenerar*. As finalidades atribuídas aos patronatos agrícolas englobavam o perfil institucional entre dois modelos: “o escolar - voltado para o ensino profissional, educando para o trabalho agropecuário - e o correccional - regenerar por meio da vida no campo com a predominância da reclusão e da ênfase nos aspectos disciplinares”(OLIVEIRA, 2003, p. 33).

As normas estabelecidas pelo diretor refletiam as estratégias do Estado em práticas educacionais aplicadas aos jovens alunos, fosse pela instrução ou pela correção destes sujeitos. As relações de poder mostram as posições dos personagens em questão: de um lado, o fabricante da disciplina, com uma gama de instrumentos - “o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que é específico, o exame” (FOUCAULT, 1987, p. 142). Do outro lado, o que seria o “produto final” - jovens infratores que, mediante esta relação de forças, impunham suas táticas e astúcias de maneira que aproveitavam “as ocasiões e delas depend[iam], sem base para estocar[em] benefícios, aumentar[em] a propriedade e prever[em] saídas” (CERTEAU, 1994, p. 100).⁶

O “educar” no patronato diferia da escola e do ensino ditos tradicionais. Seu corpo funcional ensinava aos alunos, além das disciplinas regulares, outras relativas à prática agrícola e ao ensinamento de ofícios, como selaria, ferraria e sapataria. As atividades relacionadas à agricultura consistiam no acompanhamento de todo o processo de produção, desde a derrubada da mata, o plantio, os cuidados da lavoura e a colheita, além da criação de diversos animais, como porcos, galinhas, cavalos, bovinos, entre outros. A par das noções de agrotecnia e veterinária, o ensino ministrado ainda incluía a

educação cívica, aos moldes da educação militar, particularmente atento às noções de ordem, civismo e autodisciplina.

Os professores do Patronato Agrícola de Anitápolis faziam relatórios sobre o movimento escolar aos seus superiores. A rotatividade dos alunos era constante, como mostra o relatório referente a fevereiro de 1922, que informa que haviam sido desligados dez educandos no mês, alguns deles porque fariam o curso complementar em outro Patronato (ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Relatório mensal apresentado em 16 de março de 1922).

No relatório médico (Ofício nº 185, de 04 de outubro de 1919) sobre a prestação da assistência no patronato, notamos um parágrafo, em especial, sobre o número de consultas. O médico constatou que o estado sanitário dos menores era satisfatório; em contrapartida, ocorreu um número excessivo de consultas, pois muitos rapazes teriam comparecido à consulta por motivos “banais”, com leves contusões ou simples escoriações, enquanto outros voltavam às consultas com as mesmas contusões (ou escoriações) por várias vezes. Um subterfúgio que poderia ser utilizado pelos menores, pois eram nos relatórios médicos que se podiam verificar as penas aplicadas pelos instrutores (castigos físicos); e também, como era a forma da interação do jovem com seu meio circundante (algazarras, tensões e até brigas entre os alunos), e sua adaptação a este novo lugar. Podemos supor que existia a prática de punições físicas, mas não encontramos escritos relatando explicitamente tais acontecimentos. Verificam-se estratégias impostas pelas condições “favoráveis” ao ensino/vigilância, que contavam com a própria geografia do lugar, favorável à prática panóptica sobre os educandos. Mesmo assim, com todas essas limitações, os alunos se aproveitavam de “ocasiões”, na definição de Certeau, e previam saídas (CERTEAU, 1994, p. 100).

O bom comportamento era analisado através de critérios como linguagem, participações em atividades, atitudes corporais, demonstrando também o contrário, ou seja, o que passou a ser considerado mau comportamento. Para civilizar essas condutas, era preciso professores austeros, com noções de civismo e até certo militarismo nas suas condutas, acompanhados de perto por vigilantes, capatazes e funcionários, que ora custodiavam os menores, ora auxiliavam no ensino, como monitores de turmas.

⁶ Inserir as chaves para alterar a citação a ponto de fazer a concordância com o plural, porque “são os jovens que aproveitam as ocasiões”.

A educação com base militarista associava exercícios de infantaria,⁷ ginástica sueca e o escotismo, ao ar livre, sendo vista com entusiasmo pelos alunos, na opinião do diretor do patronato, o que positivava a imagem da instituição nos relatórios. Uma disciplina complementava a outra, as ordens e as condutas praticadas pelos toques de corneta, pela voz ativa do líder nas caminhadas, nos passeios e na descoberta do meio circundante da localidade, com suas matas, trilhas e cachoeiras, faziam desses momentos eventos lúdicos, sem perder a conduta que o militarismo aspirava.

Porém, nem todas as atividades ao ar livre eram vistas com bons olhos pelos educandos: os trabalhos agrícolas eram penosos, a repetição de movimentos e a mecanização do fazer não tinham a mesma vivacidade dos exercícios militares. O relatório sobre o ensino da prática agrícola demonstrava o desinteresse geral dos alunos: “quanto ao seu aproveitamento, só direi que a grande maioria tem manifesta e cordial ojeriza pela nobilíssima arte de laborar a terra”, afirma o auxiliar agrônomo (Relatório mensal, 05 de abril de 1920).

Para manter os alunos ordeiros quanto ao ensino da prática agrícola, um artifício extremamente eficiente e prático para essas situações foi utilizado: a vigilância. Este expediente demonstra que entre as táticas empregadas pelos menores estavam gazejar as aulas e até empreender fugas. Por outro lado, as estratégias de vigilância adotadas eram aquelas da polícia, além das adotadas pelo corpo funcional do patronato, como demonstra parte deste relatório: “Aproveito a ocasião para vos pedir o aumento das diárias aos sargentos e ansepeçadas,⁸ como incentivo ao bom desempenho de suas funções de chefes de turmas, proporcionalmente ao posto” (Relatório mensal, 05 de abril de 1920). O encarceramento ao ar livre reconstituiria nos alunos o gosto pelo trabalho

(forçosamente); parafraseando Foucault, buscava-se a transformação da alma e do comportamento dos indivíduos (FOUCAULT, 1987, p. 101).

O Núcleo Colonial Anitápolis, em 1918, tinha uma população estimada em dois mil habitantes, e mantinha uma guarnição da força policial com 30 homens na sua sede. Este contingente era considerável para a pequena localidade,⁹ mas devia-se à preocupação dos administradores locais e federais com possíveis revoltas dos menores.¹⁰ Apesar do efetivo considerável da força policial, somado ao quadro de instrutores/vigilantes do Patronato, o controle sobre os educandos era tarefa complicada. A vivência destes menores pelas ruas, e todo tipo de influência “adquirida” nas cidades, principalmente no Rio de Janeiro, de onde a maioria era proveniente, davam a estes indivíduos experiência para lidar com diversas situações, inclusive com o cerceamento e a vigilância impostos pela instituição.

A relação entre Estado e funcionário era circular, uma vez que entre os recursos de que dispunha, o funcionário usava do expediente de prestígio e confiança entre os colonos e imigrantes, não como um indivíduo isolado, mas como representante do Estado brasileiro. O resultado almejado dessa “encenação” era fazer com que os colonos investissem seus capitais e, principalmente, seu trabalho no projeto colonial estatal e que, em última instância, orientasse suas ações pela crença na existência de um centro respeitável: o Estado brasileiro, com seu prestígio, recursos e capacidades (RAMOS, 2003, p. 39).

Para justificar a permanência do Patronato e sua forma de atuação na educação destes jovens, demonstrações foram feitas em público. As datas comemorativas eram os melhores dias para demonstrar o lado disciplinador do Patronato e sua aplicabilidade prática sobre o educando. Mais uma

7 “A Infantaria é a mais antiga arma do Exército e geralmente dotada dos maiores efetivos, formada por soldados que podem combater em todos os tipos de terreno e sob quaisquer condições meteorológicas, podendo utilizar variados meios de transporte para serem levados à frente de combate. Sua principal missão é conquistar e manter o terreno, aproveitando a capacidade de progredir em pequenas frações, de difícil detecção e grande mobilidade. A infantaria contemporânea frequentemente emprega o princípio de Fogo e Movimento para atingir uma posição dominante em relação àquela do inimigo. A Infantaria moderna segue uma organização que divide as tropas de infantas agrupando-os em unidades chamadas de divisões, brigadas, batalhões, companhias e pelotões”. In: Infantaria. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Infantaria>. Acesso em: 12 set. 2018.

8 O termo ansepeçada era uma antiga graduação militar do Exército, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, ocupada por praças entre as graduações de soldado e cabo-de-esquadra. Caiu em desuso no Brasil em meados do século XX. In: Ansepeçada. Disponível <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anspe%C3%A7ada>. Acesso em: 25 set. 2018.

9 Conforme relatado no Livro Comemorativo do Primeiro Centenário da Força Pública Catarinense, o contingente fixado - a 17 de setembro, pela Lei n. 1.151 para o exercício de 1918, passou a ser composto de um batalhão de infantaria com três companhias e um esquadrão de cavalaria, num total de 420 homens, sendo 21 oficiais e 399 praças, distribuídas da seguinte forma: Esquadrão de Cavalaria, 4 oficiais e 66 praças; Batalhão de Infantaria: Estado Maior, 5 oficiais; Estado Menor, 45 praças e as três companhias com 4 oficiais e 96 praças cada uma. Cf. SILVA, Ildefonso J.; LIMA, José S.; CORDEIRO, Demerval. Livro Comemorativo do Primeiro Centenário da Força Pública de Santa Catarina (1835 - 1935), Florianópolis: [s.n.], p. 57.

10 Na documentação verificou-se o acréscimo de contingente da força policial somente após a instalação do patronato agrícola, outros “problemas” eram geralmente solucionados entre os membros da localidade e a administração local, como por exemplo, os ataques dos indígenas e as possíveis brigas entre vizinhos.

vez, os jornais tornam-se ferramentas essenciais na propagação destas condutas:

Realizar-se-á com grande brilho, nesta localidade, uma grande festa em comemoração a gloriosa data da Proclamação da República.

Os festejos comemorativos são dirigidos pelo Diretor do Patronato Agrícola Anitápolis e Administrador do Núcleo. Será por esta ocasião prodigalizada um dia de alegria aqueles que vivem naquele recanto simpático de S. Catarina.

A festa projetada tem o seu programa desenvolvidíssimo, constando mais ou menos do seguinte:

Às 6 horas do dia 15, os alunos do Patronato, formados em frente ao edifício, em uniforme de dias de gala, farão, ao ser içada a bandeira, as continências do estilo e em seguida cantarão o Hino Nacional.

Às duas horas farão desfile pela praça e ruas da sede e estacionarão na praça, onde haverá distribuição de prêmio e bombons. Haverá também disputas entre eles, em jogos desportivos. (Jornal Município da Palhoça - Palhoça, 06/11/1921, p. 01)

A indisciplina, em nossa análise, era o temor maior. No entanto, além do medo em relação às desordens por parte dos menores instalados no Patronato, havia também casos de intolerância por parte dos moradores do Núcleo com a administração local.

Considerações finais

Anitápolis como espaço social, deveria ter seu “esquadrinhamento disciplinar”, não só no Patronato Agrícola, mas de maneira geral, pois as formas de se fazer valer como autoridade era muitas vezes pela imposição da força, para que o Estado (ou suas instituições/representações) pudesse ser preservado.

A tentativa de civilizar antigos moradores, tendo o Patronato como símbolo e exemplo desta nova reorganização urbana e social, obtida pelo exemplo dado nas grandes cidades, nos dá a entender

que a intervenção imposta era a forma vista como correta para se proceder. Ao mesmo tempo em que o Patronato podia ser “indesejado” pelos moradores, como uma instituição autoritária e causadora de atritos, era também um estabelecimento “benéfico”, uma vez que empregara moradores locais, independente da nacionalidade, trazendo dividendos para o Núcleo Colonial com a produção de culturas específicas.

Mesmo com todos estes instrumentos, com toda a pedagogia do internar,¹¹ as fugas e outros tipos de subterfúgios eram usados pelos menores para driblar o sistema imposto pela instituição. Outros elementos deveriam ser associados para a condução e a manutenção desta vigilância: por exemplo, a administração “comprou” a cumplicidade dos moradores do Núcleo Colonial, na busca dos menores fujões, com a obtenção de recompensas.

As táticas e as estratégias adotadas pelos sujeitos (menores) em relação à instituição (patronato) permitem, com base na ótica de Certeau, (1994) a compreensão destas sociabilidades. Segundo o historiador, as estratégias são a manipulação e a operacionalização do poder e, por analogia, seriam as ações da instituição em relação aos internos. Em contrapartida, as táticas seriam a resistência e a apropriação (mediante leituras e interpretações próprias das regras impostas), como numa série de atitudes astuciosas (fugas, gazejar aulas, brigas, etc.). Ao compararmos com o Tempo Presente, nos deparamos com a tênue limitação das crianças e jovens daquele período, e dada as devidas proporções, crianças e jovens nos dias de hoje também passam pelo crivo das instituições de educação, com estratégias e táticas semelhantes.

Referências

- Anspeçada.** Disponível <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anspe%C3%A7ada>. Acesso em: 25 set. 2018.
- ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº. 185, de 04 de outubro de 1919, ao Chefe do 9º Distrito, Delegado em comissão da Diretoria do Serviço de Povoamento, por Edgar Carneiro, Diretor do Núcleo Colonial Anitápolis.
- ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Ofício nº. 4293, endereçado ao Sr. Delegado do Serviço de Povoamento no 9º Distrito, pela Diretoria

¹¹ Apropriamo-nos deste conceito, pois é “um termo que revela uma prática ou estratégia histórica de instruir, educar e moldar meninos e meninas nas regras do bem viver”. Era praticada em diversos lugares fechados (colégios, seminários, conventos e internatos) com a intenção de educar através da moral e do confinamento, a fim de que não adquirissem os maus hábitos e costumes do mundo exterior. Cf. CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. A pedagogia de internar: Uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE (1934-1967). Dissertação de Mestrado em Educação. Sergipe: UFS, 2007, p. 27.

do Serviço de Povoamento (MAIC), em 11 de agosto de 1922.

ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Relatório mensal apresentado em 05 de abril de 1920, ao diretor do Patronato Agrícola de Anitápolis, pelo auxiliar agrônomo Araújo Videira, alusivo ao mês de março de 1920.

ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Relatório mensal apresentado em 16 de março de 1922, ao Diretor do Patronato Agrícola de Anitápolis, pelo professor Hugo de Figueiredo, alusivo ao mês de fevereiro de 1922.

ARQUIVO NACIONAL - Fundo IJ6 (663): Série Justiça, Subsérie Polícia - Patronatos.

BOEIRA, Daniel Alves. **Os dez primeiros anos do Núcleo Colonial Anitápolis** (1907-1917). Monografia (Graduação em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

----- Uma “solução” para a **menoridade na Primeira República**: o caso do Patronato Agrícola de Anitápolis/SC (1918-1930). Florianópolis, 2012, 140 f. Dissertação de Mestrado em História. Universidade do Estado de Santa Catarina.

----- Modernidade e criminalidade na Primeira República: os patronatos agrícolas e a ressocialização da delinquência juvenil (Santa Catarina, 1918-1930). In: AREND, Silvia M. F. et al (Org.). **Infâncias brasileiras**: experiências e discursos. Cascavel: Ed. UNIOESTE, 2009.

BRASIL, DECRETO N. 12.893, 28 de fevereiro de 1918. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=12893&tipo_norma=DEC&data=19180228&link=s. Acesso em: 04 out. 2018.

BRASIL. DECRETO N. 17.943-A, 12 de outubro de 1927. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943Aimpressao.htm Acesso em: 01 de outubro de 2018.

BULCÃO, Ana Lúcia Eppinghaus. **Meninos maiores**. O conflito da menoridade e maioridade no Rio de Janeiro entre 1890 e 1927. Dissertação (Mestrado em História) - IFCS/UFRJ, 1992.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **A pedagogia de internar**: Uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE (1934-1967). Dissertação de Mestrado em Educação. Sergipe: UFS, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da prisão. Niterói: Vozes, 1987.

Infantaria. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Infantaria> Acesso em: 12 set. 2018.

Jornal Município da Palhoça - Palhoça, 06/11/1921.

MORELLI, Ailton José. **A criança, o menor e a lei**: uma discussão em torno do atendimento infantil e da noção de inimputabilidade. Dissertação (Mestrado em História), UNESP, Assis, 1996.

OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. **Formar cidadãos úteis**: os patronatos agrícolas e a infância pobre na Primeira República. Bragança Paulista: EDUSE, 2003.

RAMOS, Jair de Souza. O poder de domar do fraco: construção de autoridade pública e técnicas de poder tutelar as políticas de imigração e colonização do serviço de povoamento do solo nacional, do Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 19, julho de 2003.

SILVA, Ildefonso J.; LIMA, José S.; CORDEIRO, Demerval. Livro **Commemorativo do Primeiro Centenário da Força Pública de Santa Catarina** (1835 – 1935), Florianópolis: [s.n.].

VIANNA, Adriana de R. B. **O mal que se adivinha**: polícia e menoridade no Rio de Janeiro, 1910 - 1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

“EM FUNÇÃO DO DESVIRTUAMENTO DO DEBATE”: Menores, trabalho e imputabilidade penal no Tempo Presente

Lucas Santos¹
lucas-ud@live.com

Resumo

Palavras-chave

Legislação;
Maioridade Penal;
Trabalho;
Infância;
Juventude.

Estão em trânsito no Congresso e no Senado Federal, atualmente, propostas de leis destinadas à crianças e adolescentes, das quais destacam-se: a proposta de redução da idade mínima para o trabalho (Proposta de Emenda Constitucional nº 18/2011) e a proposta de redução da maioridade penal (Proposta de Emenda Constitucional nº 33/2012). A PEC de 2011 é de autoria do deputado paranaense Dilceu Sperafico, do Partido Progressista (PP), e tem por objetivo reduzir a idade mínima permitida para o trabalho em tempo parcial de dezesseis para quatorze anos, visto que a lei em vigor permite apenas o trabalho na condição de aprendiz. Já a PEC de 2012 foi proposta pelo então senador paulista Aloysio Nunes Ferreira, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), no ano de 2012, e, conforme redação, prevê a redução da idade de dezoito para dezesseis anos para que os jovens respondam penalmente sobre o ato cometido, quando submetidos a processos judiciais. A partir da análise crítica destas proposições legislativas, objetiva-se estabelecer relações com propostas anteriores e discutir os processos atuais de remodelação dos direitos da população infantojuvenil, numa perspectiva de “história que não passa” (ROUSSO, 2016).

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina. Bolsista pelo Programa de Bolsas de Monitoria de Pós-Graduação – PROMOP/UEDESC.

A produção da escrita da história foi ampliada no final do século passado, quando novas formas de narrar e novos sujeitos foram incorporados ao repertório dos/as historiadores/as. A partir desta guinada nas produções temáticas, percebemos que um considerável número de pesquisas têm estudado os discursos sobre as experiências sociais infantojuvenis, o trabalho - ou a sua não realização - e a criminalidade. É possível compreender essas aproximações, visto que discussões sobre os direitos de crianças e jovens estão sob discussão para a formulação e aplicação de novos projetos políticos nacionais.

Ao discutir a proposição de leis e, por conseguinte, de direitos, é importante considerar seu processo de construção, pois, conforme apontamentos do professor de direito Roberto Lyra Filho (1982, p. 04) “não se pode afirmar, ingênua ou manhosamente, que toda legislação seja direito autêntico, legítimo e indiscutível”. E não apenas atentar-se à sua construção, mas também às intenções atreladas ao estabelecimento de determinadas leis. Ao compreender que as relações sociais se dão a partir de constantes embates e disputas, o Estado constituído visa nos convencer de que, a partir da promulgação de determinadas leis, os conflitos sociais são sanados e não há Direito a ser reivindicado além daqueles expressos na lei já firmada (LYRA FILHO, 1982, p. 08). Desse modo, é importante atentar que as leis e os direitos são construídos por embates sociais.

Tais embates foram objetos de estudo de Michel Foucault. Conforme o filósofo francês, as relações sociais são permeadas por disputas de poder. Dentre estas disputas estão os discursos, que são uma prática ritualizada no qual os sujeitos que expressam e aqueles que o recebem, cumprem papéis predeterminados e que dão legitimidade um ao outro (FOUCAULT, 2004, p. 39). Logo, se observa que as tensões sociais explicitam a disputa pelo poder nestas relações e que, portanto, a legislação é fruto e faz parte dessas disputas.

Debates em torno de propostas destinadas à crianças e adolescentes, assim como outras temáticas e públicos, sempre estiverem em pauta e geraram debates, visto que no país já foram publicadas sete constituições. No entanto, num clima mais intenso, têm transitado no Congresso e Senado Federal Brasileiro, projetos que buscam alterar a redação constitucional vigente, das quais se destacam: a proposta de redução da idade mínima para o trabalho e de redução da maioridade penal.

As leis e os menores

A Constituição Federal, promulgada em 1988, e o Estatuto da Criança e do Adolescente

-ECA, que entrou em vigor em 1990, agrupam as normativas destinadas à população infantojuvenil atualmente. No entanto, Propostas de Emendas Constitucionais (PEC's) têm sido apresentadas no Congresso, a fim de alterar o texto do regimento maior da nação e, por conseguinte, os direitos dispostos no ECA, desde a década de sua publicação.

Sobre a maioridade penal, consta na carta magna o seguinte artigo: “Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial” (BRASIL, 1988). Ou seja, menores de dezoito anos não recebem as sanções penais da mesma forma que os adultos, mas medidas definidas em lei, em especial no Estatuto já citado. Entretanto, novos projetos objetivam alterar esta resolução.

No mês de setembro de 2017, a Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça do Senado Federal se reuniu para analisar a Proposta de Emenda Constitucional nº 33/2012. Nos ritos jurídicos, anteriormente à votação dos senadores em exercício e da sanção do Presidente, esta reunião consiste numa etapa de análise decisiva sobre o projeto antes de vigorar como lei. A proposta citada foi apresentada pelo então senador paulista Aloysio Nunes Ferreira, no ano de 2012. Conforme redação está prevista a redução da idade de dezoito para dezesseis anos para que os jovens respondam penalmente sobre o ato cometido, quando submetidos a processos judiciais. Na justificativa é afirmado que a temática desperta o debate público, visto que anteriormente outros projetos foram elaborados, mas, segundo o autor: “() Nenhuma delas prosperou, em função do desvirtuamento público do debate, em que as posições se radicalizaram a ponto de impedir qualquer acordo” (BRASIL, 2012). E, portanto, não foi firmado nenhum acordo sobre as proposições.

Ciente da polêmica sobre as discussões que envolvem a temática, o senador apontou que a proposta nasceu de uma perspectiva diferente das “correntes de opinião” já formuladas. E ainda, que não objetiva desconsiderar as normativas do ECA, mas julgar os casos extraordinários, tais como sequestro, assassinato, entre outros, embasado na concepção jurídica de Rui Barbosa, postulada na Primeira República. Segundo o senador, esta proposta é destinada aos jovens autores de crimes considerados graves, e não atenderia às “(...) centenas de menores que vagueiam por nossas ruas - com boa parcela de responsabilidade do Estado, diga-se de passagem - praticando toda sorte de pequenos delitos, consumindo drogas e servindo de mulas para traficantes” (BRASIL, 2012).

Também estão sob análise, concomitantemente, outras proposições que tratam da mesma temática. Destas, a Proposta de Emenda Constitucional n. 115, de 2015, inicialmente identificada como PEC 171/1993, propõe a manutenção da inimizabilidade penal aos menores de dezoito anos, exceto para maiores de 16 que tenham participação “em casos de crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte”. A proposta foi apresentada, inicialmente, pelo deputado Benedito Domingos, representante do Distrito Federal, em 1993. E retornou ao debate nas comissões internas da Câmara e, atualmente, do Senado Federal.

Em pouco mais de três páginas, Domingos estrutura a defesa de seu projeto. No qual, afirma:

O menor de dezoito anos, considerado irresponsável consequentemente, inimputável, sob o prisma do ordenamento penal brasileiro vigente desde 1940, quando foi editado o Estatuto Criminal, possuía um desenvolvimento mental inferior aos jovens de hoje da mesma idade. (BRASIL, 1993)

Para tanto, alega que o advento da televisão, os novos aparatos tecnológicos e modos de vida materializam uma realidade distinta entre a juventude atual e a da década de 1940. Sobre as mídias, ainda, aponta que estas são grandes difusoras de informações e realizam a função de instruir sobre as ações corretas e erradas. Também, denota crer que a normativa exposta visa garantir a cidadania dos jovens brasileiros, “começando pelo respeito à ordem jurídica, enfim, o que se pretende com a redução da idade penalmente imputável para os menores de dezesseis anos é dar-lhes direitos e consequentemente responsabilidade” e não “puni-los ou mandá-los para cadeia” (BRASIL, 1993).

Domingos também utiliza trechos e narrativas bíblicas em sua fundamentação. Em vias de concluir a defesa do projeto, relaciona a identidade dos jovens à execução do trabalho, conforme a passagem: “Nessa faixa de idade já estão sendo criados os fatores que marcam a identidade pessoal. Surgem as possibilidades para a execução do trabalho disciplinado” (BRASIL, 1993). E, por fim, reitera: “Nesse sentido ensinava Rui Barbosa: vamos educar a criança para não termos que punir o adulto” (BRASIL, 1993).

Inclusa nos debates do Congresso, está a PEC n. 21, de 2013, assinada pelo senador do Estado do Paraná, Álvaro Dias. Em sua justificativa, o autor estrutura sua defesa a partir das mudanças sociais

ocorridas ao longo do tempo; apresenta breve histórico das idades fixadas em Códigos brasileiros anteriores e em outros países, a fim de afirmar que a compreensão se dá em cada contexto e que este não seria um direito com característica universal, elemento importante para manter uma normativa sem ser facilmente alterada.

Ao finalizar a justificativa de seu projeto, o autor ainda faz um balanço dos elementos apresentados e afirma:

Ademais, tal proposta vem se juntar às atuais normas brasileiras que permitem que o jovem de 16 possa votar, o de 14 anos possa trabalhar, ainda na condição de aprendiz. Todos esse fatos corroboram para a audácia do jovem, que, nos dias de hoje, possui mais conhecimento e acesso aos meios de comunicação e informação do que o jovem de 1940. (BRASIL, 2013)

Em seguida, o texto com o pedido de aprovação dos colegas, visto que tal proposta tem o intuito de aumentar a responsabilidade dos jovens diante da ordem social. Por último, a PEC 74/2011 também integra as discussões sobre a redução da maioridade penal. De autoria do senador Acyr Gurgacz, representante do Estado de Rondônia, propõe a redução da idade para quinze anos, em casos de tentativa ou efetiva realização de crime de homicídio doloso e roubo seguido de morte. Em cerca de três páginas, o Senador Gurgacz estrutura a defesa de sua proposta. Aponta transformações sociais, pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em que são citadas as idades adotadas para fixar a maioridade penal em outros países. Apresenta breve histórico dos Códigos brasileiros e suas menções à maioridade penal. Também, aponta outros dados e pesquisas, das quais destaca os baixos índices de participação de jovens em casos de homicídio. Dos elementos expostos, destaca-se a seguinte declaração:

Observa-se, entretanto, no Brasil um pavor social em torno da crescente criminalidade praticada por menores inimputáveis. Nos dias hoje, a violência praticada por adolescentes vem aumentando assustadoramente; e os adolescentes praticantes de infrações graves não têm sido punidos adequadamente. (BRASIL, 2011)

Por fim, com referência nas exposições do Código Penal de 1940, aponta que acreditar que todos os jovens até os dezoito anos são imaturos é uma “insólita concepção”.

A partir dos trechos selecionados e dos elementos destacados, que fundamentam as propostas vigentes de alteração da lei referente à maioria penal, compreende-se que os projetos propostos fundamentam suas justificas nos mesmos ou em argumentos muito semelhantes, que, aliás, são contraditórios e ignoram as normativas do ECA, que garantem à população infantojuvenil o direito de não ser judicialmente apenada por um crime, além de outras garantias. Além disso, a construção das narrativas parte da concepção de que crianças e adolescentes são juridicamente tratados como *menores*, quando estão em conflito com a lei, e buscam equipará-los aos adultos, exigindo punições.

Desse modo, nos parece evidente a vinculação com o modelo de mentalidade policalesca observável nos primeiros anos do século XX, quando foi popularizada a terminologia menor. Concepção reforçada quando são citados os códigos anteriores, que apresentam esta terminologia, e as contribuições jurídicas do intelectual Ruy Barbosa (1849-1923), que propôs penalidades diferentes para cada situação em julgamento.

A evocação aos ensinamentos de Barbosa e os elementos do século XX, explicitam o desejo social de controle, tal como existente nas primeiras décadas do século passado. Ivonete Pereira, ao estudar a infância no século passado, percebeu a ocorrência de um processo de controle e disciplinarização das crianças e adolescentes. Segundo a historiadora:

Sobre as crianças recaía o peso de serem as responsáveis pelo futuro da nação, o que justificava as ações e os controles dos “especialistas sociais”. Apesar dos discursos ilustres políticos do cenário nacional, sobre a importância dos cuidados com a infância, nas primeiras duas décadas do século XX, contudo, estes cuidados por parte do Estado, em sua grande maioria, permaneceram apenas no nível de discussão. A legislação criada, que não era específica para essa demanda da população, tornara-se “letra morta” diante da falta de ação do Estado nas questões que envolviam crianças e adolescentes, principalmente os das camadas populares. (PEREIRA, 2009, p. 57)

Essas proposições de redução da imputabilidade penal podem parecer inéditas na atualidade, mas não o são. Ao analisar a documentação do Centro De Defesa Dos Direitos Humanos De Osasco, do final dos anos 1970, Olga Brites e Eduardo Nunes constataram que as discussões em âmbito público referentes aos direitos de jovens cidadãos são recorrentes desde o século passado. As propostas reacionárias, conservadoras e simplistas propondo a redução da responsabilização penal para as pessoas com menos de 18 anos de idade é antiga, e remonta ao período no qual foi determinado explicitamente que os menores de 18 anos não sofreriam sanções penais como se adultos fossem, em 1927, pelo Código de Menores promulgado naquele ano.

Desde 1927, é frequente o retorno do debate sobre a redução da maioria penal como se isso fosse solucionar a violência estrutural do país (BRITES; NUNES, 2016, p. 61). Brites e Nunes também inferiram que os discursos produzidos pelos legisladores, em 1970, “(...) giravam ao redor de argumentos que reforçavam a criminalização da pobreza e a ideia de que o problema das infrações cometidas por adolescentes era motivado pelo pouco rigor do sistema de atenção dedicado aos mesmos” (BRITES; NUNES, 2016, p. 62). E, ainda, que os elementos mobilizados que compõe a retórica dos governistas partiram de representações sociais que buscaram criminalizar as camadas pobres, desde o fim do século XIX, quando a condição de ser pobre foi entendida como ser “indesejado social” (BRITES; NUNES, 2016, p. 75).

Não obstante, há também as discussões sobre a redução da idade mínima para se iniciar as atividades de trabalho. De autoria do deputado paranaense Dilceu Sperafico, a PEC 18/11 objetiva reduzir a idade mínima permitida para o trabalho em tempo parcial de dezesseis para quatorze anos, visto que a lei em vigor permite apenas o labor na condição de aprendiz nesta faixa etária. Ao justificar sua proposta, o deputado afirma:

Não vejo, portanto, nenhuma incompatibilidade entre a permissão do trabalho em regime de tempo parcial, a partir dos quatorze anos, e a proteção ao adolescente. A meu ver, nenhum direito do adolescente será retirado, se a ele for autorizado o trabalho em tempo parcial. Ao contrário, considero que se trata de uma ampliação dos seus direitos, na medida em que

formaliza o trabalho daqueles que precisam trabalhar, garantindo-lhes todos os direitos trabalhistas e previdenciários. (BRASIL, 2011)

Contudo, esta não é a única PEC sobre o tema. Anexa à ela, outras cinco propostas que tratam do mesmo tema - redução da idade para o trabalho - tramitam no Congresso nacional. A Proposta de Emenda Constitucional n. 35, de 2011, apresentada por Onofre Santo Agostini, indica a redução da idade mínima para o trabalho de 16 para 14 anos. Na justificativa do projeto, que tem cerca de uma página, o autor aponta a necessidade da redução da idade, porque “(...) os adolescentes proibidos de trabalhar acabam atraídos pelo mercado informal de trabalho, ou para a prática de mendicância, e até mesmo compelidos ao tráfico” (BRASIL, 2011).

Além de citar o aspecto moral beneficente do acesso ao trabalho e da possibilidade de auxílio no sustento familiar, o autor afirma que: “(...) o adolescente trabalhando na formalidade não terá tempo para perambular pelas ruas e nem de se envolver em atividades ilícitas” (BRASIL, 2011). Dessa forma fica evidente as associações estabelecidas entre o exercício do trabalho, a criminalidade e a presença da população infantojuvenil no espaço público. E, por conseguinte, a ocupação como forma de redução da criminalidade.

A outra proposta anexa é a PEC n. 274, de 2013, de autoria de deputado catarinense Edinho Bez, que visa à redução da idade mínima para o trabalho de 16 para 14 anos, na condição de aprendiz ou com a autorização dos pais. Em pouco mais de uma página e com o emprego de ditado popular, são apresentados os motivos dessa proposição: aumento da criminalidade entre os jovens, caráter educativo do trabalho e garantia de renda familiar. Torna-se explícita a relação direta estabelecida entre trabalho e criminalidade, quando o autor justifica sua proposta com a seguinte afirmação:

Se o jovem está ocupado, há uma redução considerável de suas chances de se envolver com os vícios que assolam o nosso País nos dias atuais, tais como a dependência de drogas e álcool e o tráfico de entorpecentes, bem como a diminuição da mendicância nas grandes cidades, condições que facilitam o ingresso do jovem nas situações de risco, a exemplo dos casos de prostituição infantil. (BRASIL, 2013)

Também anexa, a PEC n. 108, de 2015 de autoria do deputado paulista Celso Russomano, prevê a redução da idade mínima para o início do trabalho aos 14 anos, desde que seja apresentada frequência escolar regular. Para isso, o autor afirma que “a falta de oportunidade para trabalhar tem levado muitos jovens a entrar na criminalidade, tornando-se presas fáceis e mão-de-obra barata para o crime organizado (BRASIL, 2015)”. Não obstante, aponta que ser uma medida necessária para garantir o desenvolvimento da população infantojuvenil e infere, novamente, relação direta com criminalidade, visto as burocracias existentes para a contratação de adolescentes. Ainda, afirma:

Não concordamos que o trabalho do adolescente pode prejudicar sua formação psicossocial, pelo contrário exemplos não faltam de que, com o trabalho o adolescente adquire maior responsabilidade, maior consciência de seus atos, aliás, inúmeros são os exemplos de sucesso pessoal que iniciaram suas atividades laborais ainda no início de sua adolescência. (BRASIL, 2015)

Outra proposta anexa a de Agostini, é a PEC n. 77, de 2015, assinada pelo deputado paulista Ricardo Izar, que tem por objetivo a redução da idade mínima para o trabalho aos 15 anos e, na condição de aprendiz, aos 14 anos. Conforme exposto pelo deputado, a mudança é necessária.

Tendo em vista todas as informações elencadas, percebe-se que há uma proteção bastante ostensiva ao menor que trabalha. Porém, esse modelo de contratação de menores, ante o atual desenvolvimento da sociedade, não só no que tange às novas tecnologias, mas também no que se refere ao alto nível de desenvolvimento pessoal dos jovens, parece estar esgotado. (BRASIL, 2015)

Na continuidade de sua justificativa, o autor traça um paralelo entre o direito ao voto e ao trabalho, visto que se o sujeito já pode votar, ele também pode trabalhar. E complementa: “Não que aos menores compreendidos entre os 15 e 18 anos não necessitem do mesmo esmero, mas estes já estão mais amadurecidos para uma vivência mais ampla e podem sim acumular um trabalho efetivo aos estudos”(BRASIL, 2015). Antes de finalizar os

motivos pelos quais a sua proposta de alteração da lei é necessária, o autor estabelece uma relação direta com a redução da maioridade penal e a criminalidade.

Sem entrar no mérito das propostas que visam à redução da maioridade penal, cabe ainda ressaltar que, antes de exigir que um jovem responda penalmente por seus atos desde os 16 anos de idade, a sociedade precisa oferecer meios efetivos de trabalho para esses jovens, uma vez que, os contratos de menor aprendiz encarecem muito o custo para as empresas e inibem a contratação. Se os jovens nessa faixa de idade puderem desfrutar dos benefícios trazidos por um contrato trabalhista mais abrangente, toda a sociedade será beneficiada, tendo jovens mais capacitados e experientes e, em contrapartida, a redução da criminalidade nessa faixa etária. (BRASIL, 2015)

Por fim, a última PEC anexa é a de n. 107/15, do deputado pelo Estado do Mato Grosso Victório Galli que, em quatro parágrafos, apresenta a justificativa para a sua proposta. Tenciona o direito de jovens assinarem a carteira de trabalho a partir dos 16 anos, e como aprendiz a partir dos 14 anos. Inicialmente, o autor cita as responsabilidades assumidas pelos jovens, tais como a do exercício ao voto e a relação familiar se utiliza do ideal de enobrecimento, na seguinte expressão: “Precisamos de políticas públicas para enobrecer os jovens, que querem ocupar seus espaços, construir caminhos e desenvolver seus conhecimentos” (BRASIL, 2015). Ao concluir, aponta que a alteração é essencial e que pode começar por uma “simples mudança” na Constituição. Entretanto, não deixa de mencionar a proposta de redução da maioridade penal, a fim endossar sua exposição:

Se por um lado estamos votando para diminuir a maioridade penal, devemos pensar também, em baixar a idade de 18 para 16 anos para essas pessoas ingressarem mais cedo no trabalho com todos os seus direitos que um trabalhador com mais de 18 anos tem. (BRASIL, 2015)

Antes da apreciação da seleção de excertos das justificativas das PEC's sobre a redução para a idade mínima para o trabalho, nos textos das propostas sobre redução da maioridade penal,

observou-se indicativos da valorização do trabalho infantojuvenil. Nas propostas de então, esta valorização é exacerbada. As discussões sobre a idade para o início do trabalho no Brasil, no entanto, também não são recentes. Com a emergência e difusão dos estudos e discursos da pediatria, no início do século passado, muitas recomendações foram realizadas, dentre elas, a idade em que uma criança poderia iniciar a trabalhar.

Essa recomendação era feita a fim de preservar a saúde física de crianças e adolescentes. Entretanto, ela divergia dos anseios da elite republicana, que desejava salvar “as crianças e os jovens do Brasil do ócio e do vício” (AREND, 2007, p. 277-278) e, portanto, discordavam da idade sugerida e/ou agiam fora das normas legais. Conforme conclui Silvia Arend, ao analisar a legislação menorista para o trabalho, mesmo que de forma mínima, a lei permitiu a proteção destas crianças e adolescentes (AREND, 2007).

Embora não sejam inéditas, essas discussões fazem parte do tempo presente, porque os elementos discursivos utilizados são reverberações do passado. Conforme as análises de Camila Daminelli, especialmente a partir de 1960, passa a fazer parte das discussões de senso comum uma confusão entre impunidade e imputabilidade, ainda vigente no Tempo Presente (DAMINELLI, 2016). A continuidade de debates e a persistência em modelos de solução semelhantes e mesmo controversa sobre o tema em questão sugerem o direcionamento de nosso olhar para questões de uma “história que não passa”.

Conforme as assertivas do historiador Henry Rousso, o estudo de objetos por essa perspectiva histórica revela um aspecto de dualidade: proximidade, por estar se estudando o que se observa ao redor e receber reações dos sujeitos envolvidos; e distanciamento, porque o processo em análise é cronologicamente delimitado. Em vista disso, “encontra-se essa ideia central de que o tempo presente define uma duração significativa e não um instante fugaz” (ROUSSO, 2016, p. 240). Logo, mesmo que esses embates tenham aflorado num período precedente ao que vivenciamos, eles constituem nosso presente na medida em que estão atrelados a processos não finalizados, que ainda reverberam.

Considerações finais

Compreende-se que os atuais projetos legislativos - tais como os referentes à redução da maioridade penal e à redução da idade mínima para o trabalho - estão embasadas em discussões e sanções

originadas no início do século passado. Discursos que mobilizam valores morais e sociais e apoiam a correção de crianças e adolescentes, a fim de se tornarem adultos que cumpram com as exigências da norma burguesa, socialmente implantada, cercam as políticas destinadas aos jovens. Não se inclui nas discussões novas compreensões sobre as diferentes formas que se experimentam a infância nos dias de hoje, quais aspectos que a formam, quais as características geracionais da infância do século XXI ou alternativas como a ampliação das redes de educação, acesso a emprego, garantia de renda, auxílios, lazer, etc.

Os documentos mencionados pelos legisladores não apontam as idades fixadas como direitos de crianças e adolescentes, mas como problema. A partir das considerações apresentadas, não se pretende desqualificar os projetos propostos simplesmente por apresentarem referências do século passado. O intuito desta reflexão é evidenciar que os discursos que embasam esses projetos não incluem novas leituras sociais sobre a infância, sobre as formas como ela é experimentada e sobre a manutenção de seus direitos. Toma-se em consideração os anseios que incitam a elaboração de tais propostas, porém, acredita-se que tais apontamentos possam servir para repensar e adensar tais discussões sem desconsiderar os direitos já adquiridos da população infantojuvenil.

Ocorre, nesta discussão, o “desvirtuamento do debate”, pois a nossa proposta incita debates e não permite a realização de um acordo. Ora, tal permanência do impasse é, por si só, uma questão que deveria ser considerada e motivo de análises e estudos dos diferentes comentários levantados nas discussões, levantando os argumentos contrários e realizando aprofundamento dos estudos sobre o tema.

Referências

AREND, Silvia Maria Fávero. Legislação menorista para o trabalho: infância em construção (1930-1945). **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 17, n. 01, Jan./Jul. 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/442>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRITES, Olga; NUNES, Eduardo Silveira Netto. Contra a Redução da Menoridade Penal no Brasil: o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Osasco, fim dos anos 1970. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], n. 54, abr. 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/26918>. Acesso em: 10 out. 2018.

Comissão do Senado deve votar redução da maioria penal. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/comissao-do-senado-deve-votar-reducao-da-maioridade-penal30102017>. Acesso em: 10 out. 2018.

DAMINELLI, Camila Serafim. Discurso, direito e infração: reflexões sobre a menoridade no tempo presente a partir da legislação brasileira do século XX. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais** – RBHCS, v. 08, n. 15, Jul/2016. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/380>. Acesso em: 10 out. 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no College de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. 10ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

PEREIRA, Ivonete. A Eugenia no Brasil: “trabalhar” a infância para (re)construir a pátria. In: SCHREINER, Davi Félix; PEREIRA, Ivonete; AREND, Silvia Maria Fávero (Orgs.). **Infâncias brasileiras: experiências e discursos.** Cascavel: Ed. UNIOESTE, 2009.

ROUSSO, Henry. **A Última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo.** Rio de Janeiro: FGV, 2016.

Legislação

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira de 1988.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 out. 2018.

----- **Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2011.** Disponível em: https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?jsessionid=1B1DEA3296B2D03A216AFC6329DC1EB4.proposicoesWebExterno1?codteor=880948&filename=Tramitacao-PEC+35/2011. Acesso em: 10 out. 2018.

----- **Proposta de Emenda à Constituição nº 274/2013.** Disponível em: https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1097011&filename=Tramitacao-PEC+274/2013. Acesso em: 10 out. 2018.

----- **Proposta de Emenda à Constituição nº 108/2015.** Disponível em: https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1369774&filename=PEC+108/2015. Acesso em: 10 out. 2018.

----- **Proposta de Emenda à Constituição nº 77/2015.** Disponível em: https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1353612&filename=Tramitacao-PEC+77/2015. Acesso em: 10 out. 2018.

----- **Proposta de Emenda à Constituição nº 107/15.** Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1367416. Acesso em: 10 out. 2018.

----- **Proposta de Emenda Constitucional nº 171/1993.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14493>. Acesso em: 10 out. 2018.

----- **Proposta de Emenda Constitucional nº 115/2015.** Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/122817>. Acesso em 10 out. 2018.

----- **Proposta de Emenda Constitucional nº 21/2013.** Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/112420>. Acesso em: 10 out. 2018.

----- **Proposta de Emenda Constitucional nº 74/2011.** Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/101484>. Acesso em: 10 out. 2018.

----- **Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2011.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=500183>. Acesso em 10 out. 2018.

A INTEGRAÇÃO DO DESIGN E SUAS FERRAMENTAS PARA POTENCIALIZAR O APRENDIZADO DE JOVENS APRENDIZES

Karina Pereira Weber¹

karinaweber.rs@gmail.com

Isabel Cristina Moreira Victoria²

isabel.mvictoria@gmail.com

Luiz Fernando Gonçalves de Figueiredo³

lff@cce.ufsc.br

Palavras-chave

Design para inovação social;
Desenvolvimento socioeducativo;
Aprendizes;
Aprendizagem significativa.

Resumo

Diante do cenário da educação no país, onde a formação dos jovens tem sido direcionada cada vez mais a um viés tecnicista, a necessidade de abordagens de formação social torna-se importante para que os jovens se formem cidadãos completos. Por meio de projetos de extensão, é possível que a Universidade contribua no desenvolvimento de jovens, ampliando suas visões de mundo. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é relatar a contribuição do Design para a inovação social por meio de um projeto de extensão destinado à capacitação de aprendizes. O projeto em questão, destinou-se à capacitação de aprendizes, vinculados a um curso de formação amparado pela Lei da Aprendizagem, para que desenvolvessem materiais socioeducativos a crianças de 05 a 06 anos, que necessitavam de ferramentas de desenvolvimento cognitivo e social. Os aprendizes experienciaram e foram capacitados a aplicar ferramentas de Design para criar projetos orientados para crianças, desenvolvendo a empatia e a consciência de atender necessidades sociais reais, bem como a aplicação do projeto, explicando suas criações às crianças e ensinando-as a utilizarem. O projeto oportunizou uma aprendizagem significativa

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Design, da Universidade do Federal de Santa Catarina. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

² Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Design, da Universidade do Federal de Santa Catarina. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

³ Docente do Programa de Pós-graduação em Design, da Universidade do Federal de Santa Catarina.

aos jovens, reconhecendo seus potenciais criativos e a conexão que possuem com o espaço social, que, muitas vezes, deixa-se de explorar a contribuição desses indivíduos para o desenvolvimento social, e proporcionou às crianças acesso a materiais diversificados e criativos.

Diante do perfil de educação tecnicista, com base na tendência liberal da educação (SILVA, 2016), enquadram-se os cursos para aprendizes - amparados pela Lei da Aprendizagem, de número 0.097/2000, junto ao decreto 5.598/2005 - os quais têm ênfase no desenvolvimento de habilidades e conhecimentos necessários para a inserção de aprendizes de 14 a 24 anos no mundo do trabalho. Com o intuito de contribuir com a formação de aprendizes mais amparada a uma formação social e cidadã, contrapondo a tendência tecnicista de suprir às necessidades do mundo do trabalho, acreditou-se na potencialidade de projetos de extensão para ampliar essa etapa formativa. O projeto em questão está sendo desenvolvido pelo Núcleo de Abordagem Sistêmica do Design (NASDesign), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Design da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, em parceria com uma instituição que oferece cursos de formação para aprendizes e possui um Centro de Educação Infantil (CEI) que atende crianças de 0 a 6 anos. O projeto será detalhado a seguir.

Acredita-se que a aprendizagem se dá de forma mais rica quando experienciada e contextualizada pelos alunos por meio de projetos, possibilitando a construção de relações entre os envolvidos e as questões sociais. Trabalhos colaborativos, articulados com o pensamento do Design no desenvolvimento de projetos de extensão de cunho sociais, demonstram aos aprendizes a potencialidade de transformação do meio, com inovação social, explorando a criação de propostas de produção criativa.⁴ Vale destacar aqui o entendimento de inovação social pela abordagem do Design.

A inovação social para o Design tem como foco a criação de novas oportunidades que sejam promissoras do ponto de vista das comunidades que recebem a intervenção da área. A inovação social se dá no sentido de proporcionar novos estilos de vida pautados pelo desenvolvimento sustentável, melhorando a vida em sociedade e pensando novos modelos de produção e consumo (MANZINI, 2008). Assim, os projetos extraclasse, principalmente

quando abordam o viés colaborativo, que envolvem a comunidade do entorno e visam soluções efetivas no desenvolvimento local, dialogam muito mais com a ideia de desenvolvimento sustentável (LARA, 2012). Pois, permitem a todos os envolvidos uma compreensão mais ampla dos impactos sociais gerados pelos projetos, sensibilizando-os e envolvendo-os nas soluções.

Com base nessas exposições o projeto, aqui relatado, visou explorar o potencial de projetos de extensão orientados pelo Design na contribuição da formação de aprendizes, por meio de capacitação para proporcionar uma formação diferenciada e mais humanizada. O projeto procurou oportunizar aos aprendizes experienciarem o processo de Design na criação de materiais socioeducativos para alunos de 05 e 06 anos do CEI pertencentes à instituição parceira do projeto de extensão, atendendo às demandas de desenvolvimento infantil mapeados previamente por pedagogas da instituição. Vale ressaltar que a instituição parceira trata-se de uma entidade filantrópica que oferece cursos e educação gratuita à comunidade.

A integração do Design no processo de aprendizagem

O design propõe o envolvimento de atores para inovação social, processo pelo qual é capaz de alcançar transformações significativas na vida das pessoas (MANZINI, 2017). A partir de propostas que estejam alinhadas às oportunidades de transformação de sujeitos, o design inicia um processo de envolvimento dos atores, capacitando-os a enxergar as suas potencialidades e as contribuições que são capazes de oferecer perante um determinado contexto, transformando os envolvidos em protagonistas de mudanças. Com base nessa ampliação da compreensão do Design é que se estabeleceu a proposta de projeto de articular jovens aprendizes à experienciarem ferramentas de Design para criação de materiais socioeducativos para alunos de 05 e 06 anos de idade da instituição parceira. O intuito foi capacitar os jovens a outras abordagens envolvendo questões sociais, e propor uma inovação no sistema da instituição, evidenciando que eles poderiam ser potencializados para desenvolver produtos que atendessem à própria

4 O Design é uma profissão que se consolida no âmbito da sociedade capitalista, com objetivo de fomentar a economia num processo inteligente de uso de materiais, otimização de produção, entre outros aspectos para ampliar a competitividade e o desenvolvimento socioeconômico. No entanto, devido a transformações socioeconômicas, percebeu-se a necessidade de uma descontinuidade sistêmica com esse modelo de estilo de vida insustentável (MANZINI, 2017). Nesse sentido, termos como indústria criativa começam a surgir para ressaltar a importância de produções pautadas pelo valor humanístico, pondo a qualidade de vida acima dos valores econômicos.

instituição, podendo ser formados e capacitados ali mesmo.

A atuação dos Designers e a compreensão da profissão foi sendo ampliada ao longo dos anos, de acordo com as transformações sociais. A partir da década de 1970 o Design começa a atuar em diferentes contextos, diferente daquele de produção de produtos orientado ao consumo, passando a desenvolver projetos em que o foco maior começa a ser a experiência do ser humano (PORTELA; PAES; ANASTASSAKIS, 2015). Nesse momento, as questões sociais passam a ser consideradas como necessárias para um desenvolvimento mais justo e sustentável, tendo em mente o futuro que se deseja viver (PORTELA; PAES; ANASTASSAKIS, 2015).

O Design passa a contribuir cada vez mais para a compreensão holística e possui ferramentas que tornam seu processo ágil, buscando soluções adequadas para as situações nas quais atua, por ser uma área de conhecimento interdisciplinar (ALBUQUERQUE, 2016). Justamente porque o Design tem como objetivo a inovação sociocultural (BONSIEPE, 2015), necessita adotar uma visão sistêmica para inovar. Trata-se de uma área interdisciplinar, pois tem como característica trabalhar com a complexidade e sintetizá-la (FILATRO, 2004), sendo possível atuar e contribuir conjuntamente com os professores para melhor articular a forma e a função para cumprir os objetivos educacionais, com novas formas para trabalhar conceitos e conteúdos com usuários diversos e em contextos diversos.

Assim, a inserção do Design no contexto de Ensino e Educação é capaz de projetar articulações e produtos que atendam diferentes demandas. Utilizando-se desta abordagem, é possível pensar em novos cenários para o processo, adequando práticas, dinâmicas e objetos de aprendizagem aos seus usuários, considerando suas especificidades, bem como as especificidades da instituição, do quadro profissional que irá por em prática os projetos de Design, garantindo a eficácia e a eficiência.

O Design colabora ativamente na educação formal e informal de crianças e jovens cidadãos (FONTOURA, 2002). Fontoura (2002) considera que a inserção do Design em propostas pedagógicas dialoga com uma nova filosofia educacional, pois esta abordagem permite a integração de conteúdos e viabiliza vivências projetuais, educando em atitudes, habilidades e comportamentos que auxiliam na solução de problemas e envolvimento com problemas da sociedade. O processo de Design instiga o pensamento divergente, criativo, crítico, de senso estético, desenvolvendo os sentidos, a percepção e a coordenação motora. Por isso a sua integração

em atividades pedagógico-curriculares contribuem para a realização de uma aprendizagem significativa, pois é pautada na experientiação e na solução de problemas por meio de projetos.

Articulações por meio do Design: jovens aprendizes e educação infantil

A instituição parceira desse projeto existe a mais de 100 anos e, em sua história, sempre trabalhou com atividades socioeducativas. Atualmente a instituição possui acolhimento institucional para crianças em situação judicial, Educação Infantil, núcleo de formação e trabalho para adolescentes e atividades relacionadas à arte e cultura. Todas as atividades da instituição são promovidas de forma gratuita.

Inicialmente, a instituição procurou o núcleo para uma atuação nas turmas da Educação Infantil. Dessa forma, na primeira reunião foi apresentada a instituição e o trabalho que eles desempenham, e também a necessidade de materiais pedagógicos voltados ao núcleo de Educação Infantil. Após isso os membros do núcleo se reuniram e criaram um projeto baseado nas necessidades apontadas pela instituição. Entretanto, observou-se que a instituição tinha um grande potencial de integração entre seus próprios núcleos, e que era possível o núcleo de Educação Infantil ser atendido pelo Núcleo de Menor Aprendiz se houvesse uma capacitação para esses jovens.

Na segunda reunião o núcleo propôs à instituição a integração entre núcleos, em que o núcleo de jovens aprendizes faria parte do projeto, ganhando capacitação e orientação no pensamento de Design para produzir os materiais socioeducativos. Já na terceira reunião a instituição apresentou seu ponto de vista e suas dúvidas. Após uma conversa de alinhamento de intenções, o núcleo e a instituição criaram juntos o projeto de capacitação de jovens aprendizes em Design, com o objetivo de criação de produtos socioeducativos.

Metodologia

Segundo Gil (2008) a metodologia desse trabalho pode ser classificada como pesquisa aplicada, pois depende das suas descobertas, se enriquece com seu desenvolvimento e trata-se de um projeto prático que visa concepção de materiais didáticos para alunos da educação infantil com faixa etária entre 05 e 06 anos, integrando adolescentes da mesma instituição, que se propõem como projetistas desses produtos. O método de pesquisa se caracteriza por ser qualitativo,

pois as necessidades são estabelecidas por meio de observação e documentos disponibilizados pela pedagoga da instituição de educação, bem como a avaliação do processo e protótipos.

O início da parceria entre o NASDesign e a instituição se deu com a procura de uma professora da área da pedagogia, de uma das turmas do CEI, com a qual o projeto aplicou as propostas criadas. No início do levantamento de dados, o interesse da professora era de que fossem pensados materiais didáticos que auxiliassem na educação da sustentabilidade para crianças. Conforme as reuniões realizadas junto ao corpo pedagógico e diretoria da instituição, percebe-se a oportunidade de articular o núcleo de aprendizes com as crianças, criando um processo colaborativo de cunho social.

Diante dessa oportunidade percebeu-se que um projeto piloto seria melhor aproveitado, sendo possível observar as condições de trabalho com os jovens para atender à uma demanda interna por materiais didáticos, tendo deixado livre o processo criativo, desde que atendessem a alguns requisitos levantados pela professora da área de pedagogia (Figura 01), condizente com a realidade de seus alunos individualmente, e da turma como um todo. Vale reforçar que todo suporte pedagógico de direcionamento foi dado por essa professora, no sentido de adequar as propostas às capacidades individuais dos alunos e, ao mesmo tempo, da turma.

Capacitação dos jovens

A capacitação com os adolescentes se deu em sete encontros de quatro horas cada, totalizando 28 horas. No primeiro encontro foi feita uma dinâmica

para compreender o que os adolescentes entendiam por “Design” e como eles entendiam o impacto da profissão na sociedade. Ainda nesse encontro foi explicado o que é Design, como designers trabalham - com a apresentação de alguns métodos e ferramentas - e em quais campos o Design atua.

No segundo encontro foram introduzidas explicações sobre método e ferramentas de Design e suas formas de aplicação. Aplicaram-se dinâmicas de criatividade para que os jovens comesçassem a experienciar o processo criativo. Ainda no segundo encontro foi apresentada aos adolescentes a problemática para a qual eles iriam projetar, bem como o contexto, as particularidades, características e as necessidades das crianças. Por fim, os alunos aplicaram as ferramentas *brainstorming*, *persona*, *cenários* e *mapa semântico visual* para a problemática a qual foram apresentados.

O terceiro encontro foi de aprofundamento na problemática e geração de alternativas e soluções. Também aprenderam sobre planificação e desenho técnico e praticaram em atividades selecionadas. Para finalizar o encontro, os jovens prototiparam em papel algumas das soluções que criaram, com o intuito de perceber o tamanho das formas, a adequação ao público, possíveis encaixes e possíveis interações e manuseios (Figura 02).

No quarto encontro, os adolescentes aprenderam a utilizar o *software* de vetorização livre *Inkscape*, após a aula eles desenharam no *software* as alternativas escolhidas para prototipação. O quinto encontro foi utilizado para finalização dos desenhos das alternativas no *software*. Na sequência também foi apresentada a máquina CNC de corte a laser, maquinário que os ajudaria

Figura 01



Requisitos e interesses levantados pela professora da área de pedagogia da turma do CEI organizados em forma de nuvem de palavras.
Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 02



Prototipação rápida em papel.
Fonte: Registro feito pelos autores.

Figura 03



Aplicação dos protótipos em
contexto real.
Fonte: Registro feito pelos autores.

na construção dos testes iniciais e protótipos. No sexto encontro, os adolescentes receberam as orientações para prototipação dos seus produtos, que foram feitos em papelão. O sétimo encontro serviu para aplicação do protótipo no contexto real (Figura 03), com a finalidade de verificar como os produtos seriam utilizados, se estavam adequados para o público-alvo, se eram seguros e uma série de outras observações realizadas a partir de um *checklist* que cada adolescente tinha em mãos para guiar as observações.

O *checklist* de avaliação foi estruturado com base nos requisitos ergonômicos relacionados: à ergonomia física (atividades relacionadas ao movimento físico das crianças, como manejo dos produtos, tipo de movimento que a criança tem que fazer, considerando as medidas antropométricas de crianças de 05 e 06 anos, se está adequado às capacidades motoras da faixa etária, se os encaixes e formatos são adequados e seguros para as crianças); e cognitiva (se foi intuitivo, se as regras estavam claras, se foi desafiador para a criança, se as crianças demonstraram interesse no produto, se está adequado às capacidades cognitivas da faixa etária

e se seguiam os requisitos elencados inicialmente). O *checklist* auxiliou os adolescentes a avaliarem seus jogos didáticos criticamente, a fim de entender as falhas e os pontos positivos e possíveis melhorias. O *checklist* também foi utilizado pelos autores do artigo, bem como pela professora da área de pedagogia responsável pela turma.

Considerações finais

O projeto proporcionou aos adolescentes o entendimento das práticas de design, a partir de uma experimentação em contexto real, em que existia uma contribuição a ser feita. Os adolescentes utilizaram metodologia própria do design para elaboração dos projetos, entendendo as fases de pesquisa, criação e prototipação. Dessa forma, foram criadas soluções inovadoras e significativas, atendendo as necessidades do contexto para o qual foram criadas.

O processo de pesquisa e criação gerou nos jovens uma reflexão sobre o impacto de suas ações no mundo, dando um ressignificado ao quê e a quem eles podem atingir. Puderam enxergar na aprendizagem das crianças o alcance social das ideias

que trabalharam, entendendo que podem contribuir para o bem-estar social.

Os jovens atingiram plenamente o objetivo de criar uma experiência para sala de aula por meio de materiais didáticos. Ao total foram três produtos, cada um com suas particularidades, e que cumprem de alguma forma as necessidades estabelecidas pela pedagoga da instituição. Com a aplicação dos protótipos com os usuários reais, os adolescentes conseguiram compreender os acertos de projeto e observar as dinâmicas sociais e intelectuais que seus produtos causavam, assim como os erros projetuais que podem ser corrigidos em futuros trabalhos. Vale ressaltar que o erro é algo que faz parte do projeto de Design, sobretudo na fase de prototipação. Perceber o erro na prática garante o aprendizado e aprimoramento do conhecimento gerado ao testar as propostas.

Por meio desse projeto percebeu-se também a possibilidade de integração projetuais de diferentes níveis escolares, nesse caso a pós-graduação como agentes de orientação projetual, os adolescentes alunos do ensino médio como projetistas e as crianças da Educação Infantil como público-alvo, usuários e beneficiários diretos dos produtos criados pelos adolescentes. Este projeto piloto também oportunizou a observação de algumas melhorias no processo de realização para que possa ser replicado e dado continuidade com outras turmas. Um dos aspectos observados foi a necessidade de ampliar o número de encontros para que os jovens possam participar até a etapa final, de finalização das propostas depois da etapa de prototipagem e análise. De maneira geral, foi possível observar a relevância e contribuição da integração do Design para proporcionar ampliação do desenvolvimento dos aprendizes, bem como o desenvolvimento proporcionado às crianças.

Referências

ALBUQUERQUE, Francisco. Design estratégico, inovação e empreendedorismo. In: Victor F. (Org.). **A revolução do design: conexões para o século XXI**. São Paulo: Editora Gente, 2016, pp. 94-105.

BONSIEPE, Gui. **Do material ao digital**. São Paulo: Blucher, 2015.

FILATRO, Andreia. **Design instrucional contextualizado: educação e tecnologia**. São Paulo: Editora Senac, 2004.

FONTOURA, Antônio Martiniano. **EdaDe: a educação de crianças e jovens através do design**. Tese de Doutorado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2002. 337 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LARA, Pedro Túlio de R. Sustentabilidade em instituições de ensino superior. **Revista Monografias Ambientais - REMOA/UFSM**, Santa Maria, v. 07, n. 07, pp. 1646-1656, mar./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/5341>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

MANZINI, Ezio. **Design para a inovação social e sustentabilidade: comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

MANZINI, Ezio. **Design, quando todos fazem design: uma introdução do design para a inovação social**. Tradução Luzia Araújo. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2017.

MURRAY, Robin; MULGAN, Geoff; CAULIER-GRICE, Julie. **How to innovate: the tools for social innovation**. The Young Foundation, disponível em: <http://goo.gl/PwW24A>. Acesso em: 23 out. 2018.

PAES, Larisa; PORTELA, Imaíra; ANASTASSAKIS, Zoy. Experienciando o codesign: um relato sobre a expectativa e a prática de processos colaborativos em experimentos realizados na biblioteca do Museu de Arte do Rio. **Anais do Colóquio Internacional de Design - Edição 2015 DESIGN PARA O FUTURO**. Belo Horizonte, 2015, pp. 274-288.

PESSOA, Sâmela Suélen Martins Viana et al. Design para wicked problems: Ação de design participativo em uma casa de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. In: **Pesquisa e Desenvolvimento em Design**, 12, 2016, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Blucher, 2016, pp. 1018-1029.

POL, Eduardo; VILLE, Simon. **Social innovation: Buzz word or enduring term?** Journal of Socio-Economics, 2009, pp. 878-885.

SILVA, Andréa V. M. da. A pedagogia tecnicista e a organização do sistema de ensino brasileiro. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 70, dez./ 2016, pp. 197-209.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-8302-167-4



9 788583 021674



UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE
SANTA CATARINA

